



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 645

Quarta-feira - 29 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Caçador.....	3
Campo Alegre	3
Canoinhas.....	18
Capinzal	18
Catanduvas.....	19
Concórdia	21
Cordilheira Alta	33
Forquilha.....	39
Fraiburgo.....	39
Garopaba.....	39
Imbituba	40
Iomerê	45
Irineópolis	46
Itapoá	48
Joaçaba.....	49
Luzerna	51
Meleiro	57
Novo Horizonte	58
Paulo Lopes	59
Pinheiro Preto	62
Porto União.....	62
Rio do Sul.....	70
São Lourenço do Oeste.....	73
São Pedro de Alcântara.....	83
Turvo	85
Videira.....	87

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 174/2010

DECRETO Nº 174/2010 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 33.581,00 (trinta e três mil quinhentos e oitenta e um reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para utilização dos recursos de excesso arrecadação, recursos próprios e de recursos impostos - educação.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.0.1.0001/59 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0036.2.032 PROMOÇÃO DE EVENTOS
3.3.90.00.0.1.0000/83 Aplicações Diretas R\$ 1.630,00

04 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0040.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE ESPORTES
3.3.90.00.0.1.0000/95 Aplicações Diretas R\$ 1.400,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0047.2.040 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA
3.3.90.00.0.1.0000/109 Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0055.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
3.3.90.00.0.1.0000/143 Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

4.4.90.00.0.1.0000/145 Aplicações Diretas R\$ 51,00
TOTAL R\$ 33.581,00

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios e impostos- educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 175/2010

DECRETO Nº 175/2010 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.421,71 (doze mil quatrocentos e vinte e um reais e setenta e um centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para construção de casa com recursos do Fundo Rotativo Habitacional.

Art. 2º. Fica criado o elemento de despesa 4.4.90.00.0.3.0000/194 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS
16.482.0006.2.063 MANUTENÇÃO DO FUNDO HABITACIONAL
4.4.90.00.0.3.0000/194 Aplicações Diretas R\$ 12.421,71
TOTAL R\$ 12.421,71

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado superávit do exercício de 2009.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 176/2010

DECRETO Nº 176/2010 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

“ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 1.846, de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, fica anulado totalmente o valor do seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.1.90.00.0.1.0058/63 Aplicações Diretas R\$ 749,70

TOTAL R\$ 749,70

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.3.90.00.0.1.0058/64 Aplicações Diretas R\$ 749,70

TOTAL R\$ 749,70

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 433/2010

PORTARIA Nº 433 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 ao servidor ICELDA HOFFMANN VENTURA, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta do Processo Administrativo realizado pelo IPREANCARLOS,

RESOLVE:

Art.1º Fica aposentado por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora ICELDA HOFFMANN VENTURA, inscrito no CPF nº 461.027.879-00 e no PASEP nº 10117412845, detentor da matrícula funcional nº 39, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial de Manutenção e Conservação do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.980,39 (um mil novecentos e oitenta reais e trinta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei municipal nº 558/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos (SC), em 29 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 01/2008**EXTRATO DE TERMO ADITIVO****INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS - IPREANCARLOS**

Terceiro termo Aditivo ao Contrato nº 01/2008

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Antônio Carlos.

Contratada: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12(doze) meses, iniciando-se em 01/01/2011 e encerrando-se em 31/12/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Antonio Carlos, 29 de Dezembro de 2010.

ZULEIDE BESEN

Diretora-Executiva do Ipreancarlos

Caçador**CÂMARA DE VEREADORES****Publicação Resumida:**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Fundamento Legal: art. 61, § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Contrato administrativo nº 50/2010, referente ao processo licitatório nº 05/2006, modalidade de Convite nº 05/2006. Objeto: 8º aditamento ao contrato para prorrogação prazo para os serviços de monitoramento eletrônico 24 horas e disponibilização de vigilante para a manutenção das atividades da Câmara Municipal de Caçador. Contratada: Patrimonial Segurança Ltda CNPJ Nº 82.891.805/0001-37, Valor inalterado. Prazo : 90 dias.

Campo Alegre**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 7.801 de 21 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.801 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - SANDRA APARECIDA ANDRADE DE LIMA, matrícula nº 277, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2010 à 31 de agosto de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.802 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.802 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de Férias a Professora - SANDRA PAULA SCHWEDLER, matrícula nº 000602, referente ao período aquisitivo 25 de maio de 2010 à 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 17 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.803 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.803 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,



no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, matrícula nº 000261, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2010 á 05 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.804 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.804 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - SANDRA SCHWARZ, matrícula nº 000522, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.805 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.805 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, matrícula nº 000513, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.806 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.806 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO
SERVIÇO DO ENSINO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Chefe do Serviço do Ensino Infantil - SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS, matrícula nº 000069, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2009 á 31 de outubro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 15 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.807 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.807 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - SIRLEY MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, matrícula nº 000159, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2010 á 28 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.808 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.808 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - TACIANA AMORIM CUNHA, matrícula nº 000153, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2010 á 18 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.809 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.809 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, matrícula nº 000535, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.810 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.810 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - VERONICA WOJCIECHOSKI, matrícula nº 000171, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2010 á 15 de março de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.811 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.811 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - ANA MARIA KOBUS, matrícula nº 000526, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.812 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.812 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Professor - ANTONIO MAURI CHRISTOFF, matrícula nº 000564, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.813 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.813 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, matrícula nº 000427, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.814 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.814 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - BERTINA BAHK, matrícula nº 0230, referente ao período aquisitivo 02 de fevereiro de 2010 à 01 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.815 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.815 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, matrícula nº 000475, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.816 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.816 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, matrícula nº 0158, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2010 à 28 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.817 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.817 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, matrícula nº 000013, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2010 à 18 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.818 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.818 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - CIRILA TELMA DRANKA, matrícula nº 0152, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2010 á 18 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.819 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.819 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Auxiliar de Educador - LÚCIA APARECIDA SMENCOSKI LINZMEYER, matrícula nº 000091, referente ao período aquisitivo 09 de junho de 2010 á 08 de junho de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 26 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.820 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.820 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - ELIANE BAUM, matrícula nº 000090, referente ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2010 á 17 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.821 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.821 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - GLADIS CONCEIÇÃO BENKENDORF, matrícula nº 000194, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2010 á 14 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.822 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.822 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Professor - JAIRO AFONSO BELLE, matrícula nº 000464, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.823 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.823 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE
DO SERVIÇO DE APOIO A EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Chefe do Serviço de Apoio a Educação - JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, matrícula nº 000084, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2010 á 14 de janeiro de 2011.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 15 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.824 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.824 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, matrícula nº 000188, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2010 á 31 de agosto de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.825 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.825 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Professor - LUIS ROGÉRIO DE VARGAS VALÉRIO, matrícula nº 000458, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.826 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.826 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, matrícula nº 000092, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2009 á 28 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.827 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.827 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - MARCIA FRANZ SCHIESSL, matrícula nº 000113, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2010 á 31 de março de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.828 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.828 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - MARCIA REGINA FELICIANO DAMÁZIO FRANCO, matrícula nº 000228, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2010 á 08 de

fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.829 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.829 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Professor - MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, matrícula nº 361, referente ao período aquisitivo 04 de agosto de 2010 á 03 de agosto de 2011.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.830 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.830 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - MARGARIDA DO ROCIO DOS SANTOS, matrícula nº 0270, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2010 á 08 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.831 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.831 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO

SERVIÇO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Chefe do Serviço de Ensino Fundamental - MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, matrícula nº 000082, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2010 á 14 de janeiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 15 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.832 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.832 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - MARINÊS WOYESKOVISKY UHLIG, matrícula nº 0229, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2010 á 08 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.833 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.833 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - MARLI TEREZINHA DE SOUZA, matrícula nº 000130, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2010 á 01 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.834 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.834 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, matrícula nº 000059, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2009 á 31 de outubro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.835 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.835 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 45 (quarenta e cinco) dias de Férias a Professora - NOELI TEREZINHA DE FARIAS, matrícula nº 000060, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2009 á 31 de outubro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 04 de fevereiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.836 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.836 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, matrícula nº 000105, referente ao período aquisitivo 12 de março de 2010 á 11 de março de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.837 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.837 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Professor (História) - PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, matrícula nº 000499, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.838 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.838 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Professor (Geografia) - PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, matrícula nº 000571, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.839 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.839 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Professor - RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, matrícula nº 000467, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.840 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.840 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias ao Professor - RODOLFO HENRIQUE WORMS, matrícula nº 000468, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.841 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.841 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS, matrícula nº 000160, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2009 à 28 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.842 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.842 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - SILVANIRA TELMA, matrícula nº 000226, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2010 à 08 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.843 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.843 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - SILVIA PASDA UHLIG, matrícula nº 000173, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2010 á 15 de março de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.844 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.844 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Professora - SIMONE IRENE FUECKNER WALTMANN, matrícula nº 000596, referente ao período aquisitivo 08 de abril de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 10 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de

dezembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.845 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.845 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - SOLANGE REGINA DOS PASSOS, matrícula nº 000195, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2010 á 14 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.846 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.846 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, matrícula nº 000175, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2010 á 15 de março de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro

de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.847 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.847 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de Férias a Professora - SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, matrícula nº 000523, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.848 de 22 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.848 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Administrativo I - EDITE FERRREIRA DA ROCHA, matrícula nº 000018, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2008 á 15 de março de 2009, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.849 de 22 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.849 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ, matrícula nº 000530, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009 = 15 (quinze) dias e 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010 = 15 (quinze) dias.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 25 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.850 de 22 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.850 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, matrícula nº 000531, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009 = 10 (dez) dias e 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010 = 10 (dez) dias.

Parágrafo único: Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de: 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 15 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.851 de 22 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.851 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de Férias a Agente Comunitário de Saúde - JOCELI DOS SANTOS LINZMEYER, matrícula nº 000529, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009 = 05 (cinco) dias e 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010 = 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de: 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 30 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.852 de 22 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.852 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Médico I - MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, matrícula nº 000489, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.853 de 22 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.853 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico - ODENILSON CONTRAT EHLKE, matrícula nº 954717, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro

de 2010 á 31 de dezembro de 2010

Art.2º) O Secretário gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2010 á 25 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Tomada de Preços n.º 26/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 151/2010

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 26/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17 de janeiro de 2011, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução de obra relativa a reforma do Galpão de Gastronomia localizado no Parque de Exposições Ouro Verde. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata I

ERRATA I

Na publicação feita na edição de nº. 644, do dia 28/12/2010, referente ao extrato do Termo Aditivo 001/2010, do contrato nº. 0173/2010, oriundo do Convite 136/2010, da Prefeitura Municipal de Capinzal; onde se lê: VIGÊNCIA: 27/12/2010 a 30/06/2201; Leia-se: VIGÊNCIA: 27/12/2010 A 30/06/2011.

Errata II

ERRATA II

Na publicação feita na edição de nº. 644, do dia 28/12/2010, referente ao extrato do Termo Aditivo 001/2010, do contrato nº. 0022/2007, oriundo da Concorrência 0009/2007, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal; onde se lê: OBJETO: Concessão pública para fins de execução de serviços de engenharia sanitária para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos oriundos dos serviços de Saúde no Município de Capinzal; Leia-se: OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é o reajuste anual de valores previsto na cláusula 8.1 do contrato original. O percentual dos últimos 12 meses do INPC foi de 6,08% (seis vírgula zero oito pontos percentuais) ficando os valores reajustados conforme quadro a seguir:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor unitário ANTIGO	Valor unitário REAJUSTADO
01	Mês	Concessão pública para fins de execução de serviços de engenharia sanitária para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos oriundos dos serviços de saúde no Município de Capinzal. Especificações: Ponto de coleta: Secretaria da Saúde de Capinzal	900,00	954,72

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 40/2010 - FMS

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0040/2010

Pregão 0011/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: FEIMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA.

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação do prazo de vigência, do contrato original, até o dia 28 de fevereiro de 2011.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 28/12/2010 A 28/02/2011

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 44/2010 - FMAS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0044/2010

Pregão Presencial 0025/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 18 de janeiro de 2011 a 18 de janeiro de 2012.

VALOR R\$: 623,36

VIGÊNCIA: 28/12/2010 A 18/01/2012

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 76/2005 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 76/2005

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ARON SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - ME

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a renovação do contrato até 28 de dezembro 2015 e reajuste de valores.

VALOR R\$: 19.794,52

VIGÊNCIA: 28/12/2010 A 28/12/2015

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 78/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0078/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: LIMGER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA- ME

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

VALOR R\$: 21.408,00

VIGÊNCIA: 28/12/2010 A 31/12/2011

Termo Aditivo 002/2010 Contrato 01/2009 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0001/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMÓVEIS LTD

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 16 de janeiro de 2011 a 16 de janeiro de 2012.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 28/12/2010 A 16/01/2012

Termo Aditivo 002/2010 Contrato 48/2010 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0048/2010

Pregão Presencial 0015/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 18 de janeiro de 2011 a 18 de janeiro de 2012.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 28/12/2010 A 18/01/2012

Termo Aditivo 002/2010 Contrato 64/2009 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0064/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SC

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 28/12/2010 A 31/12/2011

Termo Aditivo 02/2010 Contrato 02/2009 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0002/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: MAXIRISCOS CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 16 de janeiro de 2011 a 16 de janeiro de 2012.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 28/12/2010 A 16/01/2012

Comunicado - Edital 027

COMUNICADO

O município de Capinzal através da Secretaria de Administração e Finanças conforme o Processo Seletivo originado pelo Edital nº 027, de 27 de outubro de 2010, informa aos candidatos aprovados que as escolhas de vagas para o ano de 2011 no que trata o referido Edital serão realizadas conforme tabela abaixo:

DATA	CARGO	HORÁRIO	LOCAL
05/01/2011	Professor (todos)	09h	Centro Educacional
05/01/2011	Auxiliar de Professor	13h30	Centro Educacional
05/01/2011	Agente de Serviços Gerais (feminino)	13h30	Centro Educacional

Obs: Os primeiros classificados, que a municipalidade dispor vagas, deverão obrigatoriamente assumi-las em 10 de janeiro de 2011 conforme calendário letivo 2011.

Capinzal SC, 28 de dezembro de 2010.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário de Administração e Finanças

Catanduvás

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto Nº 1.739/10**

DECRETO Nº 1.739/10 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

"ALTERA ART. 2º, § 1º DO DECRETO Nº 1.670/10, DE 7 DE ABRIL DE 2010 QUE AUTORIZOU A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO APURADO EM 2009 E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2010 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.241, de 2009, em seu art. nº 10, incisos I e II e Lei Federal nº 4.320, de 1964, em seu art. nº 43, § 1º, incisos I e II e §§ 2º e 3º.

Considerando que parte (R\$ 27.078,00) dos recursos utilizados na suplementação disposta no caput do art. 2º do Decreto Municipal nº 1.670, de 7 de abril de 2010 é proveniente do excesso de arrecadação observado no exercício corrente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 2º, § 1º do Decreto Municipal nº 1.670, de 7 de abril de 2010:

Art. 2º - [].

§ 1º - Os recursos mencionados no artigo 2º deste Decreto, são oriundos de Recursos Próprios e Imposto Transferência da Saúde, sendo:

I - R\$ 17.922,00 - resultante do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (exercício de 2009); e

II - R\$ 27.078,00 - resultante do excesso de arrecadação observado no exercício corrente (exercício de 2010).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 23 de Dezembro de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

CÂMARA DE VEREADORES

Editais Nº 005 - Resultado da Prova Escrita do Concurso Público Nº 001/2010

Edital nº 005

PUBLICA O RESULTADO DA PROVA ESCRITA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010, PROMOVIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS/SC.

A empresa SC Assessoria e Consultoria Ltda., especialmente contratada para a coordenação e operacionalização do Concurso Público nº 001/2010, promovido pela Câmara Municipal de Vereadores de CATANDUVAS/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados o RESULTADO DA PROVA ESCRITA aplicada a todos os concorrentes desta seleção em 19 de dezembro de 2010, conforme consta adiante:

I - Concorrência Geral:

Identificação do Cargo		Nº de vagas
AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO (SERVENTE)		01
Identificação do Candidato		Nota
Nome do Candidato	Nº Insc.	
Claudete dos Santos	007	4,00
Marli Terezinha Anhaya	001	3,80
Gelci Aparecida Aguilera	006	3,00
Dirlei Terezinha de Marquias	002	Ausente
Patrícia Aparecida Arenhart	003	Ausente
Rosângela A. Méras Pereira	004	Ausente
Diana Pastorello	005	Ausente
Elisabete T. de Oliveira	008	Ausente
Rosane de Oliveira Camargo	009	Ausente
Marli Salete Novello	010	Ausente

II - Portadores de Necessidades Especiais:

Não houve inscritos na condição de portadores de necessidades especiais (deficientes).

Xaxim/SC, em 27 de dezembro de 2010.
SC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.
Sandra Leite Dell'Osbel

Editais Nº 006 - Resultado da Prova Prática do Concurso Público Nº 001/2010

Edital nº 006

PUBLICA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010, PROMOVIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS/SC.

A empresa SC Assessoria e Consultoria Ltda., especialmente contratada para a coordenação e operacionalização do Concurso Público nº 001/2010, promovido pela Câmara Municipal de Vereadores de CATANDUVAS/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento

dos interessados o RESULTADO DA PROVA PRÁTICA a que foram submetidos todos os concorrentes desta seleção em 19 de dezembro de 2010, conforme consta adiante:

I - Concorrência Geral:

Identificação do Cargo		Nº de vagas
AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO (SERVENTE)		01
Identificação do Candidato		Nota
Nome do Candidato	Nº Insc.	
Gelci Aparecida Aguilera	006	4,66
Claudete dos Santos	007	2,33
Marli Terezinha Anhaya	001	1,58
Dirlei Terezinha de Marquias	002	Ausente
Patrícia Aparecida Arenhart	003	Ausente
Rosângela A. Méras Pereira	004	Ausente
Diana Pastorello	005	Ausente
Elisabete T. de Oliveira	008	Ausente
Rosane de Oliveira Camargo	009	Ausente
Marli Salete Novello	010	Ausente

II - Portadores de Necessidades Especiais:

Não houve inscritos na condição de portadores de necessidades especiais (deficientes).

Xaxim/SC, em 27 de dezembro de 2010.
SC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.
Sandra Leite Dell'Osbel

Editais Nº 007 - Resultado Final do Concurso Público Nº 001/2010

Edital nº 007

PUBLICA O RESULTADO FINAL, COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010, PROMOVIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS/SC.

A empresa SC Assessoria e Consultoria Ltda., especialmente contratada para a coordenação e operacionalização do Concurso Público nº 001/2010, promovido pela Câmara Municipal de Vereadores de CATANDUVAS/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados o RESULTADO FINAL, com a respectiva CLASSIFICAÇÃO, conforme consta adiante:

I - Concorrência Geral:

Identificação do Cargo					Nº de vagas
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVENTE)					01
Identificação do Candidato					Clas.
Nome do Candidato	Nº Insc.	Prova Escrita	Prova Prática	Final	
Gelci Aparecida Aguilera	006	3,00	4,66	7,66	1º
Claudete dos Santos	007	4,00	2,33	6,33	2º
Marli Terezinha Anhaya	001	3,80	1,58	5,38	3º

II - Portadores de Necessidades Especiais:

Não houve inscritos na condição de portadores de necessidades especiais (deficientes).

Xaxim/SC, em 27 de dezembro de 2010.
SC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.
Sandra Leite Dell'Osbel

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 575, de 27 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 575, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Município executar outras ações complementares ao programa Minha Casa Minha Vida.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a executar outras ações complementares ao Programa Minha Casa Minha Vida, de que trata a Lei Complementar Municipal nº 538, de 21 de setembro de 2009 e alteração, entre as quais:

I - adquirir, por utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terras de 88.000,00m², necessária para fins de construção de unidades habitacionais referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, de que trata a Lei Complementar nº 538, de 21 de setembro de 2009 e alteração, caracterizada como: parte dos lotes rurais nºs. 863, 864, 876 e 877, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, situada em Linha São José, neste Município, de propriedade de WALDEMAR DANILO BARBIERI e sua mulher, EDEVINO BARBIERI, REGIANI MARIA DO AMARAL BARBIERI, GENTIL MIOTTO e sua mulher e JAIRO MORES e sua mulher, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.265, Livro nº 2 - "Q", com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, na extensão de 114,24m, com parte do lote rural nº 863, de propriedade de Hilário Oldoni, e na extensão de 263,425m, com parte do mesmo lote rural nº 863, de propriedade do Município de Concórdia (Loteamento Frei Lency); ao sul, na extensão de 381,55m, com parte do lote rural nº 864, de propriedade de Hilário Oldoni; ao leste, na extensão de 244,92m, com partes dos lotes rurais nºs. 862 e 865, de propriedade de Gilberto Dalbello; ao oeste, na extensão de 221,82m, com área remanescente.

II - transferir o imóvel descrito no inciso I deste artigo, para o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, pelo valor da avaliação efetuada pelos técnicos da Caixa Econômica Federal.

§ 1º A autorização contida neste artigo abrange eventual fracionamento e alterações que venham a ser efetuadas no imóvel descrito.

§ 2º O valor da indenização do imóvel de que trata este artigo será obtido mediante a competente avaliação administrativa.

Art. 2º Eventual diferença negativa entre o valor de aquisição do imóvel de que trata o art. 1º desta Lei e o de venda, constituir-se-á em ônus da contrapartida na participação do Programa Minha Casa Minha Vida.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

MAURO KICHEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de dezembro de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Lei Nº 4.257, de 20 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.257, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui a Semana Municipal do Profissional de Educação Física.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal do Profissional de Educação Física, a ser comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de setembro, tendo o dia 1º de setembro como a data principal de sua programação.

Art. 2º Constituem os principais objetivos que poderão ser desenvolvidos na Semana Municipal do Profissional de Educação Física:

I - expor, trocar e difundir conhecimentos teóricos e práticos sobre as mais variadas questões de educação física, através de planejamento, promoção e realização de campanhas educativas, cursos, exposições, pesquisas, publicações, reuniões e seminários;

II - conscientizar da importância da prática de atividades físicas e/ou desportivas, regularmente, de forma sistematizada e orientada por profissional de educação física;

III - contribuir para a valorização do profissional de educação física.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Lei Nº 4.258, de 20 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.258, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Denomina vias públicas do Loteamento Residencial Aliança, do Bairro da Gruta.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º As vias públicas localizadas no Loteamento Residencial Aliança, no Bairro da Gruta, passam a ter as seguintes denominações:

- I - Rua Arthur Pereira de Oliveira à Rua A;
- II - Rua Vitorino Antonio Mafessoni à Rua B;
- III - Rua Tranquilo Sensolo à Rua D.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Lei Nº 4.259, de 20 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.259, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Concórdia, para o exercício de 2011.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Orçamento do Município de Concórdia, dos Poderes Executivo e Legislativo, para o exercício financeiro de 2011, estima a receita em R\$ 101.001.700,00, fixa a despesa em R\$ 81.597.100,00 e transferências financeiras em R\$ 19.404.600,00.

Art. 2º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada e Indireta, estima a receita em R\$ 25.616.400,00, acrescido das transferências financeiras especificadas no art. 1º desta Lei e fixa a despesa em R\$ 45.021.000,00.

Parágrafo único. O valor total consolidado do Orçamento do Município para receitas e despesas perfaz o montante de R\$ 126.618.100,00.

Art. 3º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada é composto pelos seguintes Fundos:

I - Fundo Municipal de Saúde - FMS, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 18.031.600,00, mais R\$ 11.913.700,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 29.945.300,00;

II - Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 6.700,00, mais R\$ 309.500,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 316.200,00;

III - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 602.900,00 mais R\$ 951.700,00 de transferências do tesouro municipal e despesa

fixada em R\$ 1.554.600,00;

IV - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 10.000,00, mais R\$ 369.400,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 379.400,00;

V - Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 95.300,00, mais R\$ 465.000,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 560.300,00;

VI - Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS, com uma receita estimada e despesa fixada em R\$ 2.407.500,00.

Art. 4º O Orçamento da Administração Indireta é composto pelas seguintes Fundações e Instituto:

I - Fundação Municipal de Cultura - FMC, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 28.100,00, mais R\$ 1.398.000,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 1.426.100,00;

II - Fundação Municipal de Esportes - FMEC, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 64.000,00, mais R\$ 3.307.700,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 3.371.700,00.

III - Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 20.300,00, mais R\$ 689.600,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 709.900,00;

IV - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, com uma receita estimada e despesa fixada em R\$ 4.350.000,00.

Art. 5º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei nº 4.179, de 10 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária - LDO 2011.

Art. 6º A despesa total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos desta Lei.

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 8º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de um terço do montante das respectivas dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores.

Art. 9º O limite autorizado no art. 8º desta Lei não será onerado quando o crédito se destinar a atender:

I - insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo;

II - ao pagamento de despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

III - insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em programas de trabalho das funções de saúde, assistência, previdência e em programas de trabalho relacionados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, mediante o

cancelamento de dotações das respectivas funções.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma mesma categoria econômica e do mesmo programa, até o limite de um terço do montante das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte ou destinação de recursos para outra, dentro de uma mesma modalidade de aplicação.

Art. 12. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 13. Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita ou o seu excesso poderão independente do valor, ser utilizados como fontes de recursos para abertura, mediante decreto, de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantia do tesouro nacional para a realização desses financiamentos.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com os governos federal, estadual e municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta e com as entidades previstas no art. 15 da Lei nº 4.179/2010 - LDO 2011.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a reunir num projeto/atividade programas pertencentes à mesma subfunção.

Art. 19. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme art. 2º, § 4º, da Lei 4.179/2010 - LDO 2011.

Art. 20. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças manter, durante o exercício e na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 21. Ficam atualizados os anexos das Leis relativas ao Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011, com base nos valores constantes nesta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Lei Nº 4.260, de 27 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.260, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade 15.451.0029.2029 Ações dos Serviços Urbanos
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 320.000,00
Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade 08.122.0037.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais
Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ação de Outros Encargos Especiais
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade 13.122.0073.1401 Modernização e Organização Administrativa da FMC
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 290.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 760.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 760.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 760.000,00.

Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs 4.108, de 13 de outubro de 2009, 4.125, de 26 de novembro de 2009 e 4.145, de 21 de dezembro de 2009, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de dezembro de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 1.015/2010, de 16 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.015/2010, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede licença para acompanhar cônjuge à servidora JULIANA JOSIANA KOPSEL LAZZARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 113 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora JULIANA JOSIANA KOPSEL LAZZARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, licença para acompanhar cônjuge, sem remuneração, por prazo indeterminado, a partir de 1º de janeiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.016/2010, de 16 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.016/2010, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Revoga gratificações concedidas a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogadas, a partir de 31 de dezembro de 2010, as gratificações concedidas a servidores municipais, pelos Decretos nºs.: 111/2005, de 6.1.2005; 129/2005, de 12.1.2005; 190/2005, de 31.1.2005; 207/2005, de 1º.2.2005; 208/2005, de 1º.2.2005; 209/2005, de 1º.2.2005; 212/2005, de 1º.2.2005; 213/2005, de 1º.2.2005; 296/2005, de 4.3.2005; 344/2005, de 28.3.2005; 351/2005, de 30.3.2005; 354/2005, de 1º.4.2005; 362/2005, de 1º.4.2005; 420/2005, de 2.5.2005; 720/2005, de 23.9.2005; 121/2006, de 10.2.2006; 122/2006, de 10.2.2006; 162/2006, de 1º.3.2006; 198/2006, de 16.3.2006; 251/2006, de 11.4.2006; 401/2006, de 26.6.2006; 403/2006, de 28.6.2006; 414/2006, de 3.7.2006; 484/2006, de 14.8.2006; 598/2006, de 1º.11.2006; 629/2006, de 28.11.2006; 648/2006, de 5.12.2006; 666/2006, de 20.12.2006; 107/2007, de 19.2.2007; 170/2007, de 26.3.2007; 248/2007, de 4.5.2007; 428/2007, de 9.8.2007; 656/2007, de 27.11.2007; 714/2007, de 28.12.2007; 29/2008, de 7.1.2008; 381/2008, de 7.2.2008; 605/2008, de 3.3.2008; 675/2008, de 11.3.2008; 687/2008, de 11.3.2008; 720/2008, de 18.3.2008; 801/2008, de 1º.4.2008; 965/2008, de 15.5.2008; 967/2008, de 16.5.2008; 1.029/2008, de 10.6.2008; 1.099/2008, de 30.6.2008; 120/2009, de 15.1.2009; 144/2009, de 23.1.2009; 166/2009, de 28.1.2009; 221/2009, de 9.2.2009; 225/2009, de 9.2.2009; 249/2009, de 10.2.2009; 296/2009, de 3.3.2009; 299/2009, de 5.3.2009; 300/2009, de 5.3.2009; 305/2009, de 6.3.2009; 327/2009, de 11.3.2009; 349/2009, de 19.3.2009; 367/2009, de 26.3.2009; 473/2009, de 12.5.2009; 576/2009, de 16.6.2009; 585/2009, de 23.6.2009; 612/2009, de 30.6.2009; 621/2009, de 1º.7.2009; 639/2009, de 13.7.2009; 691/2009, de 6.8.2009; 722/2009, de 31.8.2009; 749/2009, de 15.9.2009; 808/2009, de 13.10.2009; 900/2009, de 26.11.2009; 960/2009, de 30.12.2009; 961/2009, de 30.12.2009; 59/2010, de 20.1.2010; 115/2010, de 1º.2.2010; 129/2010, de 1º.2.2010; 130/2010, de 1º.2.2010; 160/2010, de 8.2.2010; 238/2010, de 1º.3.2010; 264/2010, de 5.3.2010; 265/2010, de 5.3.2010; 277/2010, de 8.3.2010; 304/2010, de 16.3.2010; 349/2010, de 31.3.2010; 350/2010, de 31.3.2010; 351/2010, de 31.3.2010; 527/2010, de 27.5.2010; 541/2010, de 1º.6.2010; 550/2010, de 8.6.2010; 567/2010, de 15.6.2010; 641/2010, de 5.7.2010; 716/2010, de 28.7.2010; 721/2010, de 30.7.2010; 752/2010, de 10.8.2010; 754/2010, de 10.8.2010; 810/2010, de 31.8.2010; 899/2010, de 15.10.2010; 906/2010, de 25.10.2010; 922/2010, de 28.10.2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



(Diretoria Administrativa), em 16 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.017/2010, de 17 de Dezembro de 2010
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 1.017/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARIA SALETE TROMBETA MAZIERO.

O Prefeito do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2011, à servidora MARIA SALETE TROMBETA MAZIERO, ocupante do cargo de Enfermeira, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de agosto de 2005 a 7 de agosto de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.018/2010, de 17 de Dezembro de 2010
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 1.018/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARGARETE MÜLLER.

O Prefeito do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2011, à servidora MARGARETE MÜLLER, ocupante do cargo de Assistente Social, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de janeiro de 2002 a 1º de janeiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.019/2010, de 20 de Dezembro de 2010
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 1.019/2010, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.
Designa o servidor CESAR JOSE MACHADO para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor de Urbanismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor CESAR JOSE MACHADO, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor de Urbanismo, no período de 20 a 30 de dezembro de 2010, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.020/2010, de 21 de Dezembro de 2010
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 1.020/2010, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.
Nomeia a servidora MARILU MATIELLO para responder, interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal de Urbanismo e Obras.

O Prefeito do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARILU MATIELLO, ocupante do cargo de Diretora de Obras, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Urbanismo e Obras, no período de 22 de dezembro de 2010 a 2 de janeiro de 2011, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio

previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.021/2010, de 23 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.021/2010, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede gratificação de responsabilidade técnica à servidora
MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 515, de 22 de fevereiro de 2008, e considerando que a servidora é responsável pela emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, para elaboração e análise de projetos, vistoria, fiscalização e execução de obras da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, no período de 6 a 31 de dezembro de 2010, à servidora MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, gratificação de responsabilidade técnica, equivalente a 100% (cem por cento) sobre o vencimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MARILU MATIELLO

Secretária Municipal de Urbanismo e Obras, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.022/2010, de 23 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.022/2010, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dá nova redação ao inciso II do art. 1º do Decreto nº 334/2010, de 31 de março de 2010 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 334/2010, de 31 de março de 2010 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

II - representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) titular: LIONI INES BENDER;

b) suplente: PATRICIA KIRCH DZEWIELEWSKI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.023/2010, de 23 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.023/2010, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede abono de permanência à servidora ROSA MARIA CAVALLI FRETA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora ROSA MARIA CAVALLI FRETA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentaria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 30 de novembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.024/2010, de 23 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.024/2010, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Designa a servidora MARIONI ROSA SANTUARI para responder, interinamente, pelo cargo de Encarregada da Seção de Fiscalização;

da outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora MARIONI ROSA SANTUARI, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Fiscalização, no período de 23 de dezembro de 2010 a 23 de janeiro de 2011, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no período de 23 a 31 de dezembro de 2010, a gratificação concedida à servidora MARIONI ROSA SANTUARI, pelo Decreto nº 720/2005, de 23 de setembro de 2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.025/2010, de 23 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.025/2010, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Designa a servidora MARISETE DA SILVA para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora de Gabinete.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora MARISETE DA SILVA, ocupante do cargo de Responsável do Setor Administrativo, para responder pelo cargo de Diretora de Gabinete, no período de 27 de dezembro de 2010 a 16 de janeiro de 2011, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.026/2010, de 23 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.026/2010, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia o servidor JOSE ANTONIO SARETTA para responder, interinamente, pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor JOSE ANTONIO SARETTA, ocupante do cargo de Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no período de 27 de dezembro de 2010 a 9 de janeiro de 2011, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.027/2010, de 23 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.027/2010, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.237 dias, ou seja: 3 (três) anos, 4 (quatro) meses e 22 (vinte e dois) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor ALDO MECCA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 22 de novembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 1.028/2010, de 24 de Dezembro de 2010
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.028/2010, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia a servidora MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON para responder, interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal de Administração; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Administração, no período de 27 de dezembro de 2010 a 16 de janeiro de 2011, em razão do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designada a servidora MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON, Secretária Municipal de Administração, em exercício, no período de 27 de dezembro de 2010 a 16 de janeiro de 2011, para:

I - presidir o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS;

II - movimentar as contas bancárias do FUMAS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de dezembro de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 5.561, de 17 de Dezembro de 2010
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.561, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, "e", c/c o disposto no art. 5º,

"i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terras de 88.000,00m², necessária para fins de construção de unidades habitacionais referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, de que trata a Lei Complementar nº 538, de 21 de setembro de 2009 e alteração, caracterizada como: parte dos lotes rurais nºs. 863, 864, 876 e 877, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, situada em Linha São José, neste Município, de propriedade de WALDEMAR DANILO BARBIERI e sua mulher, EDEVINO BARBIERI, REGIANI MARIA DO AMARAL BARBIERI, GENTIL MIOTTO e sua mulher e JAIRO MORES e sua mulher, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.265, Livro nº 2 - "Q", com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, na extensão de 114,24m, com parte do lote rural nº 863, de propriedade de Hilário Oldoni, e na extensão de 263,425m, com parte do mesmo lote rural nº 863, de propriedade do Município de Concórdia (Loteamento Frei Lency); ao sul, na extensão de 381,55m, com parte do lote rural nº 864, de propriedade de Hilário Oldoni; ao leste, na extensão de 244,92m, com partes dos lotes rurais nºs. 862 e 865, de propriedade de Gilberto Dalbello; ao oeste, na extensão de 221,82m, com área remanescente.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão por conta de dotações do orçamento do Município, em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 17 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.562, de 20 de Dezembro de 2010
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.562, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001, na Lei Complementar nº 397, de 15 de abril de 2005 e na Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS – Da 0h (zero hora) às 7h
(sete horas)

Período: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

DIA	JAN/2011 Farmácia	FEV/2011 Farmácia	MAR/2011 Farmácia	ABR/2011 Farmácia	MAI/2011 Farmácia	JUN/2011 Farmácia	JUL/2011 Farmácia	AGO/2011 Farmácia	SET/2011 Farmácia	OUT/2011 Farmácia	NOV/2011 Farmácia	DEZ/2011 Farmácia
1º	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
2	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copér-dia)	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799
3	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
4	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copér-dia)	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
5	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769
6	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copér-dia)	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
7	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copér-dia)	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340
8	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826

DIA	JAN/2011 Farmácia	FEV/2011 Farmácia	MAR/2011 Farmácia	ABR/2011 Farmácia	MAI/2011 Farmácia	JUN/2011 Farmácia	JUL/2011 Farmácia	AGO/2011 Farmácia	SET/2011 Farmácia	OUT/2011 Farmácia	NOV/2011 Farmácia	DEZ/2011 Farmácia
9	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949
10	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
11	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000
12	SESI – Rua do Comércio, 336	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	SESI – Rua do Comércio, 336	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949
13	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969
14	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	SESI – Rua do Comércio, 336
15	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949
16	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	SESI – Rua do Comércio, 336	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	São João – Rua Anita Garibaldi, 16
17	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popu-lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477
18	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	SESI – Rua do Comércio, 336	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949

DIA	JAN/2011 Farmácia	FEV/2011 Farmácia	MAR/2011 Farmácia	ABR/2011 Farmácia	MAI/2011 Farmácia	JUN/2011 Farmácia	JUL/2011 Farmácia	AGO/2011 Farmácia	SET/2011 Farmácia	OUT/2011 Farmácia	NOV/2011 Farmácia	DEZ/2011 Farmácia
19	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
20	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435
21	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)
22	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
23	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799
24	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
25	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
26	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769
27	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
28	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdua)	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340

DIA	JAN/2011 Farmácia	FEV/2011 Farmácia	MAR/2011 Farmácia	ABR/2011 Farmácia	MAI/2011 Farmácia	JUN/2011 Farmácia	JUL/2011 Farmácia	AGO/2011 Farmácia	SET/2011 Farmácia	OUT/2011 Farmácia	NOV/2011 Farmácia	DEZ/2011 Farmácia
29	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244		Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
30	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000		São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copédia)	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
31	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949		Popular – Rua Marechal Deodoro, 826		Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949		São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua do Comércio, 336		Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949		Santa Luzia – Rua do Comércio, 244

Decreto Nº 5.563, de 27 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.563, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. VI, c/c o disposto na Lei nº 4.260, de 27 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0029.2029 Ações dos Serviços Urbanos

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 320.000,00

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.122.0037.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ação de Outros Encargos Especiais

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.122.0073.1401 Modernização e Organização Administrativa da FMC

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 290.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 760.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 760.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 760.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de dezembro de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Portaria Nº 202/2010, de 20 de Dezembro de 2010
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 202/2010, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia. No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde na CI nº 713/2010, de 16 de dezembro de 2010.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar a servidora MARIA CRISTINA BERTA, ocupante do cargo de Chefe do Departamento da Unidade Sanitária, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 22 a 24 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 203/2010, de 24 de Dezembro de 2010
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 203/2010, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia. No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, e considerando:

- a solicitação da interessada;
- a concordância do titular da Assessoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar horário especial de trabalho à servidora ANDREIA DE PINHO, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Execução Fiscal, no período de 3 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, na forma abaixo:

I - segundas e quartas-feiras: das 7h30min às 11h30min e das 13h às 18h;

II - terças e quintas-feiras: das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 18h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº129/2010

DECRETO Nº 129/2010

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta; o Código Tributário Municipal (Lei nº 11/99 e suas alterações posteriores), especialmente nos termos da Lei Complementar n. 29/2003 e Lei Complementar n. 30/2004 e demais legislações pertinentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário Fiscal, definindo tributos, o seu parcelamento, as suas datas de vencimento para recolhimento e outras disposições correlatas para processamento e efetivação da arrecadação dos tributos municipais no exercício de 2011, de conformidade com a Lei Complementar 30/2004, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Vencidos os prazos previstos e fixados no Calendário Fiscal para a satisfação do crédito tributário, objeto do presente Decreto, ficam automaticamente sujeitos à atualização monetária, juros de mora e penalidades previstas na legislação tributária, bem como a inscrição do crédito tributário em dívida ativa dos contribuintes ou responsáveis infratores.

Art. 3º Os tributos que serão arrecadados mediante a apuração pelo movimento econômico variável serão recolhidos até a data do vencimento, pelo valor originário desta apuração, e, após o vencimento serão até a data do efetivo pagamento serão aplicados os dispositivos do Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes.

Art. 4º Os vencimentos constantes do anexo Único, deste Decreto, serão até a data fixada no Calendário fiscal, podendo o Contribuinte antecipar o seu pagamento.

Art. 5º Os tributos não constantes neste Calendário Fiscal serão pagos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

Art. 6º A atualização monetária para todos os tributos municipais em 2011, conforme preconiza o art. 59 da Lei Complementar n. 029/2003, fica estipulada em 10,27% (dez vírgula vinte e sete por cento), considerando o IGPM (dezembro/2009 a novembro/2010).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta – SC, 28 de dezembro de 2010.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário de administração, Fazenda e Planejamento

ANEXO ÚNICO AO DECRETO N. 129/2010

CALENDÁRIO FISCAL PARA 2011

MESES	IPTU/TCL/ TPPS	ISS	SERV. ÁGUA	TLLP / ALVA- RÁ SANITÁ- RIO
		PARCELAMENTO		
Janeiro		10/02/2011	10/02/2011	
Fevereiro		10/03	10/03	28/02/2011
Março	10/03 (1ª ou única)	10/04	10/04	
Abril	10/04	10/05	10/05	
Maiο	10/05	10/06	10/06	
Junho	10/06	10/07	10/07	
Julho	10/07	10/08	10/08	
Agosto		10/09	10/09	
Setembro		10/10	10/10	
Outubro		10/11	10/11	
Novembro		10/12	10/12	
Dezembro		10/01/2012	10/01/2012	

*IPTU e CM – 16% desconto para pagamento a vista, conforme Anexo 1.9, da Lei 675/05.

*Os tributos não constantes do Calendário Fiscal serão recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

Legenda:

IPTU – Imposto Predial e territorial Urbano

TCL – Taxa de Coleta de Lixo

TPPS – Taxa para Prestação de Serviço

ISS – Imposto Sobre Serviço

Serv. De Água – Taxa pelo Fornecimento de Água

TLLP – Taxa de Licença para Localização e Permanência

CM – Contribuição de Melhoria

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário de administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº444/2010

PORTARIA N.º 444/2010

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença, para tratamento de saúde, sendo no dia 28 de dezembro de 2010, a Servidora Sra. TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 28 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Extrato ADM. 111/2010

Extrato Contrato Administrativo Nº.: 111/2010

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada : ANTONIO DA ROSA DE CORDILHEIRA ALTA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 13/12/2010 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)

Objeto : O Objeto do presente Termo é prorrogar o Contrato Administrativo n. 032/2010 de Serviços de Transporte Escolar para os estudantes da Rede Municipal de Ensino, pelo prazo de 12 (doze) meses em iguais condições, com fulcro ao art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis a espécie.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Antonio da Rosa.

Cordilheira Alta, 13 de Dezembro de 2010

Extrato ADM. 112/2010

Extrato Contrato Administrativo Nº.: 112/2010

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada : EDIS ANTONIO BEE - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 13/12/2010 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)

Objeto : O Objeto do presente Termo é prorrogar o Contrato Administrativo n. 033/2010 de Serviços de Transporte Escolar para os estudantes da Rede Municipal de Ensino, pelo prazo de 12 (doze) meses em iguais condições, com fulcro ao art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis a espécie.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Edis Antonio Bee.

Cordilheira Alta, 13 de Dezembro de 2010

Extrato ADM. 113/2010

Extrato Contrato Administrativo Nº.: 113/2010

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada : NSTUR TRANSPORTES E COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 13/12/2010 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)

Objeto : O Objeto do presente Termo é prorrogar o Contrato Administrativo n. 034/2010 de Serviços de Transporte Escolar para os estudantes da Rede Municipal de Ensino, pelo prazo de 12 (doze) meses em iguais condições, com fulcro ao art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis a espécie.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e João Carlos Ribeiro Paz.

Cordilheira Alta, 13 de Dezembro de 2010

Extrato ADM. 114/2010

Extrato Contrato Administrativo Nº.: 114/2010

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada : NSTUR TRANSPORTES E COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 13/12/2010 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (41),
2.021.3.3.90.00.00.00.00 (42), 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (43)

Objeto : O Objeto do presente Termo é prorrogar o Contrato Administrativo n. 035/2010 de Serviços de Transporte Escolar para os estudantes da Rede Municipal de Ensino, pelo prazo de 12 (doze) meses em iguais condições, com fulcro ao art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis a espécie.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Valmor Tarso.

Cordilheira Alta, 13 de Dezembro de 2010

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 22/12/2010
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 22122010

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.578,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.578,50
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.578,50
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.747,10
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.831,40

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 23/12/2010**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 23/12/2010

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		20.448,10
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	8.453,38
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	999,71
4.1.7.2.1.33.09.00.00	Outras Transferências do SUS.	999,71
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	7.453,67
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	7.453,67
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	11.994,72
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	11.994,72
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	7.196,83
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.797,89

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 27/12/2010
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 27/12/2010

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.095,21
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.095,21
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.095,21
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.857,13
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.238,08

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato FMS Nº. 61/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 61/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - METROMED - COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO - aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 2.147,00 (dois mil cento e quarenta e sete reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2010

DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (10) e 1701.2055.3390 (33) (34)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 17/FMS/2010

DATA DA ASSINATURA - 24 de novembro de 2010

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 206/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 206/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VIP CAR VEÍCULOS LTDA

OBJETO - aquisição de 01 (um) veículo novo tipo 'station wagon' para 05 (cinco) passageiros, motor bi combustível, com potência mínima de 110 CV, para atendimento a Secretaria de Educação do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA - 60 (sessenta) dias para prazo de entrega + 03 (três) anos de garantia

DOTAÇÃO - 0501.1014.4490 (45), 0501.2014.4490 (67)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 120/PMF/2010.

DATA DA ASSINATURA - 17 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 0384/2010

DECRETO Nº 0384, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 14 da Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (89) R\$ 15.000,00

10.301.0016.2.033 - Saúde da Família

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (16) R\$ 20.000,00

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (38) R\$ 110.000,00

Total R\$ 145.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do excesso de arrecadação apurado até esta data, bem como provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 145.000,00

Total R\$ 145.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 11/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Vivo S/A; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 27/12/2010.

Aviso de Extrato de Termo Aditivo 02.Proc.103

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 60/2009; Processo nº. 103/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Marilane Pereira Pacheco Lentz; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 27/12/2010.

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 3.820.2010

Lei Complementar nº 3.820, de 27 de dezembro de 2010.

Altera a redação do § 2º, do Art. 64, da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §2º do art. 64, da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ § 2º O permissionário sucessor deverá preencher os requisitos estabelecidos nesta Lei Complementar, bem como recolher aos cofres municipais taxa no valor de 450 UFM`s, a fim de que se perfectibilize a transferência”.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Complementar Nº 3.821.2010

Lei Complementar nº 3.821, de 27 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana do município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica isento do pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana:

I - o contribuinte que seja aposentado ou pensionista, pessoa física, que satisfaça simultaneamente as seguintes condições:

a) possua um só imóvel, edificado com construção unifamiliar, utilizado para sua residência permanente;

b) cuja renda mensal familiar seja igual ou inferior a 500 UFM (quinhentas Unidades Fiscais do Município), vigente na data do protocolo do pedido de isenção;

II - o contribuinte, pessoa física, que satisfaça simultaneamente as seguintes condições:

a) possua um só imóvel, edificado com construção unifamiliar, utilizado para sua residência permanente;

b) cuja renda mensal familiar seja igual ou inferior a 400 UFM (quatrocentas Unidades Fiscais do Município), vigente na data do protocolo do pedido de isenção.

III - O ex-combatente, ou viúva deste, proprietário, posseiro ou titular de domínio útil do imóvel utilizado para sua residência definitiva;

IV - O imóvel com restrição de uso em razão de:

a) estar localizado em área de preservação permanente segundo

a legislação vigente; ou

b) ter sido invadido por dunas.

§ 1º A isenção de que trata o inciso III deste artigo poderá ser concedida em até 100% (cem por cento) do valor do imposto, segundo o grau da restrição de uso do imóvel a ser definido por profissional técnico do órgão responsável pelo meio ambiente do Município.

§ 2º A isenção prevista neste artigo deverá ser requerida pelo contribuinte, ao titular da Secretaria da Fazenda, em processo regular protocolado na Prefeitura até o dia 31 de julho do ano anterior ao do lançamento.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.030, de 30 de janeiro de 2007.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Complementar Nº 3.822.2010

Lei Complementar nº 3.822, de 27 de dezembro de 2010.

Altera o Anexo I-A da Lei Complementar nº 3.018/2006, que aprova a Planta de Valores Genéricos para fins de determinação do valor venal dos imóveis sujeitos ao IPTU.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Anexo I-A, da Lei Complementar nº 3.018, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os valores unitários básicos de terrenos, para cada Zona Homogênea dos Distritos Cadastrais do Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

DISTRITO 01	
ZONA	VALOR
HOMOGÊNEA	EM UFM
ZH	Valor em UFM
101	2
102	39
103	26
104	13
105	14
106	24
107	26
108	20
109	25
110	18
111	56
112	38
113	39
114	72
115	163
116	44
117	23

118	31
119	25
DISTRITO 02	
ZH	Valor em UFM
201	2
202	25
203	4
204	18
205	25
206	30
207	60
208	75
209	5
210	5
211	12
DISTRITO 03	
ZH	Valor em UFM
301	4
302	8
303	14
304	30
305	8
306	44
DISTRITO 04	
ZH	Valor em UFM
401	20
402	26
403	13
404	42
405	80
406	8
407	5
408	2
DISTRITO 05	
ZH	Valor em UFM
501	4
502	6
503	2
DISTRITO 06	
ZH	Valor em UFM
601	4
602	2
603	5
604	13
605	26
606	4
607	8
DISTRITO 07	
ZH	Valor em UFM
701	2
702	6
703	20

704	8
-----	---

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.819.2010

Lei nº 3.819, de 27 de dezembro de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Técnico com o Centro Universitário Barriga Verde, inscrito no CNPJ sob o nº 82.975.236/0001-08, com intuito de intercâmbio de informações, tecnologia e dados técnico e de pessoal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnico-Científica com o Centro Universitário Barriga Verde, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 82.975.236/0001-08.

Art. 2º O convênio de que trata o artigo anterior tem por objeto o repasse financeiro no valor de até R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) ao Centro Universitário Barriga Verde para elaboração de projeto para o intercâmbio de informações, tecnologia e dados técnico e de pessoal.

Art. 3º Compete ao Centro Universitário Barriga Verde, por conta da presente Lei, desenvolver atividades de ensino, em qualquer nível e modalidade, de pesquisa e de extensão, conforme as necessidades indicadas pela PMI, a serem contratadas através de termos aditivos para cada curso ou atividade.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Imbituba e será repassada em parcela única.

Art. 4º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação 153 do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS



Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 198.2010

DECRETO PMI 198, de 27 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.815, de 27 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito Especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Manutenção da Secretaria da Fazenda

04.123.0004-2.004

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (0153) Transferências Inst. Priv. s/ fins Lucrativos 15.000,00

TOTAL 15.000,00

Art. 2º A abertura de crédito especial de que trata o artigo anterior correrá por conta do Excesso de Arrecadação de recursos próprios apurado no exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 199.2010

DECRETO PMI 199, de 27 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.816, de 27 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito Especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO

Calendário Anual de Eventos

23.695.0008-2.024

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (0145) Transferências Inst. Priv. s/ fins Lucrativos 20.000,00

TOTAL 20.000,00

Art. 2º A abertura de crédito especial de que trata o artigo anterior correrá por conta do Excesso de Arrecadação de recursos próprios apurado no exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação:

Imbituba, 27 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 153.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 153, de 17 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre demissão a pedido de Técnico de Enfermagem - SAMU e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.690, de 24 de maio de 2010 e Lei 2.150, de 08 de junho de 2001, e considerando o exposto pela PGM,

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido o Sr. Osni Osmar Pereira, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 432.415.309-49, da função de Técnico de Enfermagem no Programa SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAGP N.º 126, de 18 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 09 de dezembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de dezembro de 2010.

LÉA DE OLIVEIRA LOPES

Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Edital SEAGP nº 111/2010

EDITAL SEAGP Nº 111/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e

Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 07 de Dezembro a 06 de Janeiro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de Dezembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 111/2010

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Vanézia Pires Nascimento

Editais SEAGP nº 112/2010

EDITAL SEAGP Nº 112/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2009, divulgado através do Edital nº 001/2009, de 23 de janeiro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2009, de 15 de abril de 2009, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 07 de dezembro a 06 de janeiro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a

avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de Dezembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 112/2010

Agente Comunitário de Saúde (área 05)

Sharlene Silva de Souza Ramos

Intimação Nº 001.2010

INTIMAÇÃO N.º 001/2010

CONTRIBUINTE: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

ENDEREÇO: Rua Nereu Ramos, 866 - CENTRO - IMBITUBA/ SC

CNPJ: 02.762.121/0003-68 CMC: 265855

ATIVIDADE: SERVIÇOS PORTUÁRIOS

FICA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, INTIMADO A APRESENTAR AO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DESTA PREFEITURA, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DESTA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS, RELATIVOS AO PERÍODO DE 01.01.2006 A 30.11.2010:

- NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS
- FATURAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMO CONTRATADO E COMO CONTRATANTE
- LIVRO DE REGISTRO DE SERVIÇOS
- GUIAS DE RECOLHIMENTO DO ISSQN
- RECIBOS DE RETENÇÃO NA FONTE DO ISSQN
- LIVROS DIÁRIO
- LIVROS RAZÃO

NÃO SENDO CUMPRIDA ESTA INTIMAÇÃO NO PRAZO PREVISTO ACIMA, O CONTRIBUINTE INCORRERÁ NA INFRAÇÃO PREVISTA NO ART. 312, IV, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 3.019/2006 E SERÁ O MESMO AUTUADO, NOS TERMOS DO INCISO V, a DO ART. 316 DA LEI N.º 3.019/2006 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO. NA REINCIDÊNCIA, AS PENALIDADES SERÃO APLICADAS EM DOBRO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 386 DA MESMA LEI COMPLEMENTAR.

Imbituba, 21 de dezembro de 2010.

LUCIANE FALLEIRO MURADÁS

Auditora Fiscal de Tributos

Matrícula 5575

EDUARDO CRISTIANO MORAES
Auditor Fiscal de Tributos
Matrícula 5451

Ciente: Em ____/____/____
POR A. R.
NOME
CPF/IDENTIDADE

Intimação Nº 002.2010

INTIMAÇÃO N.º 002/2010
CONTRIBUINTE: VOTORANTIN CIMENTOS LTDA.
ENDEREÇO: AV. COMENDADOR PEREIRA INÁCIO, Nº. 1339 - VILA
HELENA - VOTORANTIM/SP - CEP 18.117-725.
CNPJ: 96.824.594/0001-24 CMC: 127468
ATIVIDADE: INDÚSTRIA DE CIMENTO

FICA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, INTIMADO A APRESENTAR AO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DESTA PREFEITURA, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DESTA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS, REFERENTES À OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE NESTE MUNICÍPIO:

- CÓPIA DAS NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS
- CÓPIA DAS FATURAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- CÓPIA DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMO CONTRATANTE
- GUIAS DE RECOLHIMENTO DO ISSQN
- RECIBOS DE RETENÇÃO NA FONTE DO ISSQN

NÃO SENDO CUMPRIDA ESTA INTIMAÇÃO NO PRAZO PREVISTO ACIMA, O CONTRIBUINTE INCORRERÁ NA INFRAÇÃO PREVISTA NO ART. 312, IV, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 3.019/2006 E SERÁ O MESMO AUTUADO, NOS TERMOS DO INCISO V, a DO ART. 316 DA LEI N.º 3.019/2006 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO. NA REINCIDÊNCIA, AS PENALIDADES SERÃO APLICADAS EM DOBRO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 386 DA MESMA LEI COMPLEMENTAR.

Imbituba, 21 de dezembro de 2010.
LUCIANE FALLEIRO MURADÁS
Auditora Fiscal de Tributos
Matrícula 5575

EDUARDO CRISTIANO MORAES
Auditor Fiscal de Tributos
Matrícula 5451

Ciente: Em ____/____/____
POR A. R.
NOME
CPF/IDENTIDADE

Intimação Nº 003.2010

INTIMAÇÃO N.º 003/2010
CONTRIBUINTE: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.
ENDEREÇO: RUA MANOEL FLORENTINO MACHADO, 300 - IMBITUBA/SC
CNPJ: 17.262.213/0120-10 CMC: 130622
ATIVIDADE: CONSTRUÇÃO CIVIL

FICA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, INTIMADO A APRESENTAR AO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DESTA PREFEITURA, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DESTA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS, RELATIVOS AO PERÍODO DE 01.01.2006 A 30.11.2010:

- NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS
- FATURAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMO CONTRATADO E COMO CONTRATANTE
- LIVRO DE REGISTRO DE SERVIÇOS
- GUIAS DE RECOLHIMENTO DO ISSQN
- RECIBOS DE RETENÇÃO NA FONTE DO ISSQN
- LIVROS DIÁRIO
- LIVROS RAZÃO

NÃO SENDO CUMPRIDA ESTA INTIMAÇÃO NO PRAZO PREVISTO ACIMA, O CONTRIBUINTE INCORRERÁ NA INFRAÇÃO PREVISTA NO ART. 312, IV, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 3.019/2006 E SERÁ O MESMO AUTUADO, NOS TERMOS DO INCISO V, a DO ART. 316 DA LEI N.º 3.019/2006 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO. NA REINCIDÊNCIA, AS PENALIDADES SERÃO APLICADAS EM DOBRO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 386 DA MESMA LEI COMPLEMENTAR.

Imbituba, 21 de dezembro de 2010.
LUCIANE FALLEIRO MURADÁS
Auditora Fiscal de Tributos
Matrícula 5575

EDUARDO CRISTIANO MORAES
Auditor Fiscal de Tributos
Matrícula 5451

Ciente: Em ____/____/____
POR A. R.
NOME
CPF/IDENTIDADE

Intimação Nº 004.2010

INTIMAÇÃO N.º 004/2010
CONTRIBUINTE: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº - CENTRO - IMBITUBA/ SC
CNPJ: 02.762.121/0002-87 CMC: 265856
ATIVIDADE: SERVIÇOS PORTUÁRIOS

FICA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, INTIMADO A APRESENTAR AO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DESTA PREFEITURA, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DESTA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS, RELATIVOS AO PERÍODO DE 01.01.2006 A 30.11.2010:

- NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS
- FATURAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMO CONTRATADO E COMO CONTRATANTE
- LIVRO DE REGISTRO DE SERVIÇOS
- GUIAS DE RECOLHIMENTO DO ISSQN
- RECIBOS DE RETENÇÃO NA FONTE DO ISSQN
- LIVROS DIÁRIO
- LIVROS RAZÃO

NÃO SENDO CUMPRIDA ESTA INTIMAÇÃO NO PRAZO PREVISTO ACIMA, O CONTRIBUINTE INCORRERÁ NA INFRAÇÃO PREVISTA NO ART. 312, IV, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 3.019/2006 E SERÁ O MESMO AUTUADO, NOS TERMOS DO INCISO V, a DO ART. 316 DA LEI N.º 3.019/2006 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO. NA REINCIDÊNCIA, AS PENALIDADES SERÃO APLICADAS EM DOBRO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 386 DA MESMA LEI COMPLEMENTAR.

Imbituba, 21 de dezembro de 2010.
LUCIANE FALLEIRO MURADÁS

Auditora Fiscal de Tributos
Matrícula 5575

EDUARDO CRISTIANO MORAES
Auditor Fiscal de Tributos
Matrícula 5451

Ciente: Em ____/____/____

POR A. R.

NOME

CPF/IDENTIDADE

Intimação Nº 005.2010

INTIMAÇÃO N.º 005/2010

CONTRIBUINTE: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº - CENTRO -
IMBITUBA/ SC

CNPJ: 02.762.121/0004-49 CMC: 265958

ATIVIDADE: SERVIÇOS PORTUÁRIOS

FICA O CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, INTIMADO A APRESENTAR AO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DESTA PREFEITURA, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DESTA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS, RELATIVOS AO PERÍODO DE 01.01.2006 A 30.11.2010:

- NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS
- FATURAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMO CONTRATADO E COMO CONTRATANTE
- LIVRO DE REGISTRO DE SERVIÇOS
- GUIAS DE RECOLHIMENTO DO ISSQN
- RECIBOS DE RETENÇÃO NA FONTE DO ISSQN
- LIVROS DIÁRIO
- LIVROS RAZÃO

NÃO SENDO CUMPRIDA ESTA INTIMAÇÃO NO PRAZO PREVISTO ACIMA, O CONTRIBUINTE INCORRERÁ NA INFRAÇÃO PREVISTA NO ART. 312, IV, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 3.019/2006 E SERÁ O MESMO AUTUADO, NOS TERMOS DO INCISO V, a DO ART. 316 DA LEI N.º 3.019/2006 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO. NA REINCIDÊNCIA, AS PENALIDADES SERÃO APLICADAS EM DOBRO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 386 DA MESMA LEI COMPLEMENTAR.

Imbituba, 21 de dezembro de 2010.

LUCIANE FALLEIRO MURADÁS

Auditora Fiscal de Tributos

Matrícula 5575

EDUARDO CRISTIANO MORAES
Auditor Fiscal de Tributos
Matrícula 5451

Ciente: Em ____/____/____

POR A. R.

NOME

CPF/IDENTIDADE

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1088/2010

DECRETO Nº. 1088 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 6.178,50 (seis mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias.

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Administração
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.069,00

04.00 Secretaria de Educação
2021 Aplicação do FUNDEB
31900000 Aplicações Diretas
118.00 Recursos FUNDEB
R\$ 1.700,07

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.409,43

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 27 de dezembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1089/2010

DECRETO Nº. 1089 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento no Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 10.023,59 (dez mil, vinte e três reais e cinquenta e nove centavos), nas seguintes dotações orçamentárias.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.023,59

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 27 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1582/2010

PORTARIA Nº 1582 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Revoga Portaria nº1246/09, que nomeou a servidora Dirce Simionato Modena para exercer o cargo de Diretor.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Revogar portaria nº1246/09 de 02 de janeiro de 2009 que nomeou a servidora DIRCE SIMIONATO MODENA, inscrito no CPF 508.310.119-04 para exercer o cargo de Diretor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 23 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 23 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1583/2010

PORTARIA Nº 1583 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

Exonera servidor público

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a servidora DIRCE SIMIONATO MODENA do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde a Ação Social

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de 31 de

dezembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomere, 23 de dezembro de 2010
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 23 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N º 360/2010

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N º 002/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e em conformidade com o previsto no Edital de Concurso Público n.º 39/2010;

R E S O L V E :

Art 1. HOMOLOGAR o resultado final do Concurso Público n.º 002/2010, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com sua respectiva classificação final, conforme anexo I, parte integrante deste ato.

Art 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 27 de dezembro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 359/2010

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

PRORROGAR, a partir da data de 18/12/2010, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria n º 212/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 21 de dezembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Contrato Nº 86/2010 - PM

CONTRATO Nº 86/2010

7º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 12/2008, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Costa Sul Transporte Coletivo – Michael Kobilanski Neves.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade nº 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Michael Kobilanski Neves – Costa Sul Transportes Coletivos, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.049.948/0001-80, com sede a rua Amazonas, nº 207, no Município da Lapa, Estado do Paraná, representado pelo Sr. Michael Kobilanski Neves – Costa Sul Transporte Coletivo, inscrito no CPF sob o nº 044.378.739-55, portador da cédula de identidade nº 8.105.489-4 SSP-PR, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 28/2007 modalidade Concorrência nº 02/2007, tem, justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada, Cláusula Nona do Contrato nº 12/2008, e Ofício nº 944/2010, da Senhora Marlem Marques Dal Lago – Secretária Municipal da Educação, deferido em data de 29/12/2010, pelo Exmo. Sr. Wanderlei Lezan – DD. Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada pelo período de 200 dias letivos, por 340.474 km, o valor total de R\$ 1.004.398,30 (um milhão, quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta centavos), sendo o valor por km rodado de R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Item	Descrição	Períodos	Km/dia
Trajetos	Itinerários		
01	06h00min horas - Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Pedra Branca, Santo Antonio I, Santo Antonio II (Tancredo), Rio Branco, chegando as 07h00min. Saindo novamente até Pé da Serra e retornando ate Rio Branco, chegando as 07h45min. Retorno as 12h00min horas – Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Pedra Branca, Santo Antonio I, Santo Antonio II, Rio Branco. Retorno às 16h45min horas – Saindo em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Pedra Branca, Santo Antonio I, Santo Antonio II e Rio Branco (entrada Loni).	Manhã e Tarde	93,4km

02	Saída 05h00min horas – Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Boa Vista, Bom Sossego I e II e retornando a escola do Rio Branco. Retorno as 12h00min. Saída 09h00min – 2º. Grau ate Serra da Boa Vista (Estefano), retornando N.E. Guilherme Bossow, no Rio Branco. Retorno as 18h00min 16h45min horas - Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Santo Antonio II, Pé da Serra e Rio Branco.	Manhã e Tarde	138,7 km
03	06h00min horas - Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Serrinha, Campina dos Pintos, Colônia Franconia, São Roque, São José do Timbózinho (entrada Chaves). São Jose do Timbózinho (Entrada dos Maia) até Rio Branco. Retorno às 12h15min pelo Rio Vermelho. Saída 10h15min do N.E. Guilherme Bossow, no Rio Branco ate Rio Vermelho. Retorno as 17h00min.	Manhã e Tarde	129 km
04	06h05min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 05, Serra Grande, Bom Retiro, km 07, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Retorno as 12h00min, retorno inverso.	Manhã	81,69 km
05	06h30min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Campina Grande, Poço Preto, BR 280, km 05, Grupo Escolar Zélia Milles, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Saída 11h50min E.E.B Horacio Nunes ate o Trevo Km07. Retornando ao E.E.B Horacio Nunes. Retorno às 12h10min, desembarcando e embarcando alunos. Itinerário inverso Retorno as 17h00min – km 05, Poço Preto e Campina Grande.	Manhã	103,8 km
06	05h50min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 05, Serrinha, Vila Nova do Timbó, entrada dos Colli, Campo do Meio, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Retorno inverso as 12h00min	Manhã	103,83 km
07	05h50min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 07, km 18, km 20, Divisa Pinheiros, Entrada dos Bay, Aparecida dos Pardos, São Pascoal, km 07, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Saída 10h40min – Embarcando e desembarcando alunos da rodoviária, km 07, km 18, km 20, Pinheiros, Aparecida dos Pardos, São Pascoal. Retorno as 17h00min, sentido inverso.	Manhã e Tarde	186 km
08	05h45min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 07, km 13, Entrada do km 13, Serra Chata, retornando até Escola de Educação Básica Horácio Nunes, passando Serraria Senn, Areal Hobi, Delby Machado, N.E. Presidente Adolfo Konder, ate Irineópolis. Este trajeto repete-se 04 vezes ao dia.	Manhã e Tarde	232,39 km
09	06h00min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por São Pascoal, CTG, Rio Preto, Colônia Litikoski, São Pascoal, km 07, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, este trajeto repete-se 03 vezes ao dia. Retorno as 12h00min, sentido inverso, desembarcando e embarcando. Retorno as 17h00min.	Manhã e Tarde	140 km

10	06h10min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Serrinha, Bar da Marica, Colônia Escada, km 05, Matador do Baitaca, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, retorno inverso as 12h00min.	Manhã	78,84 km
11	09h30min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Rio Vermelho, Santo Antonio II, Rio Branco, São José do Timbózinho, São Roque, Campina dos Pintos, Serrinha, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, retorno inverso as 17h00min.	Tarde	131,94 km
12	09h00min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Rio Branco, Pé da Serra, Pedra Branca, Santo Antonio I, Serra Grande, km 05, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, retorno inverso as 17h00min.	Tarde	151,15 km
13	Saída às 06h30min horas: Bairro São Francisco, Rodoviária, km 07, Serrinha, Rio Vermelho, Rio Branco, retorno inverso as 17h00min. Saída as 07h30min do Rio Branco ate Pedra Branca. Retornando ate Rio Branco. Retorno inverso as 16h00min. Saída 12h00min do Rio Branco, Pé da Serra, Santo Antonio II (Tancredo), Rio Branco.	Manhã e Tarde	131,63 km

OBS – As linhas acima referenciadas são as descritas no Contrato nº 96/2009 – 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2008, solicitada através do ofício nº.369/2009/SME, justificando a retificação do contrato onde houve mudanças dos itinerários e horários conforme tabela abaixo, bem como redução total de 13,63km diários, passando a fazer, a partir de 01 de setembro de 2009 o total diário de 1.702,37 km.

O valor por km rodado refere-se ao Contrato nº 78/2010 - 6º termo aditivo celebrado em 06/12/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA – Além das obrigações assumidas pela Contratada na Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 12/2008, deverá ainda cumprir as determinadas através do Ofício nº 84/1ªPJ/2008, recebida do Senhor Rodrigo Kurth Quadro – Promotor de Justiça – Ministério Público de Santa Catarina – Comarca de Porto União.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 29 de dezembro de 2010.

Município de Irineópolis	Costa Sul Transportes Coletivos
Wanderlei Lezan	Michal Kobilanski Neves
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Mauricio Juraszek	Nome: Jessica Luana Nicoluzzi
CPF: 044.088.849-28	CPF: 088.201.929-50

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Análise e Julgamento de Recursos - Convite Nº 35/2010

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE RECURSOS

Data 27/12/2010

Horário 08h30min

Licitação /

Modalidade

CONVITE

Nº

035/2010

OBJETO:

Aquisição de um ventilador pulmonar portátil para uso no Pronto Atendimento 24Hrs, conforme especificações do Anexo I do Edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010, afim de emitir decisão final acerca dos RECURSOS apresentados pelas empresas participantes do certame, alusivos ao Edital supracitado. Registra-se o que segue: a empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, protocolou recurso sob nº 004148/2010 alegando que o objeto proposto pela empresa LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA descumpra o edital nos requisitos de concentração de O2 de no mínimo 50 a 100% e bateria recarregável NI-CD com autonomia de 6 horas, afirmando que o modelo apresentado pela empresa Leistung Equipamentos Ltda tem a concentração de O2 de 40 e 100% e bateria com autonomia para apenas 120 minutos no registro do aparelho na ANVISA. Em sequência a empresa LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA protocolou sob nº 004161/2010 as contra razões ao recurso interposto. A referida empresa destacou que seu aparelho cumpre o edital, uma vez que o equipamento possui seleção de FIO2 variando de 50 á 100% e que o referido aparelho possui como autonomia mínima 120 minutos e dispõe de bateria adicional de 240 minutos contemplando assim as 6 horas de autonomia exigidas. Após análise da documentação a CPL julgou improcedente a afirmação quanto a concentração de O2 de 40 e 100%, entretanto ao consultar o registro do aparelho no órgão competente, a ANVISA, verificou que o mesmo encontra-se registrado com 120 minutos de autonomia conforme fl. nº 215, sem especificar autonomia mínima conforme documentação apresentada pela empresa sob fl. nº 133. Tendo em vista o item 6.4 do Anexo IV do Edital: 6.4 Os produtos a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), INMETRO, Ministério da Saúde, e as Normas de segurança exigidas no que diz respeito a segurança e qualidade. A CPL solicitou também parecer técnico junto aos usuários responsáveis pelo objeto sob fl. nº 204, obtendo resposta de que tal produto não se encaixa na necessidade do serviço devido a inviabilidade da troca da bateria no enfrentamento de queda prolongada de energia, sendo que a bateria mesmo bem acondicionada perde naturalmente sua carga. A CPL apoiada no instrumento convocatório, e parecer técnico emitido pelo enfermeiro Paulo José Hening e pela Diretora e enfermeira Silvana A. Bialéski Rujanowski do Pronto atendimento 24 horas desta municipalidade, ressaltando que deve-se em primeiro lugar prezar pelo interesse público e pelo andamento do serviço essencial. A respeito do assunto, o professor e, DR. JOEL DE MEZES NIEBUHR, assinalou o seguinte:

“() Tudo gira em torno da delimitação do interesse público, que é discricionária. Contudo, para tanto, durante a descrição do objeto do contrato, o agente administrativo, a priori, não deve se preocupar com miudezas, com características que não sejam relevantes para o interesse público. Em sentido oposto, antes de tudo, ele deve atentar para a utilidade pretendida com o contrato,



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

a função a ser cumprida pelo objeto a ser contratado.
()

Além disso, a Administração Pública também volta os seus olhos às características periféricas do objeto, cuja ausência não compromete a sua funcionalidade básica. Trata-se de características que maximizam as funções do objeto, melhoram o conforto ou, até, a sua estética. Tais características agregam ao objeto funcionalidade secundária. Por exemplo, um veículo automotor com ar-condicionado. O ar-condicionado produz espécie de funcionalidade secundária. A ausência do ar-condicionado não compromete a funcionalidade básica do veículo automotor.

É em relação às características periféricas, produtoras de funcionalidades secundárias, que residem as mais agudas controvérsias. O problema reside em precisar quais as características periféricas são lícitas e quais são ilícitas.

Pois bem, em primeiro lugar, as características periféricas não podem ser aleatórias. Em sentido oposto, elas devem preencher a função de propiciar certa utilidade em favor da Administração Pública, mesmo que não seja essencial, porém sempre relevante. A relevância depende de justificativas de ordem técnica, que desnudem a necessidade da Administração valer-se da funcionalidade secundária do objeto do contrato propiciada pelas suas características periféricas. O fundamental é esclarecer, com argumentos técnicos, que o interesse público demanda objeto que ofereça dada funcionalidade secundária, que é produzida apenas por certas características periféricas, havidas em produto específico, disposto por única pessoa; que os produtos dispostos por outras pessoas, ainda que com a mesma funcionalidade básica, não atenderiam ao interesse público (grifo acrescido. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zênite, 2008. p. 49-50).

Portanto por todas as razões apresentada a CPL acata o recurso impetrado pela empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, desclassificando a proposta apresentada pela empresa LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA pela inadequação do objeto apresentado. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar foi lavrada esta Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação que concordam com todo o exposto.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

ISABELA R. DUTRA POHL
Membro

SUSINEI SCHULTZ
Membro

Joaçaba

IMPRES

Portaria de Aposentadoria 76/2010

PORTARIA 076/2010 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Diretora-Presidente e a Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelos arts. 79 e 80, inciso I, respectivamente, da Lei Complementar 099/2005, de 24 de junho de 2005, e tendo em vista o que consta do processo nº 077 de 06 de dezembro de 2010, RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a ADELAIDE DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 493.841.479-15, portadora do RG nº 1.158.505-2, inscrita no PASEP sob o nº 106.40748.67-5, ocupante do cargo

de Auxiliar de Serviços Internos, lotada na Secretaria de Administração, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.528, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 da Constituição Federal, c/c o art. 22, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração de contribuição da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Joaçaba-SC, 23 de dezembro de 2010.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

GEOVANA A. DENARDI FACIN
Diretora de Previdência e Atuária

SIMAE

Portaria JHL 135/10

PORTARIA Nº SIMAE JHL 135/2010
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, Diretora Presidente do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna SC., no uso de suas atribuições legais, e com base no Artigo 34 da LC 193/10,
RESOLVE:

- 1) Reajustar os valores das diárias da Autarquia, de acordo com a Tabela anexa;
 - 2) Para as concessões de diárias, deverão ser seguidas as normas estabelecidas na Resolução JHL 005/2010.
 - 3) Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2011.
- Joaçaba - SC., 28 de Dezembro de 2010
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI/Diretora Presidente
TABELA COM VALORES DE DIÁRIAS

Anexo da Portaria SIMAE JHL 135/2010 de 28.12.2010:
Reajustado a partir de 01/01/2011 em 29,58% - média da variação dos indicadores: INPC(IGBE) - IGPM(FGV) - IPC(FIPE) referente período de maio/05 à novembro/10 conforme demonstração em anexo.

CLASSIFICAÇÃO DOCARGO	DIÁRIA- NORMAL	DIÁRIAS ACRESCIDAS DE:				
		50%	70%	80%	90%	160%
Função de Direção e Assessoramento	219,60	329,40	373,32	395,28	417,24	570,96
Função de Gerência e demais cargos	183,05	274,58	311,19	329,49	347,80	475,93

Observações:

1 - Deslocamento para as cidades abaixo, o valor da diária será acrescido da importância correspondente a:

- 160% - Viagem Internacional.
- 90% - Brasília-DF, Manaus-AM.
- 80% - São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Recife-PE, Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS, Belem-PA e Salvador-BA.
- 70% - Deslocamento para as demais capitais dos Estados.
- 50% - Deslocamentos para as cidades com mais de 200.000

habitantes.

2 - As diárias previstas para cargos em comissão ou funções de confiança, somente serão concedidas a servidores que estejam no efetivo exercício dos respectivos cargos ou funções.

3 - Em caso de viagem aérea, será concedido um adicional equivalente R\$ 175,68 destinados a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho ou hospedagem e vice-versa.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Homologação Pregão 0042/2010

Protocolo 2842/2010

Processo Licitatório 0049/2010

Pregão Presencial 0042/2010

DESPACHO:

1- Homologo o Julgamento da Pregoeira e encaminho ao SMT, para a emissão das Notas de Empenho para exercício 2011 das seguintes empresas vencedoras e o respectivo material a ser fornecido:

EMPRESA	ITEM	DESCRIÇÃO	Valor do litro
POSTO ESTRELA LTDA	001	Gasolina Comum	R\$2,43
	002	Álcool Combustível Etanol	R\$1,98
POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA	003	Óleo Diesel	R\$1,84

2- Comunique-se.

Joaçaba-SC, 23 de dezembro de 2010.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretor Presidente do SIMAE

Licitação Deserta PP49/2010

Ata do Pregão n.º 0049/2010, Procedimento Administrativo n.º 3051/2010 Processo Licitatório 0060/2010 - Credenciamento, Análise de Propostas, Lances Verbais, Habilitação e Adjudicação.

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dez, reuniram-se, a partir das 14h, a Pregoeira e sua equipe de apoio, designados pela Portaria n.º 0077/2009, para procederem às atividades pertinentes ao Pregão n.º 0049/2010, que tem como objeto a aquisição de Sopradores para ETE de Luzerna. Às 14h e 05 min foi aberta a sessão pública, iniciando o período de identificação/credenciamento de representante legal e de recebimento de envelopes, o qual encerrou-se às 14h e 30 min, sendo que não acudiram interessados no certame, restando deserta a licitação. De imediato, esta pregoeira realizou contatos com as empresas do ramo, as quais, inclusive, receberam ou acessaram o respectivo Edital no site do SIMAE WWW.simae.sc.gov.br/licitacoes (conforme comprovante anexo), com o intuito de levantar os motivos pelos quais esta licitação restou deserta. Tais empresas estão em período de férias coletivas. Diante do exposto, e considerando que os sopradores a serem adquiridos destinam-se, fundamentalmente, para Remoção de Carga Poluente do esgoto recebidos nas ETEs visando a redução de Carga Poluente do esgoto coletado na Rede, melhorando o sistema de aeração e que sem estes sopradores as ETEs continuam operando e de acordo com nos termos do artigo 24, inciso V, o qual dispõe, verbis: "É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré-estabelecidas", e não tendo ávido licitação anterior, providenciaremos nova

licitação para aquisição dos equipamentos. Nada mais havendo, foi lavrada esta Ata, ressaltando, ainda, que os membros da equipe de apoio, ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certame.

ELIANE A CERON VIER
Pregoeira

Equipe de apoio
JOÃO CARLOS UNGERICH ANA PAULA PEREIRA

Publicação homologação CV 03/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SANTA CATARINA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0051/2010

EDITAL DE CONVITE Nº 0003/2010

A Diretora Presidente do SIMAE, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0051/2010, Convite nº 0003/2010, nos seguintes termos:

-Modalidade: Convite.

-Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM O FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO, DE REPOSIÇÃO DE PARALELEPÍPEDOS E ASFALTO EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, HERVAL DO OESTE E LUZERNA.

-Empresa Vencedora: SANEAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME - Item 01 - Valor Unitário de R\$ 46,50 o metro quadrado e Item 02 -Valor Unitário de R\$ 101,00 o metro quadrado- Valor Total - R\$ 118.000,00.

AUTORIZAR a emissão da nota de empenho correspondente para o exercício de 2011.

Joaçaba-SC, 29 de dezembro de 2010.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0101/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0101/2010

PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0042/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2010

PROTOCOLO Nº 2842/2010

Data: 23/12/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO SIMAE PARA O EXERCÍCIO 2011.

Contratado: POSTO ESTRELA LTDA

Valor total do Contrato: R\$ 2,43 (Dois reais e quarenta e três centavos) por litro de Gasolina.

R\$ 1,98 (Um real e noventa e oito centavos) por litro de Álcool.

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2061

ELEMENTO: 3390.30.00.00

Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 102/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0102/2010
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0042/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2010
PROTOCOLO Nº 2842/2010

Data: 23/12/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E RETROESCAVADEIRAS DE PROPRIEDADE DO SIMAE PARA O EXERCÍCIO 2011.

Contratado: POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA

Valor total do Contrato: R\$ 1,84 (Um real e oitenta e quatro centavos) por litro de Óleo Diesel.

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2061 17.512.0029-1051
17.512.0029-1052

ELEMENTO: 3390.30.00.004490.51.00.00 4490.51.00.00

Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1300

DECRETO Nº 1300 de 17 de dezembro de 2010.

"ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 19, da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 49.234,00 (quarenta e nove mil, duzentos e trinta e quatro reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ou o provável excesso de cada uma das fontes de recursos, observada a tendência do exercício, apurado até 17 de dezembro de 2010, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuídos as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
R\$ 1.400,00

Atividade - 08.0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
R\$ 3.740,00

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 27.660,00

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 61 - Programa Nacional de apoio ao Transporte do Escolar - PNATE R\$ 4.084,00

Atividade - 08.0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício)
R\$ 12.350,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 49.234,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1301

DECRETO Nº 1301 de 17 de dezembro de 2010.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente na Atividade abaixo discriminada a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 27.660,00

TOTAL ANULADO R\$ 27.660,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício)
R\$ 27.660,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 27.660,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1307

DECRETO Nº 1307 de 20 de dezembro de 2010.

“ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/00,

DECRETA:

Art.1º- Para cumprimento das disposições dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidos conforme Demonstrativos, peças integrantes deste Decreto, o Desdobramento das Receitas em Metas Bimestrais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, do Município de Luzerna, para o exercício financeiro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2011
 Art.8º, Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000
CONSOLIDADO

Fundos Especiais	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
FMAS	11.000,00	11.000,00	11.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	13.000,00	13.000,00	16.000,00	21.000,00	16.140,00	160.140,00
FMS	115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	125.000,00	125.000,00	145.000,00	125.185,00	1.460.185,00
FMDCA	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	8.000,00	12.000,00	9.850,00	95.350,00
CML	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	55.000,00	55.000,00	66.500,00	66.500,00	583.00,00
Totais	173.000,00	173.00,00	173.000,00	174.000,00	184.500,00	184.500,00	184.500,00	185.500,00	200.500,00	204.000,00	244.500,00	217.675,00	2.298.675,00

Luzerna(SC), 20 de dezembro de 2010

Norival Fiorin
Prefeito Municipal

Maria Inês Dallolmo
Contadora CRC/SC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2011
Art.13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000
CONSOLIDADO

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	884.188,00	880.145,00	957.805,00	913.485,00	953.695,00	912.875,00	910.049,00	915.975,00	938.065,00	1.023.598,00	1.137.348,00	1.192.772,00	11.620.000,00
Receita Tributária	81.300,00	81.300,00	151.300,00	101.300,00	91.300,00	91.300,00	101.300,00	81.400,00	81.400,00	81.500,00	118.410,00	118.001,00	1.179.811,00
Receita de Contribuição	20.100,00	20.100,00	20.100,00	20.100,00	20.100,00	20.100,00	20.100,00	20.100,00	20.100,00	20.100,00	20.100,00	20.900,00	242.000,00
Receita Patrimonial	14.238,00	14.238,00	15.838,00	15.838,00	14.338,00	14.338,00	18.742,00	18.738,00	18.738,00	18.238,00	19.238,00	25.058,00	207.580,00
Receita de Serviços	5.300,00	5.300,00	5.300,00	5.300,00	5.300,00	5.300,00	5.300,00	5.300,00	5.300,00	5.300,00	5.300,00	5.300,00	63.600,00
Transferências Correntes	756.218,00	752.175,00	755.235,00	760.915,00	812.625,00	771.805,00	752.575,00	778.405,00	797.495,00	883.425,00	939.699,00	988.920,00	9.749.492,00
Outras Receitas Correntes	7.032,00	7.032,00	10.032,00	10.032,00	10.032,00	10.032,00	12.032,00	12.032,00	15.032,00	15.035,00	34.601,00	34.593,00	177.517,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	10.000,00	10.000,00	80.000,00
Alienação de Bens	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	10.000,00	10.000,00	80.000,00
TOTAIS	890.188,00	886.145,00	963.805,00	919.485,00	959.695,00	918.575,00	916.049,00	921.975,00	944.065,00	1.029.598,00	1.147.348,00	1.202.772,00	11.700.000,00

Luzerna(SC), 20 de dezembro de 2010

Norival Fiorin
Prefeito Municipal

Maria Inês Dallolmo
Contadora CRC/SC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2011
Art.8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000
CONSOLIDADO

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Gabinete do Prefeito	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	20.000,00	20.000,00	30.000,00	29.000,00	227.000,00
Gabinete do Vice-Prefeito	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	12.000,00	5.100,00	72.100,00
Assessoria Jurídica	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	8.600,00	17.000,00	8.400,00	109.000,00
Assessoria de Planejamento	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	13.000,00	6.500,00	69.100,00
Secretaria da Fazenda e Administração	71.200,00	74.900,00	73.200,00	78.600,00	81.300,00	81.300,00	80.400,00	70.400,00	85.600,00	88.600,00	160.200,00	140.100,00	1.085.800,00
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	16.000,00	136.000,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	250.400,00	282.100,00	280.500,00	281.700,00	300.350,00	315.280,00	343.600,00	311.560,00	302.190,00	372.490,00	461.270,00	358.960,00	3.860.400,00
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	90.000,00	42.600,00	612.600,00
Assessoria da Indústria e Comércio	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00	18.000,00	14.100,00	142.100,00
Secretaria de Obras e Serviços	182.500,00	184.600,00	192.200,00	196.900,00	183.400,00	185.500,00	170.100,00	186.700,00	187.700,00	200.300,00	313.900,00	233.200,00	2.417.000,00
Soma	602.200,00	639.700,00	644.000,00	655.300,00	671.350,00	688.380,00	702.400,00	676.960,00	686.790,00	782.690,00	1.127.370,00	853.960,00	8.731.100,00
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	15.000,00	15.000,00	17.000,00	22.000,00	25.700,00	181.700,00
Fundo Municipal de Saúde - FMS	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	170.000,00	170.000,00	170.000,00	170.000,00	175.000,00	175.000,00	196.000,00	194.100,00	2.060.100,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	14.500,00	19.700,00	126.200,00
Câmara Municipal de Vereadores	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	55.000,00	55.000,00	66.500,00	66.500,00	583.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00
TOTAL	822.200,00	859.700,00	864.000,00	875.300,00	909.350,00	926.380,00	940.400,00	916.960,00	941.790,00	1.039.690,00	1.426.370,00	1.159.960,00	11.700.000,00

Luzerna(SC), 20 de dezembro de 2010

Norival Fiorin
Prefeito Municipal

Maria Inês Dallolmo
Contadora CRC/SC 20394/0-8

Extrato de Portaria 125

Portaria nº 125/10 de 22/12/10 - "Eleva a Categoria Funcional de Servidores que especifica". (Eleva a Categoria Funcional de Professores pela comprovação de nova habilitação profissional, conforme dispõe os art.s 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 033/03 de 08 de dezembro de 2003 - CLAUDIANA FÁTIMA SANTINI de Professor II, "B" para Professor III, "B", DIRLEI MARIA SCHNEIDER BOESING, de Professor II, "B" para Professor III, "B" e LEOBERTO RICARDO GRIGOLO de Professor III, "C" para Professor IV, "B", a partir de 01/02/2011.)

Extrato de Portaria 124

Portaria nº 124/10 de 22/12/10 - "Promove servidores que especifica". (Promove Professores pela comprovação da participação em cursos, com fulcro no art. 21, inciso I e art.s 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 033/03 de 08 de dezembro de 2003 - ALEXANDER ROVER, da Classe "B" para a Classe "C"; CLAUDIANA FÁTIMA SANTINI, da Classe "A" para a Classe "B"; DIRLEI MARIA SCHNEIDER BOESING, da Classe "A" para a Classe "B"; FRANCIELE IARA DIESEL, da Classe "B" da Classe "C" e LUCIANA PRONER CANALE, da Classe "B" para a Classe "C", a partir de 01/02/2011.)

Extrato de Contrato Nº: fms.001.10 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.001.10 - Primeiro Termo Aditivo
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 0016/2009
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
CONTRATADA: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o valor, em razão da inclusão do veículo placas MFI 5626, não havendo alteração de valores com relação aos demais veículos, passando o valor total de R\$ 8.206,01 (oito mil e duzentos e seis reais e um centavo) para R\$ 8.710,15 (oito mil, setecentos e dez reais e quinze centavos), e o prazo de vigência do Contrato fms.001.10, por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, passando a vigência de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2011, conseqüentemente, também alterando o item 1.1. da Cláusula Primeira, item 2.1. da Cláusula Segunda e Oitava

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2010.
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS
CONTRATANTE

SHEILA MANTOANI
MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA
CONTRATADA

Extrato de Contrato Nº: fms.049.08 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.049.08 - Segundo Termo Aditivo
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
CONTRATADA: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a vigência do contrato fms.049.08 de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2011, alterando a Cláusula Oitava.
Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2010.

ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS
CONTRATANTE ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT
Diretor Geral do Hospital Universitário Santa Terezinha
CONTRATADO

Extrato de Contrato Nº: fms.052.08 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.052.08 - Segundo Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, alterar o prazo de vigência do Contrato fms.052.08, prorrogando-o, por 12 (doze) meses, alterando a Cláusula Oitava, do Contrato fms.052.08.

Luzerna(SC), 27 de dezembro de 2010.
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS
CONTRATANTE

ANA CRISTINA LINK
INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA
CONTRATADA

Extrato de Contrato Nº: pml.001.10 - Terceiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.001.10 - Terceiro Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o valor, com a inclusão de veículos, não havendo alteração de valores com relação aos demais veículos, passando o valor total de R\$ 29.585,68 (vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) para R\$ 28.515,63 (vinte e oito mil, quinhentos e quinze reais e sessenta e três centavos) e o prazo de vigência do Contrato pml.001.10, por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, passando a vigência de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2011, conseqüentemente, também alterando o item 1.1. da Cláusula Primeira, item 2.1. da Cláusula Segunda e Oitava.

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SHEILA MANTOANI
MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA.
CONTRATADA

Extrato de Contrato Nº: pml.018.10 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.018.10 - Segundo Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a planilha orçamentária para execução dos serviços, do Contrato pml.018.10, tendo em vista que se tornou necessária a adequação técnica dos Projetos e em conseqüência alterações nos quantitativos e inclusão de serviços não contemplados no orçamento inicial, e em conseqüência de tais alterações haverá um ACRÉSCIMO de R\$ 126.092,06 (cento e vinte e seis mil, noventa e dois reais e seis centavos) no valor do contrato e uma SUPRESSÃO de R\$ 31.810,79 (trinta e um mil, oitocentos e dez reais e setenta e nove centavos) no valor do contrato, havendo um VALOR REAL DE ACRÉSCIMO de R\$ 94.281,37 (noventa e quatro mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos), passando o valor total do contrato de R\$ R\$ 426.976,67 (quatrocentos e vinte e seis mil e

novecientos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos) para R\$ 521.258,04 (quinhentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos), e conseqüentemente alterando o item 2.1 da Cláusula Segunda do contrato pml.018.10.

Luzerna(SC), 22 de dezembro de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal CONTRATANTE

SIMAR JOSÉ ROSA
ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA

Extrato de Contrato Nº: pml.057.10

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.057.10
MODALIDADE: Carta-Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº pml.0028.10
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: VERONA ENGENHARIA LTDA
OBJETO: Fornecimento de material e mão-de-obra para reforma de Quadra de Esporte da Escola São Francisco - Unidade I, contemplando uma área de reforma da quadra com 629,37 m², sito na Rua Rui Barbosa, no Município de Luzerna, conforme Projeto, Memorial Descritivo, orçamento máximo e cronograma.
VALOR: R\$ 44.497,77 (quarenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos)
VIGÊNCIA: 03 (três) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial
DOTAÇÃO:
Conta: 08.0801.12.361.0031.2030.33900000
Reduzido : 052
Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO
Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte : 01 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação
Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 27 de dezembro de 2010
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

GABRIEL VERONA
VERONA ENGENHARIA LTDA
CONTRATADA

Extrato de Contrato Nº: pml.067.07 - Terceiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.067.07 - Terceiro Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: BLAZIUS & FRIZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a dotação e o prazo de vigência do Contrato pml.067.07, prorrogando-o, por 12 (doze) meses, alterando a Cláusula Sexta.

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MÁRCIO LUIZ BLAZIUS
BLAZIUS & FRIZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADA

Extrato do Contrato Nº: pml.029.09 - Terceiro Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº: pml.029.09 - Terceiro Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO LTDA
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o prazo de vigência do Contrato pml.029.09 de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2011, alterando assim, as Cláusulas Primeira e Quarta do Contrato pml.029.09.

Luzerna(SC), 28 de dezembro de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SIDNEI PADILHA
BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO LTDA
CONTRATADA

Extrato do Contrato Nº: pml.030.09 - Terceiro Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº: pml.030.09 - Terceiro Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: CLÍNICA VIECELI S/S LTDA
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o prazo de vigência do contrato pml.030.09, de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2011, alterando assim, as Cláusulas Primeira e Quarta do Contrato pml.030.09.

Luzerna(SC), 28 de dezembro de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TYRONE VIECELLI
CLÍNICA VIECELI S/S LTDA
CONTRATADA

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Tomada de Preço Nº 069/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 069/2010

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 27/01/2011, às 11:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas da TOMADA DE PREÇO N.º 069/2010, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL A SER DESTINADO A IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA NO RAMO DE CONFECÇÃO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº. 1461/2010. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no site www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro, 28 de dezembro de 2010.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1843/2010

DECRETO Nº 1.843/2010 de 24 de Dezembro de 2010.

Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotação e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e amparado pelas disposições dos arts. 41, I, 42 e 43, III, da Lei Federal 4.320:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.3.90-01-0000-000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.1.90-01-0000-000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 5.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Novo Horizonte/ SC, 24 de dezembro de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Termo de Cessão de Uso 154/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO DE SESSÃO DE USO Nº 154/2010

CEDENTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CESSIONARIO: ELI TEZA RODRIGUES

PRAZO: 03 anos contados da assinatura do termo.

Objeto: consiste na utilização de uma (01) caixa d'água de 500 litros, de propriedade da Cedente para ser utilizada pelo Cessionário, em sua propriedade.

FINALIDADE: A finalidade da presente Cessão de Uso é amenizar os efeitos da estiagem que constantemente assolam o Município. Novo Horizonte-SC, em 30/11/2010

Termo de Cessão de Uso 155/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO DE SESSÃO DE USO Nº 155/2010

CEDENTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CESSIONARIO: ANA MARIA TURANI

PRAZO: 03 anos contados da assinatura do termo.

Objeto: consiste na utilização de uma (01) caixa d'água de 300 litros, de propriedade da Cedente para ser utilizada pelo Cessionário, em sua propriedade.

FINALIDADE: A finalidade da presente Cessão de Uso é amenizar os efeitos da estiagem que constantemente assolam o Município. Novo Horizonte-SC, em 06/12/2010

Termo de Cessão de Uso 156/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO DE SESSÃO DE USO Nº 156/2010

CEDENTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CESSIONARIO: NELI PRIVENCI

PRAZO: 03 anos contados da assinatura do termo.

Objeto: consiste na utilização de uma (01) caixa d'água de 300 litros, de propriedade da Cedente para ser utilizada pelo Cessionário, em sua propriedade.

FINALIDADE: A finalidade da presente Cessão de Uso é amenizar os efeitos da estiagem que constantemente assolam o Município. Novo Horizonte-SC, em 06/12/2010

Termo de Cessão de Uso 157/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO DE SESSÃO DE USO Nº 157/2010

CEDENTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CESSIONARIO: VALMOR EPING

PRAZO: 03 anos contados da assinatura do termo.

Objeto: consiste na utilização de uma (01) caixa d'água de 300 litros, de propriedade da Cedente para ser utilizada pelo Cessionário, em sua propriedade.

FINALIDADE: A finalidade da presente Cessão de Uso é amenizar os efeitos da estiagem que constantemente assolam o Município. Novo Horizonte-SC, em 06/12/2010

Termo de Cessão de Uso 158/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO DE SESSÃO DE USO Nº 158/2010

CEDENTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CESSIONARIO: ROSELI HOFFMAN

PRAZO: 03 anos contados da assinatura do termo.

Objeto: consiste na utilização de uma (01) caixa d'água de 300 litros, de propriedade da Cedente para ser utilizada pelo Cessionário, em sua propriedade.

FINALIDADE: A finalidade da presente Cessão de Uso é amenizar os efeitos da estiagem que constantemente assolam o Município. Novo Horizonte-SC, em 23/12/2010

Termo de Cessão de Uso 159/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO DE SESSÃO DE USO Nº 159/2010

CEDENTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CESSIONARIO: GERVÁSIO MAZZUCO PANDINI

PRAZO: 03 anos contados da assinatura do termo.

Objeto: consiste na utilização de uma (01) caixa d'água de 300

litros, de propriedade da Cedente para ser utilizada pelo Cessionário, em sua propriedade.

FINALIDADE: A finalidade da presente Cessão de Uso é amenizar os efeitos da estiagem que constantemente assolam o Município. Novo Horizonte-SC, em 23/12/2010

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 1429 de 28 de Dezembro de 2010

LEI Nº. 1429 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 184.990,00 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 65.090,00
12.365.0018.2.010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 7.400,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 7.400,00
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 57.690,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 25.700,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 30.990,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER R\$ 4.000,00
27.812.0021.1.019 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 4.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0801 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 2.600,00
17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 2.600,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.600,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 2.500,00
16.482.0040.2.040 - Manutenção da Secretaria de Habitação R\$ 2.500,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

1001 - SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 450,00
20.606.0048.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 450,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 450,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 50,00
28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida Interna R\$ 50,00
3.2.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 50,00
1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 110.300,00
10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 110.300,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.800,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 102.500,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 184.990,00 (noventa e quatro mil reais):

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 5.200,00
04.122.0009.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 5.200,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.200,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 111.800,00
04.122.0009.1.004 - Construção do Centro Administrativo R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 11.800,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.800,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 5.030,00
04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 5.030,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.900,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 130,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 42.540,00
12.361.0018.1.008 - Construção e Ampliação de Escolas R\$ 39.300,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 39.300,00
12.365.0018.2.010 - Manutenção do Ensino Infantil R\$ 1.050,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 960,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 90,00
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 90,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 90,00
12.365.0018.2.014 - Manutenção do Transporte Escolar R\$ 2.100,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER R\$ 3.000,00
27.812.0018.2.019 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

0701 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE R\$ 3.000,00
08.243.0027.2.020 - Manutenção do Fundo Mun. da Criança e Adolesc. R\$ 3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

0702 - FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 3.750,00
08.244.0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
08.244.0028.2.024 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 2.750,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.400,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.350,00

0801 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 6.500,00
17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 6.500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

1001 - SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 380,00
22.661.0048.1.042 - Construção da Biofábrica R\$ 380,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 380,00

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 3.200,00
13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cult., Turismo e Meio Amb. R\$ 3.200,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 590,00
04.122.0000.0.052 - Contribuição às Entidades Municipalistas R\$

590,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 590,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 28 de dezembro de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios, em 29 de dezembro de 2010.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria M. de Administração

Lei Nº. 1430 de 28 de Dezembro de 2010

LEI Nº. 1430 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE.

O Senhor EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.

Art. 2º - Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de (devolução integral em espécie; devolução percentual em espécie; em produto para instituições municipais; em óleo diesel etc), após o primeiro ciclo de produção.

Art. 3º - Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.

Art. 4º - O valor utilizado pelos produtores terá um custo de acordo com o Decreto 55/2010 de 01 de outubro de 2010.

Art. 5º - Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores, localizados no Município de Paulo Lopes - SC. .

Art. 6º - Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 7º - Cada produtor terá direito a quantas horas de máquinas for necessário, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.

Art. 8º - Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por hora.

Parágrafo primeiro - Os valores estipulados no artigo 8º poderão

sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.

Parágrafo segundo - O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de horas/máquina.(Observar artigo 4º)

Art. 9º - Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo Único - O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento (ou similar), Prefeitura Municipal e entidade de extensão rural (ou similar), e entidades representativas do setor

Art. 10º - Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 11º - Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

Art. 12º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º - Revoga-se a Disposição em Contrário, em especial a Lei nº 1384 de 04 de maio de 2010.

Paulo Lopes, 28 de dezembro de 2010
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios, em 29 de dezembro de 2010.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria M. de Administração

Decreto Nº 69/2010

DECRETO Nº 69/2010

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 184.990,00 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 65.090,00
12.365.0018.2.010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 7.400,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 7.400,00
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 57.690,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 25.700,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 30.990,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER R\$ 4.000,00
 27.812.0021.1.019 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 4.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0801 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 2.600,00
 17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 2.600,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.600,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 2.500,00
 16.482.0040.2.040 - Manutenção da Secretaria de Habitação R\$ 2.500,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

1001 - SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 450,00
 20.606.0048.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 450,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 450,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 50,00
 28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida Interna R\$ 50,00
 3.2.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 50,00
 1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 110.300,00
 10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 110.300,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.800,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 102.500,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 184.990,00 (noventa e quatro mil reais):

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 5.200,00
 04.122.0009.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 5.200,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.200,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 111.800,00
 04.122.0009.1.004 - Construção do Centro Administrativo R\$ 100.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 11.800,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.800,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 5.030,00
 04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 5.030,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.900,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 130,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 42.540,00
 12.361.0018.1.008 - Construção e Ampliação de Escolas R\$ 39.300,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 39.300,00
 12.365.0018.2.010 - Manutenção do Ensino Infantil R\$ 1.050,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 960,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 90,00
 12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 90,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 90,00
 12.365.0018.2.014 - Manutenção do Transporte Escolar R\$ 2.100,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER R\$ 3.000,00

27.812.0018.2.019 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 3.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

0701 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE R\$ 3.000,00
 08.243.0027.2.020 - Manutenção do Fundo Mun. da Criança e Adolesc. R\$ 3.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

0702 - FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 3.750,00
 08.244.0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 08.244.0028.2.024 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 2.750,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.400,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.350,00

0801 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 6.500,00
 17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 6.500,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

1001 - SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 380,00
 22.661.0048.1.042 - Construção da Biofábrica R\$ 380,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 380,00

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 3.200,00
 13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cult., Turismo e Meio Amb. R\$ 3.200,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 590,00
 04.122.0000.0.052 - Contribuição às Entidades Municipalistas R\$ 590,00
 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 590,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 28 de dezembro de 2010.
 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 29 de dezembro de 2010.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
 Secretaria M. de Administração

Homologação de Inscrições HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

O Prefeito de Paulo Lopes torna público que todas as inscrições referentes aos Editais dos Processos Seletivos Nº 002/2010 e Nº004/2010, foram HOMOLOGADAS, a lista completa com os nomes dos inscritos está afixada no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e na Secretaria Municipal de educação. As listas também estão disponíveis do site www.paulolopes.sc.gov.br.

Comunica ainda que as provas, de ambos os processos, serão realizadas no dia 12 de janeiro de 2011, com início as 14h, nas dependências da Escola Básica Dr. Ivo Silveira - Penha - Paulo Lopes - SC.

Paulo Lopes, 29 de dezembro de 2010.



EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.300, de 27 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 3.300, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme artigo 16º da Lei Municipal nº 1.390 de 10 de Novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 11.170,02 (Onze mil, cento e setenta reais e dois centavos) da Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar

33900000 Aplicações Diretas R\$ 11.170,02

Fonte 0161.54

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 11.170,02 (Onze mil, cento e setenta reais e dois centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 24 de Dezembro de 2010 na fonte de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNATE, aplicação em outras despesas com Transporte Escolar (Recurso Federal).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 27 de Dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 083/2010

PORTARIA Nº 083, de 27 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 061, de 12 de agosto de

2010,

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR a inexistência de responsabilidade do Servidor Municipal Sr. Sandro Márcio Boruch, com referência ao processo administrativo instaurado pela Portaria nº 061 de 12 de agosto de 2010, qual seja, envolvimento em acidente de trânsito conduzindo veículo da Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 27 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 084/2010

PORTARIA Nº 084, de 27 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Processo Administrativo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 078, de 29 de outubro de 2010,

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º RECONHECER o período de 1º de fevereiro de 1986 a 10 de junho de 1987 requerido pela Professora Roseli Edeline Wilke Cravetz, como professora regente de classe, totalizando 494 (quatrocentos e noventa e quatro) dias, ou seja: 01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 09 (nove) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 27 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 1000/2010 - RH

PORTARIA Nº 1000, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de DILMAR BLOOT, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término

do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1001/2010 - RH

PORTARIA Nº 1001, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ELAINE MARA KARPINSKI, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1002/2010 - RH

PORTARIA Nº 1002, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ELENITA TEIXEIRA, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1003/2010 - RH

PORTARIA Nº 1003, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ELIANE SOARES FERREIRA, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1004/2010 - RH

PORTARIA Nº 1004, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ELIS DIENIFFER SOARES MIRANDA, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1005/2010 - RH

PORTARIA Nº 1005, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ELISIANE DE PAULA FRANÇA, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1006/2010 - RH

PORTARIA Nº 1006, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de EMANUELI CRISTINA WEBER STREMLow, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1007/2010 - RH

PORTARIA Nº 1007, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ERILDE KREUZBERG WILHELMS, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1008/2010 - RH

PORTARIA Nº 1008, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de FABIANA ALVES DE MORAES, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série - (Geografia), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1009/2010 - RH

PORTARIA Nº 1009, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de FABIANA ALVES DE MORAES, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1010/2010 - RH

PORTARIA Nº 1010, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de FABIANE KARIN DE SOUZA, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série - (reforço escolar), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1011/2010 - RH

PORTARIA Nº 1011, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de FATIMA REGINA SIQUEIRA MARTINS, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1012/2010 - RH

PORTARIA Nº 1012, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de FERNANDA PADILHA VAZ, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1013/2010 - RH

PORTARIA Nº 1013, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de GISELLA ARRUDA DE OLIVEIRA, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1014/2010 - RH

PORTARIA Nº 1014, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de HENRIETTE CRISTINE BONFLEUR, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1015/2010 - RH

PORTARIA Nº 1015, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de HENRIETTE CRISTINE BONFLEUR, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série - (Ciências), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1016/2010 - RH

PORTARIA Nº 1016, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ISOLETE DA LUZ DA CUNHA, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1017/2010 - RH

PORTARIA Nº 1017, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de JOANA BASNIAK, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1018/2010 - RH

PORTARIA Nº 1018, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de JOSILDE TUSSET, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1019/2010 - RH

PORTARIA Nº 1019, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de JULIANO NEGRI, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1020/2010 - RH

PORTARIA Nº 1020, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de KATIA CORDEIRO RIBEIRO, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino

fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 986/2010 - RH

PORTARIA Nº 986, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Adolfo Eduardo Rodrigues, das funções do cargo de Professor 5ª a 8ª série - (Artes), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 987/2010 - RH

PORTARIA Nº 987, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Adriana Moraes Mota Pires, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - Ensino Fundamental do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 988/2010 - RH

PORTARIA Nº 988, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alcione Aparecida Húpalo, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - Ensino Fundamental do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 989/2010 - RH

PORTARIA Nº 989, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ana Cila Estipe Chornek, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 990/2010 - RH

PORTARIA Nº 990, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Andréia Ribeiro, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 991/2010 - RH

PORTARIA Nº 991, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Anisia Kozakiewicz, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 992/2010 - RH

PORTARIA Nº 992, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cibele Cristina Ferreira, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 993/2010 - RH

PORTARIA Nº 993, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Claudete Rodrigues Vieira, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 994/2010 - RH

PORTARIA Nº 994, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Claudia Brande Casagrande, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 995/2010 - RH

PORTARIA Nº 995, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Clenir Aparecida Rodrigues, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 996/2010 - RH

PORTARIA Nº 996, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cristiane Tasca, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 997/2010 - RH

PORTARIA Nº 997, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daniele Angela Misau, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 998/2010 - RH

PORTARIA Nº 998, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Débora Aparecida Feyh, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 999/2010 - RH

PORTARIA Nº 999, de 20 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Denise Tandler, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Convênio Nº 036/2010

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ABRIGO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PORTO UNIÃO - SAN

CONVÊNIO Nº 36/10

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União - SC e o Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito na rua Padre Anchieta, 126, Porto União - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Sr. ANÍZIO DE SOUZA, brasileiro, casado, portador do RG nº 325.323-SC e do CPF nº 180.245.569-87, residente e domiciliado em Porto União - SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro, o Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, sediado na rua Coronel Belarmino, 355, na cidade de Porto União - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 77.125.862/0001-75, doravante denominado ENTIDADE CONVENIADA, neste ato representado pela sua presidente, Sra. AIEZA MARTINS, brasileira, residente e domiciliada na Praça Hercílio Luz, Nº 47 - Centro - Porto União-SC, portadora do RG nº 228.655-6 e CPF nº 004.688.519-68, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.844, de 22 de dezembro de 2010, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O objeto do presente convênio é estabelecer ações conjuntas voltadas ao atendimento conforme o Plano de Trabalho, mediante o repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO à ENTIDADE CONVENIADA, para cobrir despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

I- aquisição de materiais de consumo para dar continuidade às ações desenvolvidas, sendo a manutenção da estrutura do abrigo com pagamento de água, luz, aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e materiais de higiene, de acordo com as necessidades apresentadas pela demanda.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Liberação dos Recursos

O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE CONVENIADA, recursos financeiros no valor total de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), desembolsáveis em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas em conta bancária de instituição financeira oficial do município, em nome da CONVENIADA, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), durante o período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA, mensalmente, o valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0209 SEC. MUN. DE GABINETE E BEM ESTAR SOCIAL
ATIVIDADE 0824300152026 Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social
MODALIDADE 335000 Transf. à Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados serão utilizados para auxiliar nas despesas de sua manutenção, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira, desde que as prestações de contas estejam em dia.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da restituição

A CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 dias da data do evento o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

I- quando da não execução do objeto do convênio;

II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;

IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e

V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no plano de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da vigência e da prorrogação
O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados de 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município e aprovação da prestação de contas final, através de termo aditivo com previsão na Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual, por sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro
Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 22 de dezembro de 2010.

Prefeito Municipal Presidente do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur
CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1570/2010

PORTARIA Nº. 1570/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Conceder Auxílio Natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora municipal JOSIANE TRISTAO CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme certidão de nascimento nº 0008140 42 do cartório de registro civil da comarca de Trombudo Central - SC, onde encontra-se o assento de MIGUEL CAMARGO DO CARMO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Resumo de Aditivo 072/2010

RESUMO DE ADITIVO Nº 072/2010 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Concorrência: 131/1999

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: ELISEU KOPP & CIA. LTDA

Do Objeto: MONITORAMENTO ELETRÔNICO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, COM EMISSÃO DE PROVAS VISUAIS DO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Da Prorrogação: Observadas as razões dispostas no parecer da Procuradoria Jurídica, verificada as informações ali contidas e ainda o permissivo legal supra, contudo, fazendo prevalecer o interesse público e a excepcionalidade da situação, firma-se a devolução de prazo para execução dos serviços contratados no montante de 180 (cento e oitenta) dias, findando-se o presente pacto e suas obrigações oriundas em 21 de maio de 2011.

Rio do Sul, 04 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 074/2010

RESUMO DE ADITIVO Nº 074/2010 DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 047/2010

Tomada de Preços: 029/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS PARA DRENAGEM URBANA

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 25 de fevereiro de 2011.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 075/2010

RESUMO DE ADITIVO Nº 075/2010 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 063/2006

Tomada de Preços: 071/2006

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Do Objeto: SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMAS

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) meses, com o seu término em 08 de abril de 2011.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 120/2010

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 120/2010

Carta Convite nº 111/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construções Ltda - ME
Objeto: execução de muro de contenção em gabião na rua Humaitá, bairro Boa Vista em Rio do Sul, com fornecimento de serviços e materiais,
Valor: R\$ 42.438,00 (quarenta e dois mil e quatrocentos e trinta e oito reais).
Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 05 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 121/2010

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 121/2010

Tomada de Preços nº 106/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: RZS - Consultoria e Planejamento em Arquitetura e Engenharia Ltda - ME
Objeto: elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, em etapas (Metodologia, Diagnóstico, Estratégias de Ação), conforme Contrato de Repasse nº 0303088-56/2009, firmado pelo Ministério das Cidades/Caixa e a Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.
Valor: R\$ 51.858,80 (cinquenta e um mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).
Prazo de Entrega: 4 (quatro) meses improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:
Recurso: Próprio/CEF
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 08 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 124/2010

RESUMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 124/2010

Concorrência Internacional nº 090/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: RIJOMTEC - Indústria e Comércio Ltda.
Objeto: aquisição de um conjunto de ferramentas hidráulicas para salvamento e resgate
Valor: R\$ 38.822,95 (trinta e oito mil e oitocentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos)
Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias corridos após a emissão de Carta de Crédito Internacional ou da data de deferimento da Licença de Importação, salvo documento comprobatório, justificando a dilatação de prazo.
Recurso: Próprio/Funrebom
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 17 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 125/2010

RESUMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 125/2010

Pregão Presencial nº 113/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Artmicro Informática Ltda
Objeto: equipamentos de informática para diversas secretarias do Município
Valor: R\$ 7.255,00 (sete mil e duzentos e cinquenta e cinco reais);
Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 17 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 126/2010

RESUMO DE CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTOS E MATERIAL Nº 126/2010

Tomada de preços nº 110/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Mauricio Ely Puttkammer - ME
Objeto: conclusão da construção de passeios na Av. 7 de Setembro e rua Dr. Guilherme Gemballa, com comprimento do trecho de 2.890,00m².
Valor: R\$ 160.226,69 (cento e sessenta mil e duzentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos).
Prazo de Entrega: 120 (cento e vinte) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 17 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 127/2010

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 127/2010

Pregão Presencial nº 108/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: TCA Transformações Veiculares Ltda
Objeto: serviços de adequação de 02 (dois) chassis Ford em auto socorro de urgência (ASU) do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul,
Valor: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais);
Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 18 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 128 A 160/2010

RESUMO DE CONTRATO DOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Nºs 128/2010 a 160/2010

Chamada Pública: 115/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Agricultores do Município de Rio do Sul

Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Valor: O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Prazo de Entrega: entrega total dos produtos adquiridos ou até o mês outubro de 2010.

Condições de Pagamento: A Vista após apresentação nota fiscal

Recurso: Próprio/ FNDE/PNAE

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 19 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 161/2010

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 161/2010

Carta Convite nº 121/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Terraplenagem Azza Ltda.

Objeto: execução de pavimentação asfáltica da rua Afonso Schlemper, bairro Budag em Rio do Sul

Valor: R\$ 18.583,20 (dezoito mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 22 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 162/2010

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 162/2010

Carta Convite nº 122/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Terraplenagem Azza Ltda.

Objeto: execução de pavimentação asfáltica da rua Taió, bairro Budag em Rio do Sul

Valor: R\$ 136.490,40 (cento e trinta e seis mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos).

Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 22 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 163/2010

RESUMO DE CONTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 163/2010

Carta Convite nº 112/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Bastos e Siebert Ltda,

Objeto: realização de pesquisa quantitativa de embarque e desembarque e de origem e destino de passageiros usuários do serviço público de transporte coletivo urbano do município de Rio do Sul

Valor: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)

Prazo de Entrega: 45 (quatro e cinco) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 05 (cinco) parcelas iguais, sendo a primeira parcela paga 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa, com a respectiva emissão da Nota Fiscal/Fatura, mediante entrega dos relatórios da execução dos serviços contratados.

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 23 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Alteração Ata de Registro de Preço 073/2010

1ª ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 073/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2009

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2009

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2009

INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Ao nove (09) dia do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dez (2010), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Posto Centro Ltda., estabelecida na Al. Aristiliano Ramos, 11, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.071.326/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu Sócio Gerente, Sr. Deonísio Bilinski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 109/2009 de 09/12/2009, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 01

Fornecedor: Posto Centro Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,60 (dois real e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

PREÇO UNITÁRIO

Gasolina comum.

2,60

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um

só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DEONÍSIO BILINSKI
Sócio Administrador

Ata de REGISTRO de PREÇO 122/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 122/2010
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2010
INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL

Ao décimo terceiro (13) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Lakeland Brasil S.A., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.462/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de capacetes, balaclavas, luvas e roupas de proteção ao combate de incêndio para o Corpo de Bombeiros de Rio do Sul, FUNREBOM, conforme o item abaixo discriminado:

ITEM 01
Fornecedor: Lakeland Brasil S.A.
Preço cotado para o Item: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Balaclava, conforme item 2.1 do Edital.
45,00

ITEM 04
Fornecedor: Lakeland Brasil S.A.
Preço cotado para o Item: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Conjunto de aproximação e combate a incêndio, conforme item 2.1 do Edital.
2.300,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MIGUEL A. DOS GUIMARÃES BASTOS
Diretor Presidente

Ata de Registro de Preço 123/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 123/2010
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2010
INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL

Ao décimo terceiro (13) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Jobe Luv Indústria e Comércio Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.462/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de capacetes, balaclavas, luvas e roupas de proteção ao combate de incêndio para o Corpo de Bombeiros de Rio do Sul, FUNREBOM, conforme o item abaixo discriminado:

ITEM 03

Fornecedor: Jobe Luv Indústria e Comércio Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais)
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS
PREÇO UNITÁRIO
Luva de segurança para combate a incêndio, conforme item 2.1 do Edital.
149,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

PAULO COUTO
Diretor

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 128, de 27 de Dezembro de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.
Altera dispositivos do Código Tributário Municipal instituído pela Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979 e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Código Tributário Municipal, instituído pela Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º. Ficam instituídos os seguintes tributos:

IV - Taxas:

b) Taxa para Abertura e Reposição de Pavimentação de Vias;

e) Taxa de Licença para Execução de Obras e Urbanização;
(NR)

“Art. 25-L

Parágrafo único. Para obter o benefício previsto no caput deste artigo, deverão os interessados apresentar comprovante da condição de aposentadoria, estudo sócio-econômico expedido pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e documento expedido pelo Cartório de Registro de Imóveis Local, comprovando que o requerente é proprietário de apenas um imóvel.” (NR)

“CAPÍTULO VI TAXA PARA ABERTURA E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS” (NR)

“Seção I Incidência” (NR)

“Art. 67. A Taxa tem como fato gerador a prestação dos serviços de autorização para abertura, bem como a reparação e a manutenção das vias e logradouros públicos, inclusive os de recondicionamento de meio-fio, na zona urbana do Município.” (NR)

“Seção II Sujeito Passivo” (NR)

“Art. 68. Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro as vias ou logradouros públicos e que requeira os serviços citados no artigo 67 desta Lei, onde o Município mantenha, com a regularidade necessária, referidos serviços.
Parágrafo único. Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.” (NR)

“Seção III Cálculo da Taxa” (NR)

“Art. 69. A Taxa tem como finalidade o custeio do serviço solicitado pelo contribuinte e será calculada da seguinte forma:
I – nos serviços de abertura da via pavimentada com asfalto para passagem de dutos para fornecimento de energia elétrica e água potável: 20 UFRM (vinte Unidades Fiscais de Referência Municipal).
II – nos serviços de abertura da via pavimentada com pedras irregulares para passagem de dutos para fornecimento de energia elétrica e água potável: 6 UFRM (seis Unidades Fiscais de Referência Municipal).
III – recuperação de meio-fio: 0,30 UFRM (zero virgula trinta Unidades Fiscais de Referência Municipal) por metro linear de área a ser recuperada. (NR)

“Seção IV Lançamento” (NR)

“Art. 70. A Taxa será lançada no momento da solicitação de execução da obra, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.” (NR)

“Seção V Arrecadação” (NR)

“Art. 71. A Taxa será paga na forma e prazos regulamentares.” (NR)

“CAPÍTULO VIII DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO” (NR)

“Art. 77. O fato gerador da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento é o prévio exame e fiscalização das condições de localização, segurança, incolumidade, bem como de respeito a ordem, aos costumes, a tranqüilidade pública, a propriedade, aos

direitos individuais e coletivos e a legislação que trata do Plano Diretor Físico Territorial do Município, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda localizar estabelecimento comercial, industrial, profissional, prestador de serviço, agropecuário, sociedades, associações civis, bem como ocupar vias e logradouros públicos com móveis e utensílios e exercer qualquer atividade prevista no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas, sujeita à prévia licença, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento.” (NR)

“Art. 78. Estão sujeitos à prévia licença e à fiscalização para funcionamento:

I - a localização e o funcionamento de qualquer estabelecimento, no qual se promova a exploração de atividade econômica, social, cultural e esportiva, em caráter permanente ou temporário, mesmo que de natureza filantrópica;

II - a localização e o funcionamento de qualquer estabelecimento, no qual se promova a diversão pública, permanente ou temporária, quer seja remunerada ou gratuita.” (NR)

“Art. 79. A licença será concedida para cada estabelecimento distinto, por local e atividade requerida, desde que atendidas às exigências legais, inclusive aquelas das esferas estadual e federal, por prazo determinado ou indeterminado. (NR)

“Art. 80. Para os efeitos do artigo anterior, consideram-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócios, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.
Parágrafo único. Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel, quando explorados conjuntamente para o exercício da mesma atividade.” (NR)

“Art. 81. O pedido de inscrição ou alteração é promovido pelo sujeito passivo mediante o preenchimento de formulário próprio, via sistema informatizado REGIN – Registro Mercantil Integrado, com a apresentação de documentos previstos em regulamento e deverá operar-se antes do início das atividades no local.
Parágrafo único. A partir do pedido de inscrição será promovida a vistoria do local para o exercício das atividades.” (NR)

“Art. 82. A inscrição somente se completará com a concessão do alvará de licença para localização e funcionamento.

§ 1º. Nenhum alvará de licença para localização e funcionamento será expedido sem que o local de exercício da atividade possua o respectivo Habite-se e esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento constantes na legislação que trata do Plano Diretor Físico Territorial e atestado pela autoridade competente.

§ 2º. A inscrição e a licença são intransferíveis a terceira pessoa, salvo nos casos de manutenção do mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ou Cadastro de Pessoa Física.” (NR)

“Art. 83. A licença será sempre expedida a título precário, podendo ser cassada a qualquer tempo, quando o local não mais atender as exigências em que foi baseada a expedição, e no caso de existência de atividade diversa daquela a que se refere o alvará expedido.
Parágrafo único. A licença será cassada, ainda, quando a atividade exercida violar as normas de saúde, sossego, higiene, segurança e moralidade, nos termos da lei.” (NR)

“Art. 83-A. O alvará para licença de localização e funcionamento será expedido pela autoridade competente e conterá no mínimo:
I - denominação do alvará de licença para localização;
II - nome da pessoa física ou jurídica a quem foi concedido;
III - local do estabelecimento;

IV - ramos de negócios ou atividades;
V - prazo da licença;
VI - número da atividade no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas e número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ou Cadastro Pessoa Física;
VII - horário de funcionamento, quando fixado;
VIII - data da emissão;
IX - assinatura de autoridade competente.” (NR)

“Art. 83-B. Para fins de cobrança da Taxa será observado, ainda, o seguinte:

I - haverá incidência da Taxa, independente da concessão da licença;

II - haverá incidência de nova Taxa e será concedida, se for o caso, a respectiva licença, sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local, ainda que ocorra no mesmo exercício. Parágrafo único. Não será devida a Taxa na hipótese da mudança de numeração, denominação do logradouro ou bairro, por ação do órgão público municipal.” (NR)

“Art. 83-C. Tratando-se de prestador de serviço não localizado, para efeitos da licença, considera-se como estabelecimento o endereço de sua residência ou aquele por ele indicado.” (NR)

“Art. 83-D. No caso de construtor ou empreiteira do ramo da construção civil, sediado ou domiciliado em outro município, considerar-se-á como local do estabelecimento o mesmo da execução da obra.” (NR)

“Art. 83-E. O contribuinte é obrigado a comunicar dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua ocorrência, a transferência, a venda, o encerramento das atividades, a alteração da razão social, do ramo de atividade, de endereço, da composição social e qualquer alteração física ocorrida no imóvel.

§ 1º. A anotação de cessação ou baixa de atividade não implica na quitação ou dispensa de pagamento de quaisquer débitos tributários existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou a baixa de ofício.

§ 2º. A baixa da inscrição será procedida considerando a data do protocolo do pedido ou a data do ato, quando tratar-se de baixa de ofício.” (NR)

“Art. 83-F. Sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica que se enquadrar em quaisquer das condições previstas no artigo 77 desta Lei Complementar.” (NR)

“Art. 83-G. A Taxa será calculada de acordo com a tabela constante do Anexo I desta Lei.

§ 1º. No caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física do espaço ocupado pelas mesmas e exploradas pelo mesmo Contribuinte, a Taxa será calculada e devida sobre a que estiver sujeita no maior ônus fiscal, acrescida de 10% (dez por cento) desse valor para cada uma das demais atividades.

§ 2º. No caso de despacho desfavorável definitivo ou desistência do pedido de licença, a Taxa será devida em 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor, equiparando-se a abandono do pedido a falta de qualquer providência da parte interessada que importe em arquivamento do processo.” (NR)

“Art. 83-H. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local ou existentes no cadastro.

§ 1º. A Taxa será lançada em relação a cada licença requerida.

§ 2º. O lançamento ocorre quando do início das operações ou na hipótese de mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local ou, ainda, de ofício mediante procedimento fiscal.

§ 3º. No caso de licença por prazo determinado, o lançamento será feito por ocasião de cada requerimento.” (NR)

“Art. 83-I. A Taxa será recolhida por meio de documento próprio e no prazo de até 07 (sete) dias da liberação, devendo estar quitada até o início das atividades.

§ 1º. No caso de licença por prazo determinado, o pagamento deverá ser efetuado antecipadamente, como condição para sua obtenção.

§ 2º. Nos exercícios subsequentes ao da concessão da licença, os contribuintes pagarão anualmente, nos prazos estabelecidos em Calendário Fiscal, a Taxa de Vistoria do Estabelecimento, a título do específico exercício do poder de polícia administrativa; a Taxa será devida somente quando efetivamente ocorrer o prévio ato de vistoria do estabelecimento e a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o contribuinte deu início às suas atividades.

§ 3º. Salvo expressa previsão em contrário, a licença terá validade para o ano-calendário em que for concedida, mesmo que sua concessão tenha ocorrido durante o seu decurso, estendendo seus efeitos até o vencimento da Taxa do ano-calendário subsequente.” (NR)

“Art. 83-J. Não serão admitidos o parcelamento e o fracionamento da Taxa de Licença.” (NR)

“Art. 83-L. As infrações a disposição deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de 10 (dez) UFRM - Unidades Fiscais de Referência Municipal, nos casos de:

a) falta de inscrição no cadastro de atividades econômicas ou sua alteração; da comunicação de venda, transferência ou encerramento das atividades do estabelecimento, após o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de ocorrência do evento;

b) dados incompletos na ficha de cadastro;

c) erro, omissão ou falsidade nas informações da ficha de cadastro;

d) falta ou recusa de exibição do alvará de licença em local visível;

II - multa de 20 (vinte) UFRM - Unidades Fiscais de Referência Municipal, no caso de reincidência a qualquer das infrações previstas no inciso I deste artigo;

III - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão;

IV - interdição do estabelecimento, no caso de funcionamento sem a devida licença.” (NR)

“CAPÍTULO XI

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E URBANIZAÇÃO” (NR)

“Art. 95. Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescer ou demolir edifícios, casas, edículas, muros, guias e sarjetas; habitar casa, edifício ou edícula, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, à colocação de tapumes ou andaimes e quaisquer outras obras em imóveis, está sujeita à prévia licença do Poder Público Municipal e ao pagamento da Taxa de Licença para obras e urbanização.

§ 1º. A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas, projeto das obras ou requerimentos, na forma da legislação urbanística aplicável.

§ 2º. A licença para habitação só será concedida mediante vistoria prévia da edificação, na forma da legislação urbanística aplicável.” (NR)

“Art. 96. A Taxa também incide quando dos pedidos de exame de documentos e aprovação de plantas para efeito de averbação, sobre imóveis que, edificados fora do perímetro urbano, em razão da modificação deste, passarem a situar-se dentro de seus limites.” (NR)

"Art. 97. Não incide a Taxa nos casos em que a obra independa de licença, conforme previsto no Código de Obras do Município." (NR)

"Art. 98. A Taxa de Licença para Obras e Urbanização será calculada e lançada de acordo com a Tabela do Anexo V desta Lei Complementar." (NR)

"Art. 99. O pagamento da Taxa será feito por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, da seguinte forma:

I - na ocasião da entrada do requerimento junto ao setor de protocolo, quanto tratar-se de: consulta prévia para construção, projeto arquitetônico, alvará de licença para demolição e consulta prévia para fins de loteamento e desmembramento;

II - até 60 (sessenta) dias a contar do ato da emissão do documento que ateste a realização do serviço, nos demais casos.

Parágrafo único. A entrega do documento que atesta o deferimento do pedido fica condicionada ao pagamento da referida Taxa." (NR)

"Art. 99-A. Qualquer ação que configure fato gerador da Taxa prevista nesta Lei Complementar, sem o pagamento da mesma, sujeitará o infrator à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor atualizado do tributo devido, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação urbanística do Município.

Parágrafo único. A falta de pagamento no vencimento sujeitará o sujeito passivo aos encargos previstos na presente Lei." (NR)

"Art. 104. A Taxa será lançada em nome do contribuinte sempre que for realizado o abate." (NR).

"Art. 105. A Taxa será arrecadada até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do fato gerador." (NR).

"CAPITULO XIII

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS" (NR)

"Seção I Incidência" (NR)

"Art. 106. A Taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que ocupe vias e logradouros públicos com veículos, barracas, tabuleiros, mesas, aparelhos e qualquer outro imóvel ou utensílio para fins comerciais ou prestação de serviços, inclusive durante a realização de Feiras e Eventos." (NR)

"Seção II Sujeito Passivo" (NR)

"Art. 107. Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que venha a exercer atividade em área de domínio público.

Parágrafo único. A autorização para o uso de área de domínio público é pessoal e intransferível e não gera direito adquirido, podendo ser cancelada ou alterada, a qualquer tempo, a critério da autoridade competente, sempre que ocorrer motivo superveniente que justifique tal ato." (NR)

"Art. 108. É de competência da Autoridade Tributária Municipal a concessão de autorização para a instalação e funcionamento das atividades de que trata esta Lei Complementar, com exceção da autorização para a utilização de área fixa perene que compete ao órgão gerenciador do Plano Diretor Físico Territorial.

Parágrafo único. A autorização será concedida em consonância com o que estabelece o Plano Diretor Físico Territorial de São Lourenço do Oeste, atentando basicamente para a sua padronização,

localização, conveniência e mobilidade." (NR)

"Art. 109. O lançamento da Taxa ocorrerá da seguinte forma:

I - de ofício, em parcela única, no ato da liberação do requerimento, quando se tratar de taxa diária.

II - de ofício, em parcela única, quando se tratar de renovação de taxa anual;

III - por homologação, mensal, no caso de utilização de área fixa perene.

Parágrafo único. O valor da Taxa será lançado em Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, convertida em moeda corrente nacional no ato do pagamento." (NR)

"Art. 110. O pagamento da Taxa será efetuado:

I - antecipadamente, quando da autorização para o exercício da atividade, de cunho diário ou por evento;

II - até o último dia útil do mês de março, nos casos de renovação anual;

III - em caso de utilização de área fixa perene, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do lançamento.

§ 1º. A Taxa será calculada proporcionalmente aos meses de uso da área pública, no exercício.

§ 2º. A autorização fica vinculada ao pagamento da Taxa.

§ 3º. O recolhimento da Taxa será efetuado via depósito bancário." (NR)

"Art. 110-A. A Taxa de Uso de Área Pública será calculada de acordo com os seguintes critérios e valores:

I - por evento: 01 UFRM (uma Unidade Fiscal de Referência Municipal);

II - outros:

a) uso de espaço com utilização de veículo: 01 (UFRM uma Unidade Fiscal de Referência Municipal), por dia;

b) uso de espaço sem utilização de veículo: 50% (cinquenta por cento da Unidade Fiscal de Referência Municipal), por dia.

III - concessão de uso de espaço público, nas Praças, para atividade comercial, específica e por prazo não inferior a 12 (doze) meses: 04 UFRM (quatro Unidades Fiscais de Referência Municipal) por ano.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de postes de rede de extensão para a fixação de meios de publicidade." (NR)

"Art. 110-B. Estão isentos da Taxa de Uso de Área Pública os contribuintes enumerados no artigo 83-L desta Lei Complementar, bem como aqueles que fizerem uso de área pública para instalação ou utilização de:

I - aparelhos, máquinas, equipamentos e tapumes destinados temporariamente a execução ou proteção de obras;

II - marquises e toldos;

III - caçambas para recolhimento de entulhos, instaladas temporariamente;

IV - cabines telefônicas tipo "orelhão" e caixas coletoras dos serviços postais ou de baterias de aparelhos celulares;

V - os contribuintes executores de eventos declarados de interesse cultural, artístico, turístico, desportivo ou social, promovidos por entidades declaradas comprovadamente de utilidade pública, sem fim lucrativo.

Parágrafo único. O reconhecimento da isenção prevista neste artigo constará obrigatoriamente da autorização para o exercício da atividade, citando inclusive a base legal que a caracteriza." (NR)

"Art. 110-C. A autorização para o uso de área pública ou sua renovação só será concedida se os interessados apresentarem Certidão Negativa de Tributos Municipais, sem prejuízo de outras exigências regulamentares." (NR)

"Art. 110-D. O documento de autorização, no qual deve constar a atividade permitida, quando obrigatório, deverá ser mantido em poder do contribuinte, no local em que exerça a sua atividade.

Parágrafo único. A autorização se faz necessária mesmo que a atividade seja enquadrada como isenta.” (NR)

“Art. 110-E. O descumprimento de qualquer obrigação, principal ou acessória, prevista para a Taxa, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - apreensão de bens e mercadorias ou interdição do local, no caso de exercício de atividade sem autorização ou em desacordo com os termos da autorização concedida, sem prejuízo das multas cabíveis;

II - multa de:

a) 100% (cem por cento) sobre o valor atualizado da respectiva Taxa, nos casos de exercício de atividade sem autorização;

b) 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atualizado da taxa, nos casos de exercício de atividade em desacordo com os termos da autorização;

III - cancelamento da autorização, a qualquer tempo, pela autoridade competente, sempre que ocorrer transgressão de legislação vigente.” (NR)

“TÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL” (NR)

“CAPÍTULO I

ATOS INICIAIS” (NR)

“Art. 156. O processo administrativo fiscal terá início com os atos praticados pelos agentes fazendários, especialmente através de:

I - notificação de lançamento;

II - lavratura do auto de infração, de apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais ou interdição do estabelecimento;

III - representações.

§ 1º. A emissão dos documentos referidos neste artigo exclui a espontaneidade do sujeito passivo, independente de intimação.

§ 2º. Também exclui a espontaneidade do sujeito passivo o ato de lavratura do termo de início de fiscalização.” (NR)

“Seção I

Da Notificação de Lançamento” (NR)

“Art. 157. A Notificação de Lançamento observará o disposto nos artigos 121 a 127 desta Lei.” (NR)

“Seção II

Auto De Infração e Notificação” (NR)

“Art. 158. O servidor fazendário competente, ao constatar infração de dispositivo da legislação tributária, lavrará auto de infração ou notificação, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, que deverá conter:

I - o local, dia e hora da lavratura;

II - o nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III - o fato que constitui infração e as circunstâncias pertinentes, o dispositivo da legislação tributária violado e a referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando for o caso;

IV - a citação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade quando do processo constar elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º. A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 3º. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção expressa dessa circunstância.” (NR)

“Art. 159. Tratando-se a infração de omissão de pagamento de tributo cujo crédito já tenha sido regularmente constituído, será o sujeito passivo notificado a recolhê-lo no prazo de 30 (trinta) dias,

sem prejuízo da possibilidade de requerer parcelamento, nos termos desta lei; neste caso, a notificação indicará, além do previsto no artigo anterior:

I - o número da inscrição municipal do contribuinte;

II - a identificação do tributo e seu montante;

III - o montante dos juros e demais encargos.” (NR)

“Art. 160. Lavrado o auto de infração, terá o servidor fazendário o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.” (NR)

“Art.161. Da lavratura do auto de infração ou da notificação será cientificado o infrator:

I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega da cópia do auto ao autuado, ao seu representante ou ao preposto, contra recibo datado no original;

II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com Aviso de Recebimento - AR datado e firmado pelo destinatário ou por alguém do seu domicílio;

III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio tributário do infrator.” (NR)

“Art.162. A notificação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recibo ou recusa;

II - quando por carta, na data do recibo de volta;

III - quando por edital, no término do prazo, contado este da data da publicação em órgão oficial do Município.” (NR)

“Seção III

Da Apreensão de Bens ou Documentos e Interdição” (NR)

“Art. 163. Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos existentes em estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agrícola ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiros, em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou em lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e a apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.” (NR)

“Art. 164. Da apreensão lavrar-se-á termo com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no art. 158 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O termo de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.” (NR)

“Art. 165. Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.” (NR)

“Art. 166. As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade fazendária, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.” (NR)

“Art. 167. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias após a apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º. Quando a apreensão recair sobre bens de fácil deterioração, estes poderão ser doados, a critério da Administração, a associação de caridade e demais entidades de assistência social.

§ 2º. Apurando-se, na venda em hasta pública ou leilão, importância superior aos tributos e multas devidos, será o autuado notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, receber o excedente.” (NR)

“Art. 168. Sempre que, a critério do Chefe do Poder Executivo e após garantida ao contribuinte ampla oportunidade de contestação das faltas argüidas em representação, for considerada ineficaz a aplicação das demais penalidades previstas na Legislação Tributária, poderá ser interditado o estabelecimento do infrator.” (NR)

“Art. 169. A interdição, sempre temporária, será comunicada ao infrator, fixando-lhe prazo não inferior a 15 (quinze) dias, para cumprimento da obrigação.” (NR)

“Art. 170. A aplicação da penalidade prevista nesta Seção não exclui as demais cabíveis.” (NR)

“Seção IV Representação” (NR)

“Art. 171. Quando incompetente para notificar ou autuar, o agente do Fisco deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão às disposições da legislação tributária do Município.” (NR)

“Art. 172. A representação far-se-á em petição assinada e mencionará o nome, a profissão e o endereço de seu autor e será acompanhada de provas ou indicará os elementos destas e mencionará, ainda, os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.” (NR)

“Art. 173. Recebida a representação, a autoridade fazendária providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará o infrator, autuá-lo-á ou arquivará a representação.” (NR)

“CAPÍTULO II RECLAMAÇÃO E DEFESA” (NR)

“Art. 174. Ao sujeito passivo é facultado o direito de apresentar reclamação ou defesa contra a exigência fiscal, no prazo de até 20 (vinte) dias, se não constar da intimação ou da notificação do lançamento outro prazo.” (NR)

“Art. 175. Na reclamação ou defesa, apresentada por petição ao Órgão Fazendário mediante protocolo, o sujeito passivo alegará toda a matéria que entender de direito e pertinente, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que possuir e, sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).” (NR)

“Art. 176. Apresentada a reclamação ou a defesa, os servidores que praticaram os atos, ou outros especialmente designados no processo, terão o prazo de 15 (quinze) dias para impugná-la.” (NR)

“Art. 176-A. A apresentação da reclamação ou da defesa instaura a fase litigiosa do processo administrativo fiscal.” (NR)

“CAPÍTULO III PROVAS” (NR)

“Art. 176-B. Findos os prazos a que se referem os artigos 174 e 176, o titular da repartição fiscal deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente desnecessárias ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outra devam ser produzidas.” (NR)

“Art. 176-C. As perícias deferidas competirão ao perito designado

pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo sujeito passivo, ou, quando ordenadas de ofício, poderão ser atribuídas aos agentes do Fisco.” (NR)

“Art. 176-D. Ao servidor fazendário e ao sujeito passivo será permitido, sucessivamente, reinquirir as testemunhas.” (NR)

“Art. 176-E. O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seus prepostos ou representantes legais e suas alegações serão juntadas ao processo ou constarão do termo de diligência, para serem apreciadas no julgamento.” (NR)

“Art. 176-F. Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos do Órgão Fazendário, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.” (NR)

“CAPÍTULO IV DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA”

“Art. 176-G. Findo o prazo para a produção das provas, ou preterido o direito de apresentar a defesa, o processo será apresentado à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º. A autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao servidor fazendário e ao sujeito passivo, por 5 (cinco) dias a cada um, para as alegações finais.

§ 2º. Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias para proferir a decisão.

§ 3º. A autoridade não ficará restrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 4º. Se não considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o processo em diligência e determinar a produção de novas provas, observado o disposto neste Capítulo.” (NR)

“Art. 176-H. A decisão, redigida com simplicidade, clareza e fundamentada, concluirá pela procedência ou improcedência do ato praticado pelo órgão ou servidor fazendário, definindo expressamente os seus efeitos, num ou noutro caso.

Parágrafo único. A autoridade julgadora a que se refere este Capítulo é o agente fazendário ocupante de cargo com hierarquia igual ou superior a do agente responsável pela autuação.” (NR)

“Art. 176-I. Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, cessando, com a interposição do recurso a jurisdição da autoridade de primeira instância.” (NR)

“CAPÍTULO V RECURSO VOLUNTÁRIO” (NR)

“Art. 176-J. Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário com efeito suspensivo ao Conselho Municipal de Contribuintes, interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão que se dará no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Enquanto não constituído o Conselho Municipal de Contribuintes a função judicante em segunda instância administrativa será exercida pelo Secretário Municipal de Fazenda.” (NR)

“Art. 176-L. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.” (NR)

“Art. 176-M. Conforme o caso, a autoridade julgadora de primeira instância verificará se foram trazidos ao recurso fatos ou elementos novos não constantes da defesa ou da reclamação que lhe deu

origem.

§ 1º. Os fatos novos, porventura trazidos ao recurso, serão examinados pela autoridade julgadora de primeira instância, antes do encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes, sendo que, em hipótese alguma, poderá aquela autoridade modificar o julgamento do feito; porém, em face dos novos elementos do processo, poderá justificar o seu procedimento anterior.

§ 2º. O recurso deverá ser remetido ao Conselho Municipal de Contribuintes no prazo máximo de 10 (dez) dias, independente da apresentação ou não de fatos ou elementos que levem a autoridade julgadora de primeira instância a proceder na forma do parágrafo anterior.” (NR)

“CAPÍTULO VI RECURSO DE OFÍCIO” (NR)

“Art. 176-N. Das decisões de primeira instância contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo.

§ 1º. Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, no caso previsto neste artigo, cumpre ao servidor iniciador do processo, ou a qualquer outro que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

§ 2º. Constitui falta de exação no cumprimento do dever e desídia no desempenho da função, para efeito de imposição de penalidade estatutária, quando for o caso, a omissão a que se refere o parágrafo anterior.” (NR)

“Art. 176-O. Subindo o processo em grau de recurso voluntário, e sendo também caso de ofício não interposto, agirá o órgão julgador como se tratasse de recurso de ofício.” (NR)

“CAPÍTULO VII DECISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA” (NR)

“Art. 176-P. A decisão na instância superior será proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, que serão contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho, o prazo de dez dias.” (NR)

“Art. 176-Q. Decorrido o prazo definido no artigo anterior, sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados os acréscimos legais a partir dessa data.” (NR)

“CAPÍTULO VIII EXECUÇÃO DAS DECISÕES FINAIS” (NR)

“Art. 176-R. As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do sujeito passivo e, quando for o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazer ao pagamento do valor da condenação;

II - pela notificação do sujeito passivo para vir receber importância indevidamente paga como tributo ou multa;

III - pela notificação do sujeito passivo para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e o valor pago ou depositado;

IV - pela liberação das coisas e documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de venda, se houver ocorrido alienação;

V - pela imediata inscrição como dívida ativa e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não satisfeitos no prazo estabelecido.” (NR)

“CAPÍTULO V CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES” (NR)

“Art. 199-A. Fica instituído o Conselho Municipal de Contribuintes, com a incumbência de julgar, em segunda instância, os recursos interpostos pelos contribuintes do Município de São Lourenço do Oeste dos atos e decisões sobre matéria fiscal, praticados por força das atribuições do órgão fazendário municipal, bem como as consultas previstas nos artigos 185 a 191 desta Lei.” (NR)

“Art. 199-B. O Conselho Municipal de Contribuintes será composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes dos contribuintes e 3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado por igual período.

§ 1º. A cada membro titular do Conselho corresponderá um suplente, para servirem, quando convocados, na falta ou impedimento dos membros efetivos.

§ 2º. Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos como os suplentes, serão indicados pelos seguintes segmentos da sociedade:

I - 1 (um) representante das entidades de classe empresarial;

II - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de Santa Catarina – OAB/SC, de São Lourenço do Oeste;

III - 1 (um) representante indicado por entidades civis organizadas, escolhido em assembléia específica para tal fim.

§ 3º. Os representantes do Poder Executivo Municipal, tanto os efetivos como os suplentes, serão de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal e escolhidos dentre servidores públicos municipais ativos ou inativos, versados em assuntos fazendários.

§ 4º. Consideram-se impedidos para efeito de nomeação para membro do Conselho na qualidade de titular, bem como de suplente, as autoridades judicantes de primeira instância.

§ 5º. O Conselho Municipal de Contribuintes elegerá, bianualmente, seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos.” (NR)

“Art. 199-C. A posse dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes realizar-se-á mediante termo lavrado em Livro de Atas do Conselho, ao se instalar este, ou posteriormente, quando ocorrer substituição de algum deles, perante o seu Presidente.” (NR)

“Art. 199-D. Perde o mandato o membro que deixar de comparecer às sessões por 3 (três) vezes consecutivas, sem motivo justificado e em se tratando de representante do Poder Executivo Municipal, e sendo ele servidor ativo do Município, a perda de mandato, por essa razão, constituirá falta no cumprimento do dever e será apurada em processo administrativo disciplinar.” (NR)

“Art. 199-E. A função de membro do Conselho Municipal de Contribuintes não será remunerada, constituindo-se serviço público relevante.” (NR)

“Art. 199-F. O Conselho Municipal de Contribuintes reunir-se-á em local, dia e hora designados pelo seu Presidente, em comunicação feita a cada membro com a antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, não podendo as reuniões serem realizadas com intervalo inferior a 5 (cinco) dias, uma da outra.” (NR)

“Art. 199-G. O Chefe do Poder Executivo Municipal designará um servidor público municipal para secretariar os trabalhos do Conselho.” (NR)

“Art. 199-H. Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe tomar conhecimento e decidir apenas dos recursos que versem sobre atos e decisões de que trata o artigo 199-A desta Lei Complementar.” (NR)

“Art. 199-I. O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-ão pelo disposto nesta Lei Complementar e por regimento próprio, homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.” (NR)

"Art. 199-J. O Conselho Municipal de Contribuintes somente poderá deliberar com a reunião da maioria absoluta de seus membros. Parágrafo único. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade." (NR)

"Art. 199-L. Os processos serão distribuídos aos membros do Conselho mediante sorteio, garantida a igualdade numérica na distribuição.

§ 1º. O relator restituirá no prazo de 10 (dez) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º. Quando for realizada qualquer diligência, a requerimento do relator, terá este novo prazo de 5 (cinco) dias, para completar o estudo, contado da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º. Fica automaticamente destituído da função de membro do Conselho, o relator que reter processo além dos prazos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo, salvo motivo de doença ou deferimento de dilatação de prazo, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator o alegue em requerimento dirigido tempestivamente ao Presidente do Conselho.

§ 4º. O Presidente do Conselho comunicará a destituição à autoridade competente, a fim de ser providenciada a nomeação de novo membro ou a substituição pelo suplente.

§ 5º. Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, em cada sessão, o Secretário fornecerá ao Presidente a lista dos processos em atraso, a qual constará da Ata." (NR)

"Art. 199-M. O Conselho poderá converter em diligência qualquer julgamento, neste caso, o relator lançará a decisão no processo, com o visto do Presidente, prosseguindo-se imediatamente." (NR)

"Art. 199-N. Enquanto o processo estiver em diligência ou em estudo com o relator, poderá o recorrente requerer ao Presidente a juntada de documentos, a bem de seus interesses, desde que isso não protele o andamento do processo." (NR)

"Art. 199-O. Facultar-se-á a sustentação oral do recurso, durante 15 (quinze) minutos." (NR)

"Art. 199-P. A decisão, sob a forma de Resolução, será redigida pelo relator, até 5 (cinco) dias após o julgamento e se for vencido, o Presidente designará para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos membros do Conselho, cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º. Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º. As resoluções serão publicadas no órgão oficial do Município ou por edital, sob a designação numérica e com indicação nominal dos recorrentes.

§ 3º. As decisões importantes do ponto de vista doutrinário poderão ser publicadas na íntegra, a critério do Presidente.

§ 4º. Da decisão do Conselho Municipal de Contribuintes que ao interessado se afigure omissa, contraditória ou obscura, cabe Pedido de Esclarecimento, interposto no prazo de 5 (cinco) dias da publicação da Resolução.

§ 5º. Não será conhecido o pedido e a sua interposição não interromperá o prazo de decadência do recurso, a juízo do Conselho, quando for manifestamente protelatório ou visar, indiretamente, à reforma de decisão." (NR)

"Art. 199-Q. O Pedido de Esclarecimento será distribuído ao relator e será julgado preferencialmente na primeira sessão seguinte à data do seu recebimento pelo Conselho." (NR)

"Art. 199-R. O Presidente do Conselho mandará organizar pela Secretaria e publicar, até a véspera do dia da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

I - data de entrada no protocolo do Conselho;

II - data do julgamento em primeira instância;

III - maior valor, se coincidirem aqueles dois elementos de preferência.

Parágrafo único. Terão preferência absoluta, para inclusão em pauta e para julgamento, os processos de que constar a apreensão de mercadorias ou documentos." (NR)

"Art. 199-S. Transitadas em julgado as decisões, a Secretaria do Conselho encaminhará o processo à repartição competente, para as providências de execução.

Parágrafo único. Ficarão arquivadas na Secretaria, a petição do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito." (NR)

"Art. 199-T. Os membros do Conselho deverão declarar-se impedidos nos processos de seu interesse pessoal, profissional ou das sociedades de que façam parte, como sócios, cotistas, acionistas, interessados, ou como membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal e no caso de ter praticado qualquer ato de fiscalização, lançamento ou arrecadação de tributos municipais, relativo ao processo." (NR)

"Art. 199-U. O Conselho poderá representar ao chefe do órgão fazendário para:

I - comunicar irregularidade ou falta funcional, verificada no processo, na instância inferior:

II - propor as medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos;

III - sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação." (NR)

"Art. 199-V. O Conselho mandará excluir, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descorteses ou inconvenientes, acaso usadas por qualquer das partes." (NR)

"Art. 199-X. As decisões do Conselho constituem última instância administrativa para recursos contra atos e decisões de caráter fiscal." (NR)

Art. 2º Em decorrência do disposto nesta Lei Complementar:

I - o Anexo II da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, alterado pela Lei Complementar nº 10, de 28 de dezembro de 1994, que trata da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos, passa a vigorar com a redação constante no Anexo I desta Lei Complementar;

II - o Anexo V da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, alterado pela Lei Complementar nº 10, de 28 de dezembro de 1994, que trata da Taxa de Licença para Obras e Urbanização, passa a vigorar com a redação constante no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 3º A partir do exercício de 2011, fica concedida isenção, em caráter geral e por prazo indeterminado, da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento.

Art. 4º Ficam revogadas as Leis Complementares nº 62, de 16 de dezembro de 2005 e nº 66, de 24 de fevereiro de 2006.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 128, de 27/12/2010.

(Confere nova redação ao Anexo II, da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979)

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

NATUREZA DA ATIVIDADE	NÚMERO UFRM	
	Abertura	Renovação
01 - Indústrias:	-	-
I - Grandes	6,0	5,0
II - Médias	4,0	3,0
III - Pequenas	2,0	1,0
02 - Comércio:	-	-
I - Grandes	6,0	5,0
II - Médios	4,0	3,0
III - Pequenos	2,0	1,0
03 - Mercados:	-	-
I - Grandes	6,0	5,0
II - Médios	4,0	3,0
III - Pequenos	2,0	1,0
04 - Lanchonetes, Bares, Trailers e similares:	-	-
I - Grandes	5,0	4,0
II - Médias	4,0	2,5
III - Pequenos	2,0	1,0
05 - Restaurantes e Churrascarias:	5,0	4,0
06 - Quaisquer outras atividades Comerciais:	3,0	2,0
07 - Estabelecimentos Bancários de Crédito Financiamento e Investimento:	-	-
I. Atividade de Serviços Financeiros (Bancos)	100	80
II. Seguros, Previdência e Planos de Saúde	3,0	3,0
III. Sociedade de Fomento Mercantil (Factoring)	3,0	3,0
IV. Administração de Consórcios	3,0	3,0
V. Outras Atividade de Serviços Financeiros não especificados	3,0	3,0
08 - Cooperativa de Crédito Rural e Crédito Mútuo:	50	35
09 - Hotéis, Pensões e Similares:	-	-
I - Até 10 quartos	3,0	2,0
II - De 11 a 20 quartos	4,0	3,0
III - Mais de 20 quartos	6,0	4,0
IV - Por apartamento	0,4	0,2
V - Motéis	10,0	8,0
10 - Hospitais:	5,0	4,0
11 - Diversões Públicas:	-	-
I - Clubes Noturnos, Cabaré, "dancings" boates e congêneres	12,0	10,0
II - Circos - por dia	-0-	2,0
III - Parques de diversões por dia	-0-	2,0
IV - Pesque-pague e similares	4,0	3,0
V - Quaisquer outros espetáculos por dia	-0-	1,0
12 - Escritórios de Contabilidade:	4,0	3,0
13 - Profissionais sem relação de emprego:	-	-
I - Com curso superior	4,0	3,0
II - Com curso médio	3,0	2,0
III - Demais	2,0	1,0
14 - Representantes comerciais autônomos:	3,0	2,0
15 - Despachantes, agentes e prepostos em geral e mediadores de negócios, agências de passagens e turismo:	4,0	3,0

16 - Atividades com estabelecimento fixo: sapateiros, costureiros, alfaiates, pedreiros, pintores, eletricitistas, taxistas e similares:	2,0	1,0
17 - Casas lotéricas:	8,0	5,0
18 - Oficinas de consertos em geral:	-	-
I - Grandes	5,0	4,0
II - Médias	4,0	3,0
III - Pequenas	2,0	1,0
19 - Posto de serviço para veículos, depósito de inflamáveis, TRR e similares:	4,0	3,0
20 - Tinturarias, lavanderias, salões de engraxates:	2,0	1,0
21 - Barbearias:	2,0	1,0
22 - Salões de beleza, estabelecimentos de banho, duchas, massagens, ginásticas e congêneres:	3,0	2,0
23 - Estúdios fotográficos, cinematográficos e similares:	3,0	2,0
24 - Laboratórios de análises clínicas:	5,0	4,0
25 - Ensino de qualquer natureza ou grau:	3,0	2,0
26 - Livrarias, bancas de serviços e jornais:	3,0	2,0

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO II

LEI COMPLEMENTAR Nº 128, de 27/12/2010.

(Confere nova redação ao Anexo V, da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979)

TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS E URBANIZAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ALÍQUOTA
I – ALVARÁS PARA CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REGULARIZAÇÕES	
A) Edificação até 70,00 m²	Isento
B) Edificação de 70,01 até 150,00 m²	50,00% UFRM
C) Edificação acima de 150,00 m²	100,00% UFRM
D) Edificação com caráter institucional	Isento
II – DEMOLIÇÃO	
A) Certidão de demolição	50,00% UFRM
III – ANÁLISE DE PROJETOS DE EDIFICAÇÃO	
A) Emissão de Certidão de Regularidade Imobiliária	15,00% UFRM
B) Consulta de viabilidade	30,00% UFRM
C) Análise do Projeto Executivo, por m² *	0,50% UFRM
D) Primeira Reanálise do Projeto Executivo	Isento
F) A partir da segunda Reanálise do Projeto Executivo por m² (cada reanálise)	0,50% UFRM
IV – ANÁLISE DE PROJETOS DE PARCELAMENTO DO SOLO E CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS	
A) Emissão de Certidão de Regularidade Imobiliária	15,00% UFRM
B) Consulta de viabilidade	100% UFRM
C) Para áreas até 5.000m²	
Análise de Projeto por m²	0,10% UFRM
Primeira Reanálise do Projeto Executivo	Isento
A partir da segunda Reanálise do Projeto Executivo por m² (cada reanálise)	0,10% UFRM
Vistorias e Liberação (cada vistoria)	100% UFRM

D) Para áreas acima de 5.000m ²	
Análise de Projeto por m ²	500% UFRM (fixos) + 0,05% UFRM por m ² da área que exceder a 5.000 m ²
Primeira Reanálise do Projeto Executivo	Isento
A partir da segunda Reanálise do Projeto Executivo por m ² (cada reanálise)	500% UFRM (fixos) + 0,05% UFRM por m ² da área que exceder a 5.000 m ²
Vistorias e Liberação (cada vistoria)	300% UFRM
V – ALVARÁ DE HABITE-SE	
A) Residencial Unifamiliar	100% UFRM
B) Para edificações até 570m ² :	
Residencial Multifamiliar	100% UFRM
Uso Misto	100% UFRM
Uso Industrial	100% UFRM
C) Para edificações acima de 570m ²	
Residencial Multifamiliar por m ²	0,18% UFRM
Uso Misto por m ²	0,18% UFRM
Uso Industrial por m ²	0,18% UFRM
*Pavimento Tipo – não será computada a repetição.	

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.921, de 27 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 1.921, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio e a conceder auxílio financeiro com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e a conceder auxílio financeiro à seguinte Entidade para o ano de 2011:

I - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, CNPJ nº 33.774.688/0024-41, no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) para o exercício de 2011.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei, serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.922, de 27 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 1.922, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza receber imóvel em doação da Mitra Diocesana de Chapecó, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação, da Mitra Diocesana de Chapecó, entidade religiosa, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 121-S, Centro, Chapecó - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.314.930/0001-47, devidamente constituído por Termo de Doação, representada por seu procurador Inácio Wermuth, brasileiro, religioso, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.716.169 SC e inscrito no CPF/MF nº 575.677.789-04, o imóvel consistente em uma área de terras situada na zona suburbana desta cidade, no fim da Rua Rui Barbosa, com a área superficial de 7.000 (sete mil) m² de área, com registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste sob nº 633, avaliado por Engenheiro Civil em R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), com as seguintes confrontações:

I - NORTE com o cemitério municipal e com terras da Companhia Colonizadora e Industrial Saudades;

II - SUL com a chácara da Companhia Colonizadora e Industrial Saudades;

III - LESTE com o cemitério municipal;

IV - OESTE com os lotes urbanos de terras da Companhia Colonizadora e Industrial Saudades;

Parágrafo único. O imóvel descrito no caput deste artigo fica destinado a integrar a área contígua ao cemitério municipal.

Art.2º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.150, de 28 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 4.150, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 004/2010, para selecionar candidatos para admissão de Educadores e Instrutores Sociais em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2010,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Edital nº 004/2010, de 25 de novembro de 2010, para seleção de candidatos para admissão de Educadores e Instrutores Sociais em caráter temporário, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá a vaga conforme necessidade da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
 (Decreto nº 4.150, de 28 de dezembro de 2010).

Classificação	Insc	Nome	Habilitação	Pontuação
1º	17	IRACY CELLA	Licenciatura em Pedagogia com pós graduação	533
2º	01	SONIA T. COSTA	Licenciatura em Pedagogia com pós graduação	272
3º	21	LIGIA A. DE CARVALHO	Licenciatura em Pedagogia com pós graduação	226
4º	02	EVELISE VALENTINI	Licenciatura em Pedagogia com pós graduação	219
5º	31	ELISANGELA DOS SANTOS	Pedagogia	57
6º	18	PATRICIA ERBES	Licenciatura em Pedagogia	17
7º	13	ELIZANDRA BITENCOURT	Pedagogia	10
8º	12	LEOMAR DE O. DA SILVA	Licenciatura em Pedagogia	08

DIVULGAÇÃO DAS LISTAS CLASSIFICATÓRIAS
EDITAL 004/2010
CARGO: EDUCADOR SOCIAL I**CARGO: EDUCADOR SOCIAL II**

Classificação	Insc	Nome	Habilitação
1º	26	NEUZA V. MACHADO	Licenciatura em Pedagogia com Pós Graduação
2º	05	LUCIANE BOLSAN	Licenciatura em Pedagogia com Pós Graduação
3º	30	PATRICIA T. SULDOWSKI	Licenciatura em Pedagogia com Pós Graduação

CARGO: EDUCADOR SOCIAL III

Classificação	Insc	Nome	Habilitação
1º	16	LUCIA ANITA CAÇOL	Licenciatura em Ciências da Religião
2º	20	IRES I. JANCESKI	Licenciatura em Letras
3º	28	DILCEIA A. MACHADO	Licenciatura em Letras

CARGO: EDUCADOR SOCIAL IV

Classificação	Insc	Nome	Habilitação
1º	15	FATIMA SCHEFFER	Licenciatura em Artes Práticas

CARGO: EDUCADOR SOCIAL V

Classificação	Insc	Nome	Habilitação
1º	09	IEDA PUERARI	Licenciatura em Educação Física com Pós Graduação
2º	14	DANIELA TEIXEIRA	Licenciatura em Educação Física com Pós Graduação
3º	23	MARIANA GOMES	Licenciatura em Educação Física com Pós Graduação

4º	22	EDERSON MORO-ZINI	Licenciatura em Educação Física
5º	29	LUANA PANDOLFI – INDEFERIDO	Não concluído

CARGO: EDUCADOR SOCIAL VI

Classificação	Insc	Nome	Habilitação
1º	04	MICHEL POZZAN	Licenciatura em Educação Física com Pós Graduação
2º	10	MARCIO POSSAMAI DELLA	Licenciatura em Educação Física
3º	25	ANGELA MAFIOLETTI	Licenciatura em Educação Física

CARGO: INSTRUTOR SOCIAL I

Classificação	Insc	Nome	Habilitação
1º	11	HELMA LUCILA LIELL	Ensino Médio completo

CARGO: INSTRUTOR SOCIAL II

Classificação	Insc	Nome	Habilitação
1º	19	ADRIANA GRANZOTTO	Ensino Médio Completo
2º	06	ALINE GUTH	Ensino Médio Completo
3º	03	ADRIANA VIDI	Ensino Médio Completo
4º	24	ANA CAROLINE MAFIOLETTI	Ensino Médio Completo
5º	08	JOELMA GODOY	Ensino Médio Completo

CARGO: INSTRUTOR SOCIAL III

Classificação	Insc	Nome	Habilitação
1º	07	MARIA GORETTI M. DELLA GIUSTINA	Ensino Fundamental Completo

CARGO INSTRUTOR SOCIAL IV

Classificação	Insc	Nome	Habilitação
1º	27	MELISSA BEZERRA	Ensino fundamental/Médio

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de dezembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 464/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
 GABINETE DO PREFEITO
 Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
 CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br
 DECRETO Nº464/2010
 TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA

DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2035 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 30.500,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0135 - Aplicações Diretas R\$ 30.500,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.0.3.0135 - Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0135 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 22 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº465/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 465/2010

Concede Férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO, ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, férias por 30 dias que gozará a partir de 27/12/2010 a 25/01/2011, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Contrato Nº 133.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: (48)3277-0122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 133/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob n.º 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 -Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de dezesseis horas de som volante, convidando os munícipes a participar do Cerimonial de inauguração da pavimentação da estrada Cubatão/ Rio Matias, a ser realizado em São Pedro de Alcântara, dia 22 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 512,00 (quinhentos e doze reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 20/12/2010 a 22/12/2010.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2010

ERNEI JOSÉ STAHELIN NENEM SOM

Prefeito Municipal Contratado

Contrato Nº 134.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 134/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato

representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado HAMILTON REGINALDO EVENTOS, com sede a rua Dona Corola, nº 586, Serraria, São José - SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.741.111/0001-02, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 Este contrato tem como objeto a locação de equipamentos de som para o Cerimonial de inauguração da pavimentação da estrada Cubatão/ Rio Matias, a ser realizado em São Pedro de Alcântara, dia 22 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 22/12/2010.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2010.

Município de São Pedro de Alcântara Hamilton Reginaldo Eventos
ERNEI JOSÉ STAHELIN Contratado
Prefeito Municipal

Termo de Renúncia Tácita

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE RENUNCIA TÁCITA
CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2007

Conforme documentação arquivada no Setor de Recursos Humanos do Município, fica declarada a renúncia tácita a vaga para o cargo de Motorista II, conforme aprovação nº. 13, do Concurso Público nº. 001/2007, obtido pelo candidato RODRIGO DA ROSA.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de dezembro de 2010.

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Emenda Lei Organica 7/2010

EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº. 007/2010.
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, faz saber a todos os habitantes do município que, a Mesa Diretora Propôs, a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Emenda a Lei Orgânica:

Art. 1º. O art. 51 da Lei Orgânica do Município de Turvo, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 51. O Prefeito e o Vice Prefeito não poderão ausentar-se do Município por período superior a quinze dias, sem autorização da Câmara Municipal de Vereadores, sob pena de perda do mandato.

§ 1º. O Prefeito e o Vice Prefeito residirão no Município.

§ 2º. "O Prefeito, regularmente licenciado, terá direito a gozar de férias anuais de 30 dias, sem prejuízo dos subsídios, ficando a seu critério a época para usufruir o descanso."

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, em 24 de dezembro de 2010.

Vereador ALBENOR GIUSTI
Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Emenda a Lei Orgânica nesta Secretaria na data supra.

IZALTINO ANTÔNIO RIBEIRO
Primeiro Secretário

Lei 2051/2010

Lei nº 2.051/10, de 27 de dezembro de 2010
DISPOE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RODOVIA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "RODOVIA PREFEITO ROMEU CARLESSI", as rodovias TVO-353 e parte da TVO-354, iniciando na SCT-285 em Linha Contessi até o Distrito de Morro Chato.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Turvo(SC), 27 de dezembro de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 106/2010

DECRETO Nº 106/10, de 21 de dezembro de 2010.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 1.982/09 (Lei Orçamentária Anual), de 28/12/2009

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais), assim classificados:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0025.2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(45) - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0027.2.004 - MANUT. E FUNC. DO GABINETE DO VICE-PREFEITO
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(49) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

04.01 - SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS

04.122.0028.2.005 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(52) - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.0032.2.008 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(69) - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

12.365.0033.2.009 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE PRÉ-ESCOLARES

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(73) - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

12.361.0034.2.010 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001.0(77) - Aplicações Diretas R\$ 86.000,00

Art. 2º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Turvo no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002.0(8) - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Art. 3º. A execução do disposto no art. 1º e 2º correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 21 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 107/2010

DECRETO Nº 107/10, de 27 de dezembro de 2010.

FIXA HORARIO DE FUNCIONAMENTO PARA O PLANTÃO DAS FARMÁCIAS AOS DOMINGOS E FERIADOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal no 616/85, de 16 de maio de 1985.

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado o horário de funcionamento para o plantão das farmácias aos domingos e feriados nacionais e municipais, para o exercício de 2011, conforme tabela em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 27 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco - Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Escala de Plantão das farmácias nos domingos, feriados nacionais e municipais, na sede do Município de Turvo (Lei no 040, art. 3º, letra b), a partir de 1º de janeiro de 2011.

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
03 - Biofarma	07 - Santa Rita	07 - Biofarma	04 - São Luiz
10 - São Luiz	14 - Biofarma	14 - São Luiz	11 - Santa Rita
17 - Santa Rita	21 - São Luiz	21 - Santa Rita	18 - Biofarma
24 - Biofarma	28 - Santa Rita	28 - Biofarma	25 - São Luiz
31 - São Luiz			
Maio	Junho	Julho	Agosto
02 - Santa Rita	06 - São Luiz	04 - Santa Rita	01 - Biofarma
09 - Biofarma	13 - Santa Rita	11 - Biofarma	08 - São Luiz
16 - São Luiz	20 - Biofarma	18 - São Luiz	15 - Santa Rita
23 - Santa Rita	27 - São Luiz	25 - Santa Rita	22 - Biofarma
30 - Biofarma			29 - São Luiz
Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
05 - Santa Rita	03 - Biofarma	07 - Santa Rita	05 - Biofarma
12 - Biofarma	10 - São Luiz	14 - Biofarma	12 - São Luiz
19 - São Luiz	17 - Santa Rita	21 - São Luiz	19 - Santa Rita
26 - Santa Rita	24 - Biofarma	28 - Santa Rita	26 - Biofarma
	31 - São Luiz		

Turvo(SC), 27 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Decreto 108/2010

DECRETO Nº 108/10, de 27 de dezembro de 2010.

FIXA CALENDÁRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar no 002/04, de 20 de dezembro de 2004 (Código Tributário Municipal).

DECRETA

Art. 1º. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) será

arrecadado em 05 parcelas iguais e a vencer nas seguintes datas:

- 1ª parcela: 10/03/2011;
2ª parcela: 11/04/2011;
3ª parcela: 10/05/2011;
4ª parcela: 10/06/2011;
5ª parcela: 11/07/2011.

Parágrafo Único. Poderá ser efetuado o pagamento em parcela única, até 10/03/2011, sendo concedida uma bonificação de 10% (dez por cento) sobre o imposto, conforme previsto na Lei Complementar no 002/04, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 2º. As taxas municipais terão os seguintes vencimentos:

- a) Taxa de Fiscalização, de Localização, Instalação e de Funcionamento de Estabelecimentos - TFL: 10/02/2011;
b) Taxa de Serviços de Conservação de Ruas e Logradouros Públicos - TSCRLP, Taxa de Serviços de Limpeza Pública - TSL, Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Resíduos Sólidos - TSCRRS e Taxa de Expediente - TE para expedição do carne do IPTU, serão cobrados nas mesmas datas de vencimento do IPTU;
c) Taxa de Segurança contra Incêndios, será cobrado na data de vencimento da parcela única ou da primeira parcela do IPTU.

Art. 3º. O ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) fixo será arrecadado em 08 parcelas a vencer nas seguintes datas:

- 1ª parcela: 10/02/2011;
2ª parcela: 10/03/2011;
3ª parcela: 11/04/2011;
4ª parcela: 10/05/2011;
5ª parcela: 10/06/2011;
6ª parcela: 11/07/2011;
7ª parcela: 10/08/2011;
8ª parcela: 12/09/2011.

Art. 4º. O ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) homologado será arrecadado mensalmente até o dia 12 (doze) do mês seguinte ao de referência.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 27 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2.471/10

LEI Nº 2.471/10, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera o Anexo Único, da Lei nº 257/92, que "Dispõe sobre as normas de saúde em Vigilância Sanitária, estabelece penalidades e dá outras providências", e Revoga o artigo 8º da Lei nº 160/93, de 30 de dezembro 1993, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único da Lei nº 257/92, passando a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO"

TABELA I - ATOS DA SAÚDE PÚBLICA		
CÓDIGO	ATIVIDADES	UFM
	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (Validade um ano a partir da emissão)	
Grupo I	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
01-1	Conserva de produtos de origem vegetal	326,67
01-2	Doces/produtos de confeitaria(c/creme)	169,87
01-3	Massas frescas	117,60
01-4	Panificação (fab./distrib).	169,87
01-5	Produtos alimentícios infantis	169,87
01-6	Produtos congelados	117,60
01-7	Produtos dietéticos	130,67
01-8	Refeição industriais	326,67
01-9	Sorvetes e similares	169,87
01-10	Congêneres	169,87
	A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de	16,33
	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
01-11	Aditivos	117,60
01-12	Água mineral	117,60
01-13	Amido e derivados	117,60
01-14	Bebidas alcoólicas,sucos e outras	117,60
01-15	Biscoito e bolachas	117,60
01-16	Cacau,chocolates e sucedâneos	117,60
01-17	Cerealista,depósito e beneficiamento de grãos	117,60
01-18	Condimentos, molhos e especiarias	117,60
01-19	Confeitos,caramelos,bombons e similares	117,60
01-20	Desidratadora de frutas(uvas-passa,banana,etc)	117,60
01-21	desidratadora de vegetais e ervateiras	117,60
01-22	Farinhas(moinhos) e similares	196,00
01-23	Gelatinas,pudins,pós para sobremesas e sorvetes	117,60
01-24	Gelo	117,60
01-25	Gorduras,óleos,azeites,cremes(fab./envasadoras)	117,60
01-26	Marmeladas,doces e xaropes	117,60
01-27	Massas secas	117,60
01-28	Refinadora e envasadora de açúcar	117,60
01-29	Refinadora e envasadora de sal	117,60
01-30	Salgadinhos/batata frita(empacotado)	117,60
01-31	Salgadinhos e frituras	117,60
01-32	Suplemento alimentares enriquecidos	117,60
01-33	Tempero à base de sal	117,60
01-34	Torrefadora de café	117,60
01-35	Congêneres	117,60
	A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de	16,33

Grupo II	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
02-1	Açougue	169,87
02-2	Assadora de aves e outros tipos de carne	98,00
02-3	Cantina escolar	98,00
02-4	Casa de carnes	169,87
02-5	Casa de frios(laticínios e embutidos)	130,67
02-6	Casa de sucos/caldo de cana e similares	98,00
02-7	Comércio atacadista/depósito de produtos perecíveis	179,67
02-8	Confeitaria	169,87
02-9	Cozinha de escolas	98,00
02-10	Cozinha clube/hote,/motel/creche/boate/similares	98,00
02-11	Cozinha de lactários/hosp/mater/casas de saúde	163,33
02-12	Feira livre amb.(c/venda carne/pescados,outros	98,00
02-13	Bar/Lanchonete/café colonial e petiscarias	117,60
02-14	Mercado/super/Hiper	179,67
02-15	Mini mercado(única atividade)	130,67
02-16	Padaria/panificadora (sem industrialização e sem distribuição)	117,60
02-17	Pastelaria	98,00
02-18	Peixaria(pescados e frutos do mar)	117,60
02-19	Pizzaria	117,60
02-20	Produtos congelados (revenda)	117,60
02-21	Restaurante/buffet/churrascaria	130,67
02-22	Rotisserie	130,67
02-23	Serviços carro/drive-in/quiosques e similares	117,60
02-24	Sorveteria e/ou posto de venda	117,60
02-25	Congêneres	98,00
Em estabelecimento com mais de uma atividade, será acrescentado o valor correspondente a		16,33
	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
02-26	Bomboniere	98,00
02-27	Café	98,00
02-28	Depósito de bebidas	163,33
02-29	Depósito de frutas e verduras	98,00
02-30	Depósito de produtos não perecíveis e secagem de madeiras	163,33
02-31	Envassadora de chás/café/condimentos/especias	130,67
02-32	Feira-livre/comércio amb.Alimentos não perecíveis	98,00
02-33	Quitanda frutas e verduras	98,00
02-34	Venda ambulante(carrinhopipoca/milho/sanduche etc)	98,00
02-35	Comércio atacadista de produtos não perecíveis	163,33
02-36	Congêneres	98,00
Em estabelecimento com mais de uma atividade, será acrescentado o valor correspondente a		16,33
Grupo III	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
03-01	Produtos tóxicos e/ou faz uso	163,33

03-02	Cosméticos,perfumes e produtos de higiene	163,33
03-03	insumos farmacêuticos	163,33
03-04	produtos farmacêuticos	163,33
03-05	Produtos biológicos	163,33
03-06	Produtos de uso laboratorial	163,33
03-07	produtos de uso médico/hospitalar	163,33
03-08	Produtos odontológicos de uso odontológico	163,33
03-09	Próteses (ortp./estética/auditiva,etc)	163,33
03-10	Saneantes domissanitários	163,33
03-11	Congêneres	163,33
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescentado o valor de		16,33
	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
03-12	Embalagens	130,67
03-13	Equip./instrumentos laboratoriais	130,67
03-14	Equip./instrumentos médico/hospitalares	130,67
03-15	Equip./instrumentos odontológicos	130,67
03-16	Produtos veterinários	130,67
03-17	Congêneres	130,67
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescentado o valor de		16,33
Grupo IV	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
04-01	Agrotóxicos	98,00
04-02	Com/distrib.de medicamentos	98,00
04-03	Com./distrib. De produtos laboratoriais	98,00
04-04	Com./distrib.de produtos médicos/hospitalares	98,00
04-05	Com./distrib. De produtos odontológicos	98,00
04-06	com/distrib. De produtos veterinários	98,00
04-07	Com/distrib. De saneantes/domissanitários	98,00
04-08	Produtos químicos	98,00
04-09	Congêneres	98,00
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescentado o valor de		16,33
	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
04-10	Alimentação animal(ração/supletivos)	98,00
04-11	Com/distb. De cosméticos,perfumes,prod.de higiene	98,00
04-12	Embalagens	98,00
04-13	Equip. / instrumentos agrícolas,ferragens,etc	98,00
04-14	Equip./instrumentos/laboratoriais	98,00
04-15	Equip. / instrumentos médico/hospitalares	98,00
04-16	Equip./instrumentos odontológicos	98,00
04-17	Fertilizantes corretivos	98,00
04-18	Prótese (ortp./estética/auditiva,etc)	98,00
04-19	Sementes/selecionadas/mudas	98,00
04-20	Congêneres	98,00
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescentado o valor de		16,33

Grupo V	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
05-01	Ambulatório médico	104,53
05-02	Ambulatório odontológico	130,67
05-03	Ambulatório veterinário	130,67
05-04	Ambulatório de enfermagem	104,53
05-05	Banco de leite humano	104,53
05-06	Banco de órgãos (olhos, rins, fígado, etc.)	104,53
05-07	Clínica médica	104,53
05-08	Clínica veterinária	104,53
05-09	Hemodiálise	104,53
05-10	Policlínica	130,67
05-11	Pronto socorro	104,53
05-12	Serviço de nutrição e dietética	104,53
05-13	Unidade sanitária	isento
05-14	Medicina nuclear	104,53
05-15	Radioimunoensaio	104,53
05-16	Radioterapia, cobaltoterapia, etc. (por equipamento)	32,67
05-17	Radiologia médica	104,53
05-18	Radiologia odontológica	104,53
05-19	Farmácia (alopática)	130,67
05-20	Farmácia (homeopática)	130,67
05-21	Drogaria	104,53
05-22	Posto de medicamento	32,67
05-23	Dispensário de medicamentos	104,53
05-24	Ervanaria	104,53
05-25	Unidade volante de comércio farmacêutico	104,53
05-26	Farmácia privativa (hosp. / clínicas / assoc. etc.)	104,53
05-27	Hospital especializado	179,67
05-28	Hospital geral	179,67
05-29	Hospital infantil	179,67
05-30	Maternidade	179,67
05-31	Unidade Integrada de saúde / unidade mista	104,53
05-32	Laboratório de análises clínicas	130,67
05-33	Laboratório de análises bromatológicas	104,53
05-34	Laboratório de anatomia e patologia	104,53
05-35	Laboratório de controle qualidade ind. Farmacêutica	104,53
05-36	Laboratório químico - toxicológico	104,53
05-37	Laboratório cito / genético	104,53
05-38	Posto de coleta de material de laboratório	52,27
05-39	Agência transfusional de sangue	32,67
05-40	Banco de sangue	52,27
05-41	Posto de coleta de sangue	52,27
05-42	Serviço de homoterapia	104,53
05-43	Serviço industrial de derivados do sangue	104,53
05-44	Unidade volante de assistência médica pré-hospitalar(p/ um. Móvel)	52,27
05-45	Unidade volante de assistência de enfermagem (p/ um. Móvel)	52,27
05-46	Unidade volante laboratorial de análises clínicas	52,27

05-47	Unidade volante de coleta de sangue	52,27
05-48	Clínicas e institutos de beleza sob responsabilidade médica	104,53
05-49	Quimioterapia	104,53
05-50	Clínica de diagnóstico por imagem	117,60
05-51	Unidade volante de assistência odontológica	104,53
05-52	Congêneres	104,53
	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
05-53	Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	104,53
05-54	Clínica de psicoterapia / desintoxicação	52,26
05-55	Clínica de psicanálise	104,53
05-56	Clínica de odontologia	130,67
05-57	Clínica de tratamento e repouso	52,26
05-58	Clínica de ortopedia	130,67
05-59	Ultrassonografia	104,53
05-60	Clínica de fonoaudiologia	104,53
05-61	Consultório médico	104,53
05-62	Consultório nutricional	104,53
05-63	Consultório odontológico	104,53
05-64	Consultório de psicanálise / psicologia	104,53
05-65	consultório veterinário	104,53
05-66	Estabelecimento de massagem	104,53
05-67	laboratório de prótese dentária	104,53
05-68	laboratório de prótese auditiva	104,53
05-69	Laboratório de prótese ortopédica	104,53
05-70	Laboratório de ótica	130,67
05-71	Ótica	104,53
05-72	Serviços eventuais(pressão arterial,coleta de tipo de sangue)	32,66
05-73	Estb.Saúde de propriedade da União,Estado e Município	isento
05-74	Clínicapsico-pedagógico	104,53
05-75	Congêneres	104,53
Grupo VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
06-01	Asilo e Similares	130,67
06-02	Boite/Casa Noturna	261,33
06-03	Desinsetizadora ou desratizadora	326,67
06-04	Escola de natação e similares	179,67
06-05	Estação hidromineral/termal/climatério	104,53
06-06	Estabelecimento de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche e pré-escolar jardim de infância	104,53
06-07	Estabelecimento de ensino 1º,2º,3º graus e similares	104,53
06-08	Estabelecimento de ensino (todos os graus) regime internato	104,53
06-09	Pscina Coletiva	179,67
06-10	Radiologia industrial	104,53
06-11	Sauna	104,53
06-12	Zoológico	104,53
06-13	Estabelecimentos de propriedade da união, estado, município	isento

06-14	Congêneres	104,53
	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
06-15	Aviário/pequenos animais/peixes ornamentais/aquários	104,53
06-16	Academia de ginástica/dança/artes marciais e similares	130,67
06-17	Agências bancárias e similares	196,00
06-18	Barbearia	98,00
06-19	Camping	98,00
06-20	Cárcere/penitenciária e similares	isento
06-21	Casa de espetáculos (discotec/baile,similares)	130,67
06-22	Casa de diversões(jogos eletrônicos,bolich,similares)	130,67
06-23	Cemitério/necrotério/serviços funerários	117,60
06-24	Cinema/auditório/teatro	130,67
06-25	Circo/rodeio/hípica/parque de diversão	130,67
06-26	Com. Geral(eletrodom,calçado,tecido,vest, etc) (A pedido)	65,33
06-27	Dormitório (por cômodo)	16,33
06-28	Estação de tratamento de água para abastec. público	104,53
06-29	Estação de tratamento de esgoto	130,67
06-30	Estética facial/maquiagem	104,53
06-31	Floricultura/plantas/mudas	65,33
06-32	Garagem/estacionamento coberto	52,27
06-33	Hotel (hospedagem) (por comodo)	16,33
06-34	Igrejas e similares	52,27
06-35	Lavanderia	104,53
06-36	Motel (hospedagem) (por cômodo)	16,33
06-37	Oficina/consertos em geral	52,27
06-38	orfanato/patronato	104,53
06-39	Parque natural/campo de naturismo	52,27
06-40	Pensão (por cômodo)	16,33
06-41	Posto combustível/lubrificante	137,20
06-42	Quartel	isento
06-43	Salão de beleza/manicure/cabeleireiro	98,00
06-44	Shopping(área comum) exceto estabelecimentos	163,33
06-45	Serviço para transporte de alimentos	98,00
06-46	Pet Shop	81,67
06-47	Serviço de lavagem de veículos	81,67
06-48	Serviço de limpeza de fossa	163,33
06-49	Serviço de limpeza/desinf.de poço/caixa d'água	104,53
06-50	Tabacaria	104,53
06-51	Transportadora de produtos perecíveis (por veículo)	22,87
06-52	Transporte coletivo (terrestre, marítimo e aéreo)	98,00
06-53	Transporte coletivo (por veículo)	22,87
06-54	Empresa produtora de módulos sanitários	104,53
06-55	Estab. De propriedade da União,Estado ou Município	isento
06-56	Estab. De Secagem de Madeiras	104,53
06-57	Congêneres	104,53

Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de		16,33
Grupo VII ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO		
07-01	Residência (p/m2)	0,2287
07-02	Ampliação (p/m2)	0,2287
07-03	Habitação popular até 70 m²	isenta
07-04	Apartamento (prédio) (p/m2)	0,2287
07-05	Sala comercial (p/m2)	0,2287
07-06	Ginásio/estádio e similares (p/m2)	0,2287
07-07	Galpão/depósito e similares (pm2)	0,2287
07-09	Estabelecimento de saúde (pm2)	0,2287
07-10	Estabelecimento de ensino (p/m2)	0,2287
07-11	Estabelecimento de ginástica / natação e lazer (p/m2)	0,2287
07-12	Maternal /creche /jardim de infancia /asilo (pm2)	0,2287
07-13	Habitação coletiva-internato e similares (p/m2)	0,2287
07-14	Cemitérios e afins (p/m2)	0,2287
07-15	Congeneres (p/m2)	0,2287

Grupo IX SERVIÇOS DIVERSOS		
09-01	Vistoria a pedido do interessado	30% do alvará
09-02	Certidões de qualquer natureza	
	•Abaixo de 50 linhas	1,63
	•Acima de 50 linhas	3,27
09-03	Autenticação	
	•Livro farmácia, drogaria, laboratório, prótese e similares(por folha)	0,0229
	•Transferência de resp. técnico	6,53
09-03	Segunda via do alvará sanitário	6,53

Art. 2º Fica revogado o artigo 8º da Lei nº 160/93, de 30 de dezembro de 1993.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.459/10, de 15 de dezembro de 2010.

Videira, 27 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

ANEXOS DA LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 2.457/10**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 27/12/2010

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	77.280.868,00	DESPESAS CORRENTES	64.018.159,00		
RECEITA TRIBUTARIA	11.173.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.153.459,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.383.589,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.400.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	5.589.612,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.464.700,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	893.000,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.702.889,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.538.778,00				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.254.401,00				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.254.401,00				
		Superavit	18.517.110,00		
Total	82.535.269,00	Total	82.535.269,00		
Superavit do orçamento corrente	18.517.110,00				
RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	12.758.900,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	INVESTIMENTOS	11.058.900,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.700.000,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	100.000,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	750.000,00				
		Superavit	7.158.210,00		
Total	19.917.110,00	Total	19.917.110,00		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	77.280.868,00	92,07 %	DESPESAS CORRENTES	64.018.159,00	76,27 %
RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00	1,67 %	DESPESAS DE CAPITAL	12.758.900,00	15,20 %
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN	5.254.401,00	6,26 %	Reserva RPPS	6.858.210,00	8,17 %
			RESERVA DE CONTINGENCIA	300.000,00	0,36 %
Total	83.935.269,00	100,00 %	Total	83.935.269,00	100,00 %

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 1/1
 Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			64.018.159,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		36.153.459,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - despesa com pessoal		16.950,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		31.792.901,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.343.608,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		1.400.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.400.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		26.464.700,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		835.559,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - outros serviços PJ		320.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		25.309.141,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.758.900,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		11.058.900,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - equipamento e material permane		2.400,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		11.056.500,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		1.700.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.700.000,00	
7.0.00.00.00.00.00.00	Reserva RPPS			6.858.210,00
7.7.00.00.00.00.00.00	Reserva do RPPS		6.858.210,00	
7.7.99.00.00.00.00.00	Reserva do RPPS		6.858.210,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			300.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		300.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		300.000,00	
Total das despesas:				83.935.269,00
Total geral:				83.935.269,00

 WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 1/5
 Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			77.280.868,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		11.173.000,00	
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS		9.459.000,00	
1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	4.859.000,00		
1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.822.000,00		
1.1.1.2.02.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Próprios	1.693.200,00		
1.1.1.2.02.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Educação	705.500,00		
1.1.1.2.02.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Saúde	423.300,00		
1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.042.000,00		
1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	886.000,00		
1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Próprios	531.600,00		
1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	221.500,00		
1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	132.900,00		
1.1.1.2.04.34.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	156.000,00		
1.1.1.2.04.34.01.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Próprios	93.600,00		
1.1.1.2.04.34.02.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	39.000,00		
1.1.1.2.04.34.03.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	23.400,00		
1.1.1.2.08.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	995.000,00		
1.1.1.2.08.01.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Próprios	597.000,00		
1.1.1.2.08.02.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Educação	248.750,00		
1.1.1.2.08.03.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Saúde	149.250,00		
1.1.1.3.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	4.600.000,00		
1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	4.600.000,00		
1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	4.600.000,00		
1.1.1.3.05.01.01.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Próprios	2.760.000,00		
1.1.1.3.05.01.02.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Educação	1.150.000,00		
1.1.1.3.05.01.03.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Saúde	690.000,00		
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS		1.629.000,00	
1.1.2.1.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	820.000,00		
1.1.2.1.17.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	180.000,00		
1.1.2.1.17.02.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS	180.000,00		
1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	430.000,00		
1.1.2.1.99.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	210.000,00		
1.1.2.1.99.01.00.00	Outras txs pelo Exercício do Poder de Polícia	51.000,00		
1.1.2.1.99.02.00.00	Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREBOM	159.000,00		
1.1.2.2.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	809.000,00		
1.1.2.2.90.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	720.000,00		
1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	89.000,00		
1.1.2.2.99.01.00.00	Taxa de Conservação de Vias e Logradouros	62.000,00		
1.1.2.2.99.02.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	27.000,00		
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA		85.000,00	
1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	85.000,00		
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		3.383.589,00	
1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.623.589,00	
1.2.1.0.29.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	1.765.030,00		
1.2.1.0.29.07.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	1.757.450,00		
1.2.1.0.29.09.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	7.580,00		
1.2.1.0.99.00.00.00	Outras Contribuicoes Sociais	858.559,00		
1.2.1.0.99.01.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Vinc. ao RPPS	858.559,00		
1.2.3.0.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic		760.000,00	
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		5.589.612,00	
1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS		77.000,00	
1.3.1.1.00.00.00.00	ALUGUÉIS	77.000,00		
1.3.1.1.01.00.00.00	Aluguel de Imóveis Urbanos	40.000,00		
1.3.1.1.04.00.00.00	Aluguel de Centros Esportivos	37.000,00		
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		5.437.612,00	
1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.437.612,00		
1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	454.150,00		
1.3.2.5.01.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	100.000,00		
1.3.2.5.01.02.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 60%	60.000,00		
1.3.2.5.01.02.02.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 40 %	40.000,00		
1.3.2.5.01.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	80.200,00		
1.3.2.5.01.03.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenção Bá	30.000,00		



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 2/5
 Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenção Mé	100,00		
1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Vigilância e	10.000,00		
1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Assist Farr	20.000,00		
1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Gestão do t	100,00		
1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenção Bá	5.000,00		
1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Assist Farr	10.000,00		
1.3.2.5.01.03.08.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Outros recursos do	5.000,00		
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	51.500,00		
1.3.2.5.01.05.01.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - Salário Edu	50.000,00		
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - PNAE	1.200,00		
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - PNATE	300,00		
1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serviços Públicos	60.000,00		
1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serviços Público	60.000,00		
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	2.000,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	5.350,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.01	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Idosos	300,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.03	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Deficientes	150,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.04	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - PETI	1.700,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.05	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Sentinela	600,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.06	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Outras	1.800,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.08	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FEAS - SC	100,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.09	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - PBFI	500,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.10	Rec. Rem.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - ProJovem	100,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.11	Rec. Rem.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - PPMC III LA/MS	100,00		
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	155.100,00		
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Pref.	121.500,00		
1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Taxas de Fisc. \	13.000,00		
1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Serviços de Sai	20.000,00		
1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS/SC	600,00		
1.3.2.5.01.99.07.00.01	Rec. Rem.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Complexidade	100,00		
1.3.2.5.01.99.07.00.02	Rec. Rem.Dep. Banc. Vinc. FEAS - CREAS	500,00		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	4.983.462,00		
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	4.983.462,00		
1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - PMV	645.000,00		
1.3.2.5.02.99.02.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMEV	3.100,00		
1.3.2.5.02.99.03.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FIA	7.000,00		
1.3.2.5.02.99.04.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMAS	5.000,00		
1.3.2.5.02.99.06.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FASM	177.962,00		
1.3.2.5.02.99.07.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - INPREVID	4.145.400,00		
1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		60.000,00	
1.3.3.3.00.00.00.00.00	Receitas de Concessões e Permissões - Direito de Uso de Bens Públic	60.000,00		
1.3.3.3.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direito de Uso de Be	60.000,00		
1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Patrimoniais		15.000,00	
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		893.000,00	
1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serv. de Transporte	30.000,00		
1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receitas de Terminais Rodoviários	30.000,00		
1.6.0.0.05.00.00.00.00	Serv. de Saúde	600.000,00		
1.6.0.0.05.10.00.00.00	Serviços Ambulatoriais	600.000,00		
1.6.0.0.05.10.01.00.00	Serviços Ambulatoriais de Média e Alta Complexidade	480.000,00		
1.6.0.0.05.10.02.00.00	Serv Ambulatoriais de Média e Alta Compl - Caps	120.000,00		
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	13.000,00		
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serv. de Inscrição em Concurso Públicos	5.000,00		
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais	8.000,00		
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	250.000,00		
1.6.0.0.99.00.01.00.00	Serviços prestados horas máquina	250.000,00		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		53.702.889,00	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		53.616.889,00	
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	15.678.257,00		
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	11.251.440,00		
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	14.050.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-2.810.000,00		
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Próprios	8.430.000,00		
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Educação	3.512.500,00		
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Saúde	2.107.500,00		



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 3/5
 Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	14.300,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita Formação FUNDEB - ITR	-2.860,00		
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Próprios	8.580,00		
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Educação	3.575,00		
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Saúde	2.145,00		
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	154.000,00		
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	14.000,00		
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	140.000,00		
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.845.634,00		
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Blocos de Financiamento do SUS	1.845.634,00		
1.7.2.1.33.04.01.00.00	Bloco da Atenção Básica	1.405.326,00		
1.7.2.1.33.04.01.01.00	Piso da Atenção Básica.	830.826,00		
1.7.2.1.33.04.01.02.00	Programa Saúde da Família	307.200,00		
1.7.2.1.33.04.01.03.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	195.300,00		
1.7.2.1.33.04.01.04.00	Programa Saúde Bucal	72.000,00		
1.7.2.1.33.04.02.00.00	Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade	1.000,00		
1.7.2.1.33.04.02.01.00	Ações de Média e Alta Complexidade	1.000,00		
1.7.2.1.33.04.03.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	200.725,00		
1.7.2.1.33.04.03.01.00	Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental	99.265,00		
1.7.2.1.33.04.03.02.00	Programa Vigilância Sanitária	26.460,00		
1.7.2.1.33.04.03.03.00	Programa DST/AIDS	75.000,00		
1.7.2.1.33.04.04.00.00	Bloco da Assistência Farmacêutica	237.583,00		
1.7.2.1.33.04.04.01.00	Farmácia Básica	237.583,00		
1.7.2.1.33.04.05.00.00	Bloco Gestão do SUS	1.000,00		
1.7.2.1.33.04.05.01.00	Centro de Atenção Psicossocial	1.000,00		
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	377.183,00		
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Programa de Portadores de Deficiência	52.309,00		
1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa de Atenção ao Idoso	16.999,00		
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa de Erradicação Trabalho Infantil - PETI	84.000,00		
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Programa Sentinela	82.800,00		
1.7.2.1.34.07.00.00.00	Índice de Gestão do Programa Bolsa Família - IGDBF/FNAS	24.000,00		
1.7.2.1.34.08.00.00.00	Programa de Atendimento Integral a Família - PBFI	75.600,00		
1.7.2.1.34.09.00.00.00	ProJovem Adolescente PBV I	15.075,00		
1.7.2.1.34.10.00.00.00	PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sócio Educativa	26.400,00		
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	1.645.000,00		
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	1.100.000,00		
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	400.000,00		
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	145.000,00		
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	150.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do Fundef - Icms Desoneração	-30.000,00		
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Próprios	90.000,00		
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Educação	37.500,00		
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Saúde	22.500,00		
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	285.000,00		
1.7.2.1.99.01.00.00.00	Transferências da União - Infraero	5.000,00		
1.7.2.1.99.02.00.00.00	Demais Transferências da União	280.000,00		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	27.187.632,00		
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	26.560.000,00		
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	28.500.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-5.700.000,00		
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Próprios	17.100.000,00		
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	7.125.000,00		
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	4.275.000,00		
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	4.000.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita Formação FUNDEB - IPVA	-800.000,00		
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Próprios	2.400.000,00		
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	1.000.000,00		
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	600.000,00		
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	600.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-120.000,00		
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Próprios	360.000,00		
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	150.000,00		
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	90.000,00		
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	80.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 4/5
 Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	258.232,00		
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transferência de Recursos da Saúde	258.232,00		
1.7.2.2.33.01.01.00.00	Farmácia Básica	209.632,00		
1.7.2.2.33.01.03.00.00	Programa Estratégia Saúde da Família.	48.600,00		
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	369.400,00		
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transporte Escolar Estado	280.000,00		
1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS	89.400,00		
1.7.2.2.99.02.00.01.00	Transferência de Recursos do FEAS - Alta Complexidade	23.900,00		
1.7.2.2.99.02.00.02.00	Transferência de Recursos do FEAS - CREAS	65.500,00		
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	10.751.000,00		
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	10.751.000,00		
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transferência de Recursos do FUNDEF - 60%	6.450.600,00		
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FUNDEF - 40%	4.300.400,00		
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas		14.000,00	
1.7.3.0.01.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - FIA	14.000,00		
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		72.000,00	
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	72.000,00		
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	72.000,00		
1.7.6.2.99.00.01.00.00	Conv. Programa Proteção Social Especial Abrigo	12.000,00		
1.7.6.2.99.00.02.00.00	Saneamento básico_10	60.000,00		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.538.778,00	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.010.500,00	
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	149.000,00		
1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	5.000,00		
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	30.000,00		
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	77.000,00		
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	37.000,00		
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	445.000,00		
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	240.000,00		
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	120.000,00		
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	85.000,00		
1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	6.000,00		
1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	6.000,00		
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	410.500,00		
1.9.1.9.10.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação Sanitária	1.000,00		
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	400.000,00		
1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - militar	130.000,00		
1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - civil	130.000,00		
1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - prefeitura	140.000,00		
1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	5.500,00		
1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Legislação Tributária	5.500,00		
1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	4.000,00		
1.9.1.9.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora FRH	4.000,00		
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		703.478,00	
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	703.478,00		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	703.478,00		
1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições - PMV	100.000,00		
1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições - FASM	603.478,00		
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		605.100,00	
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributária	579.000,00		
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	340.000,00		
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Próprios	204.000,00		
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	85.000,00		
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	51.000,00		
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	124.000,00		
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Próprios	74.400,00		
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	31.000,00		
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	18.600,00		
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	115.000,00		
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	26.100,00		
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	26.100,00		
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Receita Dívida Ativa não-tributárias de outras receitas - principal	26.100,00		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		219.700,00	
1.9.9.0.02.00.00.00.00	Rec. de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	10.000,00		



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 5/5
 Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.9.9.0.02.01.00.00.00	Rec. de Honorários de Advogados	10.000,00		
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	209.700,00		
1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMV	200.000,00		
1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMEV	100,00		
1.9.9.0.99.03.00.00.00	Outras Receitas - FIA	5.000,00		
1.9.9.0.99.04.00.00.00	Outras Receitas - FMAS	100,00		
1.9.9.0.99.05.00.00.00	Outras Receitas - FMS	4.500,00		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			1.400.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		500.000,00	
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		500.000,00	
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	500.000,00		
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		50.000,00	
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		10.000,00	
2.2.1.0.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	10.000,00		
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		40.000,00	
2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	40.000,00		
2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		100.000,00	
2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amort. de Financiamentos Diversos	100.000,00		
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		750.000,00	
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		750.000,00	
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	350.000,00		
2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	350.000,00		
2.4.2.1.01.01.00.00.00	Blocos de Financiamento do SUS	350.000,00		
2.4.2.1.01.01.01.00.00	Bloco de Investimento na rede de serviços	350.000,00		
2.4.2.1.01.01.01.01.00	Unidade de Pronto Atendimento - UPA	350.000,00		
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transf. dos Estados	400.000,00		
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	400.000,00		
2.4.2.2.99.00.02.00.00	Saneamento Básico_90	400.000,00		
7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			5.254.401,00
7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		5.254.401,00	
7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		5.254.401,00	
7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Proprio	5.033.255,00		
7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário	3.464.655,00		
7.2.1.0.29.01.01.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário - Ben	314.225,00		
7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário - Taxa	3.150.430,00		
7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenciária p/ Amortização do Déficit Atuarial	1.568.600,00		
7.2.1.0.99.00.00.00.00	Contrib. Assistência Médica Intraorçamentária	221.146,00		
7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contrib. Assistência Médica Patronal Intraorçamentária	221.146,00		
		Total das receitas:	83.935.269,00	
		Total geral:	83.935.269,00	

WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRAPágina: 1/1
Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	121 Planejamento e Orçamento
	122 Administração Geral
	125 Normatização e Fiscalização
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	242 Assistência ao Portador de Deficiência
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
9 Previdência Social	272 Previdência do Regime estatutário
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	122 Administração Geral
	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	362 Ensino Médio
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
20 Agricultura	605 Abastecimento
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transportes	782 Transporte Rodoviário
	846 Outros Encargos Especiais
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	845 Transferências
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 1/10

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 01.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	2.060.000,00	0,00	2.060.000,00
Unidade: 01.01	ASSESSORIA DE GABINETE	0,00	1.715.000,00	0,00	1.715.000,00
04	Administração		1.420.000,00		1.420.000,00
04.122	Administração Geral		1.420.000,00		1.420.000,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.420.000,00		1.420.000,00
04.122.2 .2.002	MANUTENÇÃO DA CHEFIA DE GABINETE		1.420.000,00		1.420.000,00
28	Encargos Especiais		295.000,00		295.000,00
28.845	Transferências		295.000,00		295.000,00
28.845.27	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS		295.000,00		295.000,00
28.845.27 .2.003	CONTRIBUIÇÕES		295.000,00		295.000,00
Unidade: 01.02	ASSESSORIA DE IMPRENSA	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
04	Administração		160.000,00		160.000,00
04.122	Administração Geral		160.000,00		160.000,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		160.000,00		160.000,00
04.122.2 .2.004	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA		160.000,00		160.000,00
Unidade: 01.03	CONTROLE INTERNO	0,00	69.000,00	0,00	69.000,00
04	Administração		69.000,00		69.000,00
04.122	Administração Geral		69.000,00		69.000,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		69.000,00		69.000,00
04.122.2 .2.005	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO		69.000,00		69.000,00
Unidade: 01.04	PROCON	0,00	116.000,00	0,00	116.000,00
04	Administração		116.000,00		116.000,00
04.122	Administração Geral		116.000,00		116.000,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		116.000,00		116.000,00
04.122.2 .2.006	MANUTENÇÃO DO PROCON		116.000,00		116.000,00
Órgão: 02.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA	0,00	661.000,00	0,00	661.000,00
Unidade: 02.01	ASSESSORIA JURÍDICA	0,00	661.000,00	0,00	661.000,00
04	Administração		661.000,00		661.000,00
04.125	Normatização e Fiscalização		661.000,00		661.000,00
04.125.4	ASSESSORIA JURÍDICA		661.000,00		661.000,00
04.125.4 .2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSESSORIA JURÍDICA		661.000,00		661.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 2/10

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	6.861.040,00	0,00	6.861.040,00
Unidade: 03.01	ADMINISTRAÇÃO	0,00	2.258.900,00	0,00	2.258.900,00
04	Administração		2.258.900,00		2.258.900,00
04.122	Administração Geral		2.258.900,00		2.258.900,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.258.900,00		2.258.900,00
04.122.2 .2.007	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL		133.000,00		133.000,00
04.122.2 .2.008	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE		247.000,00		247.000,00
04.122.2 .2.009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS		105.000,00		105.000,00
04.122.2 .2.010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		1.773.900,00		1.773.900,00
Unidade: 03.02	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	4.228.000,00	0,00	4.228.000,00
26	Transportes		10.000,00		10.000,00
26.846	Outros Encargos Especiais		10.000,00		10.000,00
26.846.26	PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS		10.000,00		10.000,00
26.846.26 .2.015	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.000,00		10.000,00
28	Encargos Especiais		4.218.000,00		4.218.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais		4.218.000,00		4.218.000,00
28.846.26	PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS		4.218.000,00		4.218.000,00
28.846.26 .2.012	INATIVOS - FASM PATRONAL		43.000,00		43.000,00
28.846.26 .2.013	PENSIONISTAS - FASM PATRONAL		15.000,00		15.000,00
28.846.26 .2.014	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		800.000,00		800.000,00
28.846.26 .2.016	CONTRIBUIÇÃO À AMARP		150.000,00		150.000,00
28.846.26 .2.017	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA		3.100.000,00		3.100.000,00
28.846.26 .2.018	SENTENÇAS JUDICIAIS		100.000,00		100.000,00
28.846.26 .2.019	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.000,00		5.000,00
28.846.26 .2.020	SUBVENÇÃO À FEMARP		5.000,00		5.000,00
Unidade: 03.03	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	374.140,00	0,00	374.140,00
06	Segurança Pública		374.140,00		374.140,00
06.181	Policiamento		374.140,00		374.140,00
06.181.5	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA		374.140,00		374.140,00
06.181.5 .2.021	CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR		244.140,00		244.140,00
06.181.5 .2.022	CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL		130.000,00		130.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 3/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	1.139.000,00	0,00	1.139.000,00
Unidade: 04.01	DEPARTAMENTO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	0,00	1.139.000,00	0,00	1.139.000,00
04	Administração		1.139.000,00		1.139.000,00
04.122	Administração Geral		1.139.000,00		1.139.000,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1.139.000,00		1.139.000,00
04.122.3 .2.023	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS		186.000,00		186.000,00
04.122.3 .2.024	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		310.000,00		310.000,00
04.122.3 .2.025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		186.000,00		186.000,00
04.122.3 .2.026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO		457.000,00		457.000,00
Órgão: 05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	665.000,00	176.000,00	0,00	841.000,00
Unidade: 05.01	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	665.000,00	176.000,00	0,00	841.000,00
04	Administração		176.000,00		176.000,00
04.122	Administração Geral		176.000,00		176.000,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		176.000,00		176.000,00
04.122.2 .2.027	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		176.000,00		176.000,00
22	Indústria	665.000,00			665.000,00
22.661	Promoção Industrial	665.000,00			665.000,00
22.661.22	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	665.000,00			665.000,00
22.661.22 .1.001	INCENTIVO À INDÚSTRIA	665.000,00			665.000,00
Órgão: 06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	695.000,00	0,00	695.000,00
Unidade: 06.01	PLANEJAMENTO	0,00	695.000,00	0,00	695.000,00
04	Administração		695.000,00		695.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento		695.000,00		695.000,00
04.121.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		695.000,00		695.000,00
04.121.2 .2.028	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		695.000,00		695.000,00
Órgão: 07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.154.000,00	19.738.121,00	0,00	20.892.121,00
Unidade: 07.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	0,00	1.469.000,00	0,00	1.469.000,00
12	Educação		1.469.000,00		1.469.000,00
12.122	Administração Geral		1.469.000,00		1.469.000,00
12.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.469.000,00		1.469.000,00
12.122.2 .2.029	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		1.315.000,00		1.315.000,00
12.122.2 .2.030	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA		154.000,00		154.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 4/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.154.000,00	19.738.121,00	0,00	20.892.121,00
Unidade: 07.02	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	753.000,00	8.962.880,00	0,00	9.715.880,00
12	Educação	753.000,00	8.962.880,00		9.715.880,00
12.306	Alimentação e Nutrição		353.220,00		353.220,00
12.306.10	MERENDA ESCOLAR		353.220,00		353.220,00
12.306.10 .2.031	MERENDA ESCOLAR - PNAE		353.220,00		353.220,00
12.361	Ensino Fundamental	753.000,00	8.609.660,00		9.362.660,00
12.361.11	EDUCAÇÃO BÁSICA	753.000,00	8.609.660,00		9.362.660,00
12.361.11 .1.002	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE ESCOLAS	2.000,00			2.000,00
12.361.11 .1.003	APLICAÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	751.000,00			751.000,00
12.361.11 .2.032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		601.000,00		601.000,00
12.361.11 .2.033	MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL		6.586.360,00		6.586.360,00
12.361.11 .2.034	TRANSPORTE ESCOLAR - 1º GRAU		1.422.300,00		1.422.300,00
Unidade: 07.03	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	400.000,00	8.156.241,00	0,00	8.556.241,00
12	Educação	400.000,00	8.156.241,00		8.556.241,00
12.365	Educação Infantil	400.000,00	8.156.241,00		8.556.241,00
12.365.15	CRIANÇA NA ESCOLA	400.000,00	8.156.241,00		8.556.241,00
12.365.15 .1.004	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE CRECHES	1.000,00			1.000,00
12.365.15 .1.005	APLICAÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL	399.000,00			399.000,00
12.365.15 .2.035	MANUTENÇÃO DO ENSINO DE 0 A 6 ANOS		3.683.621,00		3.683.621,00
12.365.15 .2.036	MERENDA ESCOLAR - CRECHES PNAC		207.980,00		207.980,00
12.365.15 .2.037	MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENSINO INFANTIL		4.264.640,00		4.264.640,00
Unidade: 07.04	DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO	0,00	462.000,00	0,00	462.000,00
12	Educação		462.000,00		462.000,00
12.362	Ensino Médio		110.000,00		110.000,00
12.362.13	ENSINO MÉDIO		110.000,00		110.000,00
12.362.13 .2.038	MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO		110.000,00		110.000,00
12.364	Ensino Superior		352.000,00		352.000,00
12.364.14	ENSINO SUPERIOR		352.000,00		352.000,00
12.364.14 .2.040	BOLSA DE ESTUDOS		352.000,00		352.000,00
Unidade: 07.05	DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
12	Educação		300.000,00		300.000,00
12.364	Ensino Superior		300.000,00		300.000,00
12.364.14	ENSINO SUPERIOR		300.000,00		300.000,00
12.364.14 .2.039	TRANSPORTE ESCOLAR		300.000,00		300.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 5/10

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.154.000,00	19.738.121,00	0,00	20.892.121,00
Unidade: 07.06	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	1.000,00	388.000,00	0,00	389.000,00
27	Desporto e Lazer	1.000,00	388.000,00		389.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.000,00	388.000,00		389.000,00
27.812.12	DESPORTO ESTUDANTIL	1.000,00	388.000,00		389.000,00
27.812.12 .1.006	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA GINÁSIOS, QUADRAS E CAMPOS	1.000,00			1.000,00
27.812.12 .2.041	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES		388.000,00		388.000,00
Órgão: 08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
Unidade: 08.01	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
04	Administração		70.000,00		70.000,00
04.122	Administração Geral		70.000,00		70.000,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		70.000,00		70.000,00
04.122.2 .2.042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE		70.000,00		70.000,00
Unidade: 08.02	DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00
08	Assistência Social		180.000,00		180.000,00
08.244	Assistência Comunitária		180.000,00		180.000,00
08.244.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL		180.000,00		180.000,00
08.244.6 .2.043	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL		180.000,00		180.000,00
Órgão: 09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	3.748.000,00	11.330.000,00	0,00	15.078.000,00
Unidade: 09.01	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.748.000,00	11.330.000,00	0,00	15.078.000,00
15	Urbanismo	3.748.000,00	10.330.000,00		14.078.000,00
15.451	Infra-estrutura Urbana	2.200.000,00	7.520.000,00		9.720.000,00
15.451.17	VIAS URBANAS	2.200.000,00	7.520.000,00		9.720.000,00
15.451.17 .1.020	ELEVADO RUA SAUL BRANDALISE	2.000.000,00			2.000.000,00
15.451.17 .1.021	TERMINAL URBANO	200.000,00			200.000,00
15.451.17 .2.044	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		7.520.000,00		7.520.000,00
15.452	Serviços Urbanos	1.548.000,00	2.810.000,00		4.358.000,00
15.452.17	VIAS URBANAS	1.538.000,00	2.810.000,00		4.348.000,00
15.452.17 .1.007	CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS, ESCADARIAS E OBRAS ESPECIAIS	100.000,00			100.000,00
15.452.17 .1.008	RESTAURAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	1.436.000,00			1.436.000,00
15.452.17 .1.010	DRAGAGEM DO RIO DO PEIXE	2.000,00			2.000,00
15.452.17 .2.045	SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS		330.000,00		330.000,00
15.452.17 .2.046	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA		1.152.000,00		1.152.000,00
15.452.17 .2.047	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.162.000,00		1.162.000,00
15.452.17 .2.048	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TERMINAIS URBANOS		89.000,00		89.000,00
15.452.17 .2.049	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO		77.000,00		77.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 6/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	3.748.000,00	11.330.000,00	0,00	15.078.000,00
Unidade: 09.01	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.748.000,00	11.330.000,00	0,00	15.078.000,00
15	Urbanismo	3.748.000,00	10.330.000,00		14.078.000,00
15.452	Serviços Urbanos	1.548.000,00	2.810.000,00		4.358.000,00
15.452.19	ESGOTO URBANO	10.000,00			10.000,00
15.452.19 .1.009	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	10.000,00			10.000,00
26	Transportes		1.000.000,00		1.000.000,00
26.782	Transporte Rodoviário		1.000.000,00		1.000.000,00
26.782.24	ESTRADAS VICINAIS		1.000.000,00		1.000.000,00
26.782.24 .2.050	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		1.000.000,00		1.000.000,00
Órgão: 10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	214.000,00	2.512.500,00	0,00	2.726.500,00
Unidade: 10.01	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	214.000,00	2.512.500,00	0,00	2.726.500,00
20	Agricultura	214.000,00	2.512.500,00		2.726.500,00
20.605	Abastecimento	214.000,00	2.512.500,00		2.726.500,00
20.605.20	MEIO AMBIENTE		158.500,00		158.500,00
20.605.20 .2.051	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		37.500,00		37.500,00
20.605.20 .2.053	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		121.000,00		121.000,00
20.605.21	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	214.000,00	2.354.000,00		2.568.000,00
20.605.21 .1.011	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	14.000,00			14.000,00
20.605.21 .1.012	IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	120.000,00			120.000,00
20.605.21 .1.013	OBRAS DE ABASTECIMENTO COMUNITÁRIO	80.000,00			80.000,00
20.605.21 .2.052	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		2.354.000,00		2.354.000,00
Órgão: 11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	0,00	1.380.000,00	0,00	1.380.000,00
Unidade: 11.01	DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA	0,00	1.380.000,00	0,00	1.380.000,00
13	Cultura		287.000,00		287.000,00
13.392	Difusão Cultural		287.000,00		287.000,00
13.392.16	ACERVO CULTURAL		287.000,00		287.000,00
13.392.16 .2.056	MANUTENÇÃO DO MUSEU		52.500,00		52.500,00
13.392.16 .2.057	MANUTENÇÃO DA BANDA MUNICIPAL		172.000,00		172.000,00
13.392.16 .2.058	MANUTENÇÃO DO OBSERVATÓRIO		62.500,00		62.500,00
23	Comércio e Serviços		1.093.000,00		1.093.000,00
23.695	Turismo		1.093.000,00		1.093.000,00
23.695.23	PROMOÇÃO AO TURISMO		1.093.000,00		1.093.000,00
23.695.23 .2.054	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA		693.000,00		693.000,00
23.695.23 .2.055	FESTIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO		400.000,00		400.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 7/10

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 12.00	FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS	0,00	159.000,00	0,00	159.000,00
Unidade: 12.01	FUNDO MUNICIPAL P/REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS	0,00	159.000,00	0,00	159.000,00
28	Encargos Especiais		159.000,00		159.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais		159.000,00		159.000,00
28.846.5	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA		159.000,00		159.000,00
28.846.5 .2.059	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL P/REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		159.000,00		159.000,00
Órgão: 13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	460.000,00	0,00	460.000,00
Unidade: 13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	460.000,00	0,00	460.000,00
17	Saneamento		460.000,00		460.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		460.000,00		460.000,00
17.512.19	ESGOTO URBANO		460.000,00		460.000,00
17.512.19 .2.060	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		460.000,00		460.000,00
Órgão: 14.00	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	0,00	340.000,00	0,00	340.000,00
Unidade: 14.01	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	0,00	340.000,00	0,00	340.000,00
16	Habitação		340.000,00		340.000,00
16.482	Habitação Urbana		340.000,00		340.000,00
16.482.18	HABITAÇÃO POPULAR		340.000,00		340.000,00
16.482.18 .2.061	MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		340.000,00		340.000,00
Órgão: 15.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	525.000,00	11.477.161,00	0,00	12.002.161,00
Unidade: 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	525.000,00	11.477.161,00	0,00	12.002.161,00
10	Saúde	525.000,00	11.477.161,00		12.002.161,00
10.301	Atenção Básica	488.000,00	3.234.741,00		3.722.741,00
10.301.9	SAÚDE BÁSICA	488.000,00	3.234.741,00		3.722.741,00
10.301.9 .1.014	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	486.500,00			486.500,00
10.301.9 .1.019	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	1.500,00			1.500,00
10.301.9 .2.063	ATENÇÃO BÁSICA		2.668.926,00		2.668.926,00
10.301.9 .2.068	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		564.215,00		564.215,00
10.301.9 .2.069	GESTÃO DO SUS		1.100,00		1.100,00
10.301.9 .2.081	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE		500,00		500,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.500,00	7.572.695,00		7.574.195,00
10.302.9	SAÚDE BÁSICA	1.500,00	7.572.695,00		7.574.195,00
10.302.9 .1.017	CONSTRUÇÃO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	1.500,00			1.500,00
10.302.9 .2.064	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		681.100,00		681.100,00
10.302.9 .2.080	MANUTENÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO		6.891.595,00		6.891.595,00

Estado de Santa Catarina

Página: 8/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		525.000,00	11.477.161,00	0,00	12.002.161,00
Unidade: 15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		525.000,00	11.477.161,00	0,00	12.002.161,00
10	Saúde	525.000,00	11.477.161,00		12.002.161,00
10.304	Vigilância Sanitaria	35.500,00	347.960,00		383.460,00
10.304.9	SAÚDE BÁSICA	35.500,00	347.960,00		383.460,00
10.304.9 .1.018	CONSTRUÇÃO SEDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	35.500,00			35.500,00
10.304.9 .2.066	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		347.960,00		347.960,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		321.765,00		321.765,00
10.305.9	SAÚDE BÁSICA		321.765,00		321.765,00
10.305.9 .2.065	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE		203.265,00		203.265,00
10.305.9 .2.067	PROGRAMA DST/AIDS		118.500,00		118.500,00
Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		440.000,00	2.560.162,00	0,00	3.000.162,00
Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		440.000,00	2.560.162,00	0,00	3.000.162,00
08	Assistência Social	440.000,00	2.560.162,00		3.000.162,00
08.241	Assistência ao Idoso		199.962,00		199.962,00
08.241.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL		199.962,00		199.962,00
08.241.6 .2.070	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		199.962,00		199.962,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		78.959,00		78.959,00
08.242.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL		78.959,00		78.959,00
08.242.6 .2.071	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		78.959,00		78.959,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		1.829.341,00		1.829.341,00
08.243.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.829.341,00		1.829.341,00
08.243.6 .2.072	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		1.829.341,00		1.829.341,00
08.244	Assistência Comunitária	440.000,00	451.900,00		891.900,00
08.244.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL	440.000,00	451.900,00		891.900,00
08.244.6 .1.015	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	440.000,00			440.000,00
08.244.6 .2.073	ASSISTENCIA COMUNITÁRIA		451.900,00		451.900,00
Órgão: 17.00 FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		100.000,00	150.800,00	0,00	250.800,00
Unidade: 17.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		100.000,00	150.800,00	0,00	250.800,00
08	Assistência Social	100.000,00	150.800,00		250.800,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	100.000,00	150.800,00		250.800,00
08.243.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL	100.000,00	150.800,00		250.800,00
08.243.6 .1.016	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA DE CENTROS DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	100.000,00			100.000,00
08.243.6 .2.074	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA		150.800,00		150.800,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 9/10

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 18.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV	0,00	911.655,00	0,00	911.655,00
Unidade: 18.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	911.655,00	0,00	911.655,00
27	Desporto e Lazer		911.655,00		911.655,00
27.812	Desporto Comunitário		911.655,00		911.655,00
27.812.25	DESPORTO AMADOR		911.655,00		911.655,00
27.812.25 .2.076	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES		911.655,00		911.655,00
Órgão: 19.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM	0,00	1.861.145,00	0,00	1.861.145,00
Unidade: 19.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM	0,00	1.861.145,00	0,00	1.861.145,00
28	Encargos Especiais		1.861.145,00		1.861.145,00
28.846	Outros Encargos Especiais		1.861.145,00		1.861.145,00
28.846.28	ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAUDE		1.861.145,00		1.861.145,00
28.846.28 .2.077	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA		1.861.145,00		1.861.145,00
Órgão: 20.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	1.123.000,00	0,00	1.123.000,00
Unidade: 20.01	CÂMARA DE VEREADORES	0,00	1.123.000,00	0,00	1.123.000,00
01	Legislativa		1.123.000,00		1.123.000,00
01.031	Ação Legislativa		1.123.000,00		1.123.000,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO		1.123.000,00		1.123.000,00
01.031.1 .2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES		1.123.000,00		1.123.000,00
Órgão: 21.00	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	0,00	10.943.685,00	0,00	10.943.685,00
Unidade: 21.01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	0,00	10.943.685,00	0,00	10.943.685,00
09	Previdência Social		4.085.475,00		4.085.475,00
09.272	Previdência do Regime estatutário		4.085.475,00		4.085.475,00
09.272.8	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		4.085.475,00		4.085.475,00
09.272.8 .2.078	MANUTENÇÃO DO INPREVID		4.085.475,00		4.085.475,00
99	Reserva de Contingência		6.858.210,00		6.858.210,00
99.999	Reserva de Contingência		6.858.210,00		6.858.210,00
99.999.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		6.858.210,00		6.858.210,00
99.999.99 .2.079	RESERVA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		6.858.210,00		6.858.210,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 10/10

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Unidade: 99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	300.000,00
28	Encargos Especiais				300.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais				300.000,00
28.846.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				300.000,00
28.846.99 .9.001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				300.000,00
Total geral:					83.935.269,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		1.123.000,00		1.123.000,00
01.031	Ação Legislativa		1.123.000,00		1.123.000,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO		1.123.000,00		1.123.000,00
04	Administração		6.764.900,00		6.764.900,00
04.121	Planejamento e Orçamento		695.000,00		695.000,00
04.121.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		695.000,00		695.000,00
04.122	Administração Geral		5.408.900,00		5.408.900,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4.269.900,00		4.269.900,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1.139.000,00		1.139.000,00
04.125	Normatização e Fiscalização		661.000,00		661.000,00
04.125.4	ASSESSORIA JURÍDICA		661.000,00		661.000,00
06	Segurança Pública		374.140,00		374.140,00
06.181	Policimento		374.140,00		374.140,00
06.181.5	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA		374.140,00		374.140,00
08	Assistência Social	540.000,00	2.890.962,00		3.430.962,00
08.241	Assistência ao Idoso		199.962,00		199.962,00
08.241.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL		199.962,00		199.962,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		78.959,00		78.959,00
08.242.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL		78.959,00		78.959,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	100.000,00	1.980.141,00		2.080.141,00
08.243.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL	100.000,00	1.980.141,00		2.080.141,00
08.244	Assistência Comunitária	440.000,00	631.900,00		1.071.900,00
08.244.6	ASSISTÊNCIA SOCIAL	440.000,00	631.900,00		1.071.900,00
09	Previdência Social		4.085.475,00		4.085.475,00
09.272	Previdência do Regime estatutário		4.085.475,00		4.085.475,00
09.272.8	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		4.085.475,00		4.085.475,00
10	Saúde	525.000,00	11.477.161,00		12.002.161,00
10.301	Atenção Básica	488.000,00	3.234.741,00		3.722.741,00
10.301.9	SAÚDE BÁSICA	488.000,00	3.234.741,00		3.722.741,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.500,00	7.572.695,00		7.574.195,00
10.302.9	SAÚDE BÁSICA	1.500,00	7.572.695,00		7.574.195,00
10.304	Vigilância Sanitária	35.500,00	347.960,00		383.460,00
10.304.9	SAÚDE BÁSICA	35.500,00	347.960,00		383.460,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		321.765,00		321.765,00
10.305.9	SAÚDE BÁSICA		321.765,00		321.765,00

Estado de Santa Catarina

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	1.153.000,00	19.350.121,00		20.503.121,00
12.122	Administração Geral		1.469.000,00		1.469.000,00
12.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.469.000,00		1.469.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição		353.220,00		353.220,00
12.306.10	MERENDA ESCOLAR		353.220,00		353.220,00
12.361	Ensino Fundamental	753.000,00	8.609.660,00		9.362.660,00
12.361.11	EDUCAÇÃO BÁSICA	753.000,00	8.609.660,00		9.362.660,00
12.362	Ensino Médio		110.000,00		110.000,00
12.362.13	ENSINO MÉDIO		110.000,00		110.000,00
12.364	Ensino Superior		652.000,00		652.000,00
12.364.14	ENSINO SUPERIOR		652.000,00		652.000,00
12.365	Educação Infantil	400.000,00	8.156.241,00		8.556.241,00
12.365.15	CRIANÇA NA ESCOLA	400.000,00	8.156.241,00		8.556.241,00
13	Cultura		287.000,00		287.000,00
13.392	Difusão Cultural		287.000,00		287.000,00
13.392.16	ACERVO CULTURAL		287.000,00		287.000,00
15	Urbanismo	3.748.000,00	10.330.000,00		14.078.000,00
15.451	Infra-estrutura Urbana	2.200.000,00	7.520.000,00		9.720.000,00
15.451.17	VIAS URBANAS	2.200.000,00	7.520.000,00		9.720.000,00
15.452	Serviços Urbanos	1.548.000,00	2.810.000,00		4.358.000,00
15.452.17	VIAS URBANAS	1.538.000,00	2.810.000,00		4.348.000,00
15.452.19	ESGOTO URBANO	10.000,00			10.000,00
16	Habitação		340.000,00		340.000,00
16.482	Habitação Urbana		340.000,00		340.000,00
16.482.18	HABITAÇÃO POPULAR		340.000,00		340.000,00
17	Saneamento		460.000,00		460.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		460.000,00		460.000,00
17.512.19	ESGOTO URBANO		460.000,00		460.000,00
20	Agricultura	214.000,00	2.512.500,00		2.726.500,00
20.605	Abastecimento	214.000,00	2.512.500,00		2.726.500,00
20.605.20	MEIO AMBIENTE		158.500,00		158.500,00
20.605.21	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	214.000,00	2.354.000,00		2.568.000,00
22	Indústria	665.000,00			665.000,00
22.661	Promoção Industrial	665.000,00			665.000,00
22.661.22	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	665.000,00			665.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
22	Indústria	665.000,00			665.000,00
22.661	Promoção Industrial	665.000,00			665.000,00
22.661.22	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	665.000,00			665.000,00
23	Comércio e Serviços		1.093.000,00		1.093.000,00
23.695	Turismo		1.093.000,00		1.093.000,00
23.695.23	PROMOÇÃO AO TURISMO		1.093.000,00		1.093.000,00
26	Transportes		1.010.000,00		1.010.000,00
26.782	Transporte Rodoviário		1.000.000,00		1.000.000,00
26.782.24	ESTRADAS VICINAIS		1.000.000,00		1.000.000,00
26.846	Outros Encargos Especiais		10.000,00		10.000,00
26.846.26	PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS		10.000,00		10.000,00
27	Desporto e Lazer	1.000,00	1.299.655,00		1.300.655,00
27.812	Desporto Comunitário	1.000,00	1.299.655,00		1.300.655,00
27.812.12	DESPORTO ESTUDANTIL	1.000,00	388.000,00		389.000,00
27.812.25	DESPORTO AMADOR		911.655,00		911.655,00
28	Encargos Especiais		6.533.145,00		6.833.145,00
28.845	Transferências		295.000,00		295.000,00
28.845.27	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS		295.000,00		295.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais		6.238.145,00		6.538.145,00
28.846.26	PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS		4.218.000,00		4.218.000,00
28.846.28	ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAUDE		1.861.145,00		1.861.145,00
28.846.5	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA		159.000,00		159.000,00
28.846.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				300.000,00
99	Reserva de Contingência		6.858.210,00		6.858.210,00
99.999	Reserva de Contingência		6.858.210,00		6.858.210,00
99.999.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		6.858.210,00		6.858.210,00
Total:		6.846.000,00	76.789.269,00	0,00	83.935.269,00
Total geral:		6.846.000,00	76.789.269,00	0,00	83.935.269,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	1.123.000,00		1.123.000,00
01.031	Ação Legislativa	1.123.000,00		1.123.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	1.123.000,00		1.123.000,00
04	Administração	6.623.400,00	141.500,00	6.764.900,00
04.121	Planejamento e Orçamento	695.000,00		695.000,00
04.121.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	695.000,00		695.000,00
04.122	Administração Geral	5.267.400,00	141.500,00	5.408.900,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.128.400,00	141.500,00	4.269.900,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.139.000,00		1.139.000,00
04.125	Normatização e Fiscalização	661.000,00		661.000,00
04.125.0004	ASSESSORIA JURÍDICA	661.000,00		661.000,00
06	Segurança Pública	114.140,00	260.000,00	374.140,00
06.181	Policimento	114.140,00	260.000,00	374.140,00
06.181.0005	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA	114.140,00	260.000,00	374.140,00
08	Assistência Social	2.946.429,00	484.533,00	3.430.962,00
08.241	Assistência ao Idoso	164.563,00	35.399,00	199.962,00
08.241.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	164.563,00	35.399,00	199.962,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	26.500,00	52.459,00	78.959,00
08.242.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	26.500,00	52.459,00	78.959,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.785.366,00	294.775,00	2.080.141,00
08.243.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.785.366,00	294.775,00	2.080.141,00
08.244	Assistência Comunitária	970.000,00	101.900,00	1.071.900,00
08.244.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	970.000,00	101.900,00	1.071.900,00
09	Previdência Social	314.225,00	3.771.250,00	4.085.475,00
09.272	Previdência do Regime estatutário	314.225,00	3.771.250,00	4.085.475,00
09.272.0008	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	314.225,00	3.771.250,00	4.085.475,00
10	Saúde	9.468.095,00	2.534.066,00	12.002.161,00
10.301	Atenção Básica	1.400.500,00	2.322.241,00	3.722.741,00
10.301.0009	SAÚDE BÁSICA	1.400.500,00	2.322.241,00	3.722.741,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.573.095,00	1.100,00	7.574.195,00
10.302.0009	SAÚDE BÁSICA	7.573.095,00	1.100,00	7.574.195,00
10.304	Vigilância Sanitária	354.500,00	28.960,00	383.460,00
10.304.0009	SAÚDE BÁSICA	354.500,00	28.960,00	383.460,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	140.000,00	181.765,00	321.765,00
10.305.0009	SAÚDE BÁSICA	140.000,00	181.765,00	321.765,00
12	Educação	7.675.621,00	12.827.500,00	20.503.121,00
12.122	Administração Geral	1.469.000,00		1.469.000,00
12.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.469.000,00		1.469.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 2/3

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	7.675.621,00	12.827.500,00	20.503.121,00
12.306	Alimentação e Nutrição	150.000,00	203.220,00	353.220,00
12.306.0010	MERENDA ESCOLAR	150.000,00	203.220,00	353.220,00
12.361	Ensino Fundamental	1.600.000,00	7.762.660,00	9.362.660,00
12.361.0011	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.600.000,00	7.762.660,00	9.362.660,00
12.362	Ensino Médio	110.000,00		110.000,00
12.362.0013	ENSINO MÉDIO	110.000,00		110.000,00
12.364	Ensino Superior	652.000,00		652.000,00
12.364.0014	ENSINO SUPERIOR	652.000,00		652.000,00
12.365	Educação Infantil	3.694.621,00	4.861.620,00	8.556.241,00
12.365.0015	CRIANÇA NA ESCOLA	3.694.621,00	4.861.620,00	8.556.241,00
13	Cultura	287.000,00		287.000,00
13.392	Difusão Cultural	287.000,00		287.000,00
13.392.0016	ACERVO CULTURAL	287.000,00		287.000,00
15	Urbanismo	12.412.000,00	1.666.000,00	14.078.000,00
15.451	Infra-estrutura Urbana	9.190.000,00	530.000,00	9.720.000,00
15.451.0017	VIAS URBANAS	9.190.000,00	530.000,00	9.720.000,00
15.452	Serviços Urbanos	3.222.000,00	1.136.000,00	4.358.000,00
15.452.0017	VIAS URBANAS	3.212.000,00	1.136.000,00	4.348.000,00
15.452.0019	ESGOTO URBANO	10.000,00		10.000,00
16	Habitação	340.000,00		340.000,00
16.482	Habitação Urbana	340.000,00		340.000,00
16.482.0018	HABITAÇÃO POPULAR	340.000,00		340.000,00
17	Saneamento	460.000,00		460.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	460.000,00		460.000,00
17.512.0019	ESGOTO URBANO	460.000,00		460.000,00
20	Agricultura	2.726.500,00		2.726.500,00
20.605	Abastecimento	2.726.500,00		2.726.500,00
20.605.0020	MEIO AMBIENTE	158.500,00		158.500,00
20.605.0021	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	2.568.000,00		2.568.000,00
22	Indústria	665.000,00		665.000,00
22.661	Promoção Industrial	665.000,00		665.000,00
22.661.0022	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	665.000,00		665.000,00
23	Comércio e Serviços	1.093.000,00		1.093.000,00
23.695	Turismo	1.093.000,00		1.093.000,00
23.695.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO	1.093.000,00		1.093.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 3/3

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
26	Transportes	1.010.000,00		1.010.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.000.000,00		1.000.000,00
26.782.0024	ESTRADAS VICINAIS	1.000.000,00		1.000.000,00
26.846	Outros Encargos Especiais	10.000,00		10.000,00
26.846.0026	PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS	10.000,00		10.000,00
27	Desporto e Lazer	1.300.655,00		1.300.655,00
27.812	Desporto Comunitário	1.300.655,00		1.300.655,00
27.812.0012	DESPORTO ESTUDANTIL	389.000,00		389.000,00
27.812.0025	DESPORTO AMADOR	911.655,00		911.655,00
28	Encargos Especiais	6.833.145,00		6.833.145,00
28.845	Transferências	295.000,00		295.000,00
28.845.0027	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS	295.000,00		295.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	6.538.145,00		6.538.145,00
28.846.0026	PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS	4.218.000,00		4.218.000,00
28.846.0028	ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAUDE	1.861.145,00		1.861.145,00
28.846.0005	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA	159.000,00		159.000,00
28.846.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			300.000,00
99	Reserva de Contingência			6.858.210,00
99.999	Reserva de Contingência			6.858.210,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			6.858.210,00
Total:		55.392.210,00	28.543.059,00	83.935.269,00
Total geral:		55.392.210,00	28.543.059,00	83.935.269,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 1/40

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	1.765.000,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	661.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	2.258.900,00	0,00	374.140,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	1.139.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	176.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	695.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	6.764.900,00	0,00	374.140,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/40

Data: 27/12/2010

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

Órgão	Funções	Previdência Social	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.503.121,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	20.503.121,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/40

Data: 27/12/2010

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	14.078.000,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		287.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	0,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	340.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		287.000,00	0,00	14.078.000,00	340.000,00	460.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/40

Data: 27/12/2010

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	665.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	2.726.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	1.093.000,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.726.500,00	0,00	665.000,00	1.093.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/40

Data: 27/12/2010

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

Órgão	Funções	Energia	Transportes	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	295.000,00	0,00	2.060.000,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	661.000,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	10.000,00	0,00	4.218.000,00	0,00	6.861.040,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.139.000,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	695.000,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	389.000,00	0,00	0,00	20.892.121,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	15.078.000,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.726.500,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.380.000,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	159.000,00	0,00	159.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Total:		0,00	1.010.000,00	389.000,00	4.972.000,00	0,00	53.842.661,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/40

Data: 27/12/2010

Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/40

Data: 27/12/2010

Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes

Órgão	Funções	Previdência Social	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/40

Data: 27/12/2010

Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/40

Data: 27/12/2010

Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 10/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes

Órgão	Funções	Energia	Transportes	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	911.655,00	0,00	0,00	911.655,00
	Total:	0,00	0,00	911.655,00	0,00	0,00	911.655,00

Estado de Santa Catarina

Página: 11/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 12/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Órgão	Funções	Previdência Social	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	250.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	250.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 13/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 14/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 15/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia

Órgão	Funções	Energia	Transportes	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.800,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.800,00

Estado de Santa Catarina

Página: 16/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 17/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Órgão	Funções	Previdência Social	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	3.000.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	3.000.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 18/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 19/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 20/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Órgão	Funções	Energia	Transportes	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.162,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.162,00

Estado de Santa Catarina

Página: 21/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 22/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde

Órgão	Funções	Previdência Social	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	12.002.161,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	12.002.161,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 23/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 24/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 25/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde

Órgão	Funções	Energia	Transportes	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.002.161,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.002.161,00

Estado de Santa Catarina

Página: 26/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 27/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica

Órgão	Funções	Previdência Social	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 28/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 29/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 30/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica

Órgão	Funções	Energia	Transportes	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	1.861.145,00	0,00	1.861.145,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	1.861.145,00	0,00	1.861.145,00

Estado de Santa Catarina

Página: 31/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 32/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

Órgão	Funções	Previdência Social	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA		0,00	0,00	4.085.475,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	4.085.475,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 33/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 34/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 35/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

Órgão	Funções	Energia	Transportes	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA		0,00	0,00	0,00	0,00	6.858.210,00	10.943.685,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	6.858.210,00	10.943.685,00

Estado de Santa Catarina

Página: 36/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		1.123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	1.123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 37/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Previdência Social	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 38/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 39/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 40/40

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Energia	Transportes	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.123.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.123.000,00
	Total geral:						83.935.269,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	35.517.349,43	38.191.778,95	42.442.557,49	37.298.926,19	42.487.761,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.906.560,57	24.443.729,24	26.507.791,38	22.156.350,60	26.738.608,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - despesa com pessoal	0,00	0,00	2.928,00	4.104,00	6.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	19.547.674,36	21.574.306,31	23.309.454,93	19.747.011,00	23.001.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.358.886,21	2.869.422,93	3.195.408,45	2.405.235,60	3.731.608,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	779.501,17	1.380.237,98	1.392.095,54	1.150.000,00	1.400.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	779.501,17	1.380.237,98	1.392.095,54	1.150.000,00	1.400.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.831.287,69	12.367.811,73	14.542.670,57	13.992.575,59	14.349.153,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	427.089,74	423.260,00	493.285,77	440.000,00	480.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - outros serviços PJ	0,00	0,00	720,00	2.736,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	12.404.197,95	11.944.551,73	14.048.664,80	13.549.839,59	13.863.153,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.060.774,17	8.354.060,06	7.229.716,33	11.724.233,91	11.054.900,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.494.318,97	6.149.286,16	5.491.963,45	10.224.233,91	9.354.900,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - equipamento e material permene	0,00	0,00	1.152,00	360,00	1.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.494.318,97	6.149.286,16	5.490.811,45	10.223.873,91	9.353.500,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSoES FINANCEIRAS	257.694,36	648.463,98	236.683,36	0,00	0,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	257.694,36	648.463,98	236.683,36	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.308.760,84	1.556.309,92	1.501.069,52	1.500.000,00	1.700.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.308.760,84	1.556.309,92	1.501.069,52	1.500.000,00	1.700.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
Total por entidade:		40.578.123,60	46.545.839,01	49.672.273,82	49.323.160,10	53.842.661,00
Entidade: 2 Fundação Municipal de Esportes						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	705.167,02	680.671,38	711.065,44	840.000,00	911.655,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	435.637,83	367.820,35	319.652,25	480.000,00	420.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	435.637,83	367.820,35	319.652,25	480.000,00	420.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	269.529,19	312.851,03	391.413,19	360.000,00	491.655,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	269.529,19	312.851,03	391.413,19	360.000,00	491.655,00
Total por entidade:		705.167,02	680.671,38	711.065,44	840.000,00	911.655,00
Entidade: 3 Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	149.234,85	183.178,36	148.645,59	217.000,00	140.800,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	149.234,85	183.178,36	148.645,59	217.000,00	140.800,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	149.234,85	183.178,36	148.645,59	215.000,00	138.800,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	12.385,00	2.840,00	69.009,59	95.000,00	110.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	12.385,00	2.840,00	69.009,59	95.000,00	110.000,00
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	74.500,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	12.385,00	2.840,00	69.009,59	20.500,00	110.000,00
Total por entidade:		161.619,85	186.018,36	217.655,18	312.000,00	250.800,00
Entidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.532.835,28	1.479.710,34	1.373.703,44	2.004.843,00	2.448.162,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	408.371,42	485.396,48	442.416,20	940.900,00	1.129.966,00

Estado de Santa Catarina

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social						
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	363.691,65	434.284,42	389.641,53	843.600,00	1.029.966,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	44.679,77	51.112,06	52.774,67	97.300,00	100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.124.463,86	994.313,86	931.287,24	1.063.943,00	1.318.196,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	271.500,00	288.410,90	249.340,80	304.309,00	353.559,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	852.963,86	705.902,96	681.946,44	759.634,00	964.637,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	30.059,98	73.468,82	55.865,40	623.750,00	552.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	30.059,98	73.468,82	55.865,40	623.750,00	552.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	30.059,98	73.468,82	55.865,40	623.750,00	552.000,00
Total por entidade:		1.562.895,26	1.553.179,16	1.429.568,84	2.628.593,00	3.000.162,00
Entidade: 10 Fundo Municipal de Saúde						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.984.108,83	9.285.705,28	10.731.525,93	8.696.862,00	11.060.161,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.036.344,20	4.756.977,79	6.099.024,20	5.136.963,00	6.950.950,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - despesa com pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	10.950,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.780.463,16	4.424.592,88	5.675.005,39	4.748.963,00	6.441.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	255.881,04	332.384,91	424.018,81	388.000,00	499.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.947.764,63	4.528.727,49	4.632.501,73	3.559.899,00	4.109.211,00
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	0,00	32.025,60	32.025,60	35.000,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - outros serviços PJ	0,00	0,00	0,00	500,00	314.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.947.764,63	4.496.701,89	4.600.476,13	3.524.399,00	3.795.211,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.138.034,00	2.026.040,36	523.073,95	1.216.101,00	942.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.138.034,00	2.026.040,36	523.073,95	1.216.101,00	942.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - equipamento e material permane	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.138.034,00	2.026.040,36	523.073,95	1.216.101,00	941.000,00
Total por entidade:		9.122.142,83	11.311.745,64	11.254.599,88	9.912.963,00	12.002.161,00
Entidade: 13 Fundo Municipal de Assistência Social e Médica						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.244.631,98	1.477.442,83	2.214.214,51	1.550.000,00	1.851.145,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.377,97	1.523,60	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.377,97	1.523,60	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.238.254,01	1.475.919,23	2.214.214,51	1.550.000,00	1.851.145,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.238.254,01	1.475.919,23	2.214.214,51	1.550.000,00	1.851.145,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	16.660,40	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	16.660,40	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	16.660,40	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Total por entidade:		1.261.292,38	1.477.442,83	2.214.214,51	1.560.000,00	1.861.145,00
Entidade: 14 Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.534.923,39	2.470.494,88	2.835.667,93	2.610.374,30	4.055.475,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.442.542,71	1.998.556,78	2.732.703,64	2.239.946,11	120.935,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.442.542,71	1.998.556,78	2.732.703,64	2.239.946,11	120.935,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.380,68	471.938,10	102.964,29	370.428,19	3.934.540,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	92.380,68	471.938,10	102.964,29	370.428,19	3.934.540,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	23.033,86	1.734,00	132,00	8.905,14	30.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	23.033,86	1.734,00	132,00	8.905,14	30.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 14 Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID						
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	23.033,86	1.734,00	132,00	8.905,14	30.000,00
7.0.00.00.00.00.00.00	Reserva RPPS	0,00	0,00	0,00	6.781.802,98	6.858.210,00
7.7.00.00.00.00.00.00	Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	6.781.802,98	6.858.210,00
7.7.99.00.00.00.00.00	Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	6.781.802,98	6.858.210,00
Total por entidade:		1.557.957,25	2.472.228,88	2.835.799,93	9.401.082,42	10.943.685,00
Entidade: 15 CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	829.358,35	733.042,99	867.000,00	1.063.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	709.974,83	645.088,68	747.000,00	793.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	708.498,18	643.078,03	745.000,00	780.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	1.476,65	2.010,65	2.000,00	13.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	119.383,52	87.954,31	120.000,00	270.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	119.383,52	87.954,31	120.000,00	270.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.875,00	3.798,50	44.500,00	60.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	10.875,00	3.798,50	44.500,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	10.875,00	3.798,50	44.500,00	60.000,00
Total por entidade:		0,00	840.233,35	736.841,49	911.500,00	1.123.000,00
Total geral:		54.949.198,19	65.067.358,61	69.072.019,09	74.889.298,52	83.935.269,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/12

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira						
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	55.517.994,52	59.069.021,66	63.542.003,03	60.612.389,33	66.108.040,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	8.150.829,07	9.616.777,65	10.536.995,98	9.569.338,89	10.993.000,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	7.059.731,77	8.312.909,96	9.048.568,67	8.263.813,46	9.459.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	3.750.982,15	4.311.209,44	4.640.646,99	4.389.690,84	4.859.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.260.015,30	2.438.478,39	2.681.470,63	2.620.942,69	2.822.000,00
1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Próprios	1.356.006,82	1.463.175,54	1.609.890,68	1.572.565,61	1.693.200,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano	0,00	-130,16	-1.641,24	0,00	0,00
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Educação	565.001,51	609.721,85	671.842,35	655.235,67	705.500,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano	0,00	-54,23	-683,83	0,00	0,00
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Saúde	339.006,97	365.797,93	402.472,95	393.141,41	423.300,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano	0,00	-32,54	-410,28	0,00	0,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	786.451,97	1.047.942,05	890.750,23	983.686,65	1.042.000,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	661.873,93	908.176,29	747.326,43	840.328,09	886.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Próprios	397.127,40	544.908,71	448.399,18	504.196,85	531.600,00
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	165.466,20	227.041,69	186.830,30	210.082,02	221.500,00
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	99.280,33	136.225,89	112.096,95	126.049,22	132.900,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	124.578,04	139.765,76	143.423,80	143.358,56	156.000,00
1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Próprios	74.746,28	83.858,92	86.053,98	86.015,14	93.600,00
1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	31.143,91	34.941,02	35.856,14	35.839,64	39.000,00
1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	18.687,85	20.965,82	21.513,68	21.503,78	23.400,00
1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	704.514,88	824.789,00	1.068.426,13	785.061,50	995.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Próprios	422.708,64	496.505,07	654.834,14	471.036,90	597.000,00
9.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e	0,00	-1.632,00	-13.778,56	0,00	0,00
1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Educaçã	176.128,41	206.877,03	272.847,71	196.265,38	248.750,00
9.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e	0,00	-680,00	-5.741,07	0,00	0,00
1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Saúde	105.677,83	124.126,90	163.708,54	117.759,22	149.250,00
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e	0,00	-408,00	-3.444,63	0,00	0,00
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	3.308.749,62	4.001.700,52	4.407.921,68	3.874.122,62	4.600.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.308.749,62	4.001.700,52	4.407.921,68	3.874.122,62	4.600.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.985.245,68	2.401.623,35	4.407.921,68	3.874.122,62	4.600.000,00
1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Próprios	0,00	0,00	2.648.196,63	2.324.473,57	2.760.000,00
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Dedução de Impostos sobre serviços de qualquer nat	0,00	0,00	-3.659,23	0,00	0,00
1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Educação	0,00	0,00	1.103.542,43	968.530,66	1.150.000,00
9.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Dedução de Impostos sobre serviços de qualquer nat	0,00	0,00	-1.426,97	0,00	0,00
1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Saúde	0,00	0,00	662.124,99	581.118,39	690.000,00
9.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Dedução de Impostos sobre serviços de qualquer nat	0,00	0,00	-856,17	0,00	0,00
1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Educação	827.183,57	1.000.674,80	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e	0,00	-632,05	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Saúde	496.320,37	600.413,64	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Dedução de Impostos sobre serviços de qualquer nat	0,00	-379,22	0,00	0,00	0,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	1.079.217,64	1.213.828,55	1.383.101,24	1.262.586,98	1.449.000,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	487.801,30	573.450,37	608.062,82	578.546,10	640.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	330.128,75	369.038,35	422.208,27	385.649,97	430.000,00
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Dedução de Taxa de Funcionamento Estab Comerc/Ind	0,00	-231,72	-894,48	0,00	0,00
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	157.672,55	204.643,74	186.749,03	192.896,13	210.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/12

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira						
1.1.2.1.99.01.00.00.00	Outras txs pelo Exercício do Poder de Polícia	30.773,44	52.024,76	49.642,61	41.312,45	51.000,00
1.1.2.1.99.02.00.00.00	Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREBOM	126.899,11	152.618,98	137.106,42	151.583,68	159.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	591.416,34	640.378,18	775.038,42	684.040,88	809.000,00
1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	526.916,66	568.810,00	690.164,16	607.552,72	720.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	64.499,68	71.568,18	84.874,26	76.488,16	89.000,00
1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Conservação de Vias e Logradouros	47.864,34	50.556,66	59.077,84	56.264,73	62.000,00
1.1.2.2.99.02.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	16.635,34	21.011,52	25.878,64	20.223,43	27.000,00
9.1.1.2.2.99.02.00.00.00	Dedução de Outras Taxas pela Prestação de Serviço	0,00	0,00	-82,22	0,00	0,00
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	11.879,66	90.039,14	105.326,07	42.938,45	85.000,00
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	11.879,66	90.039,14	105.326,07	42.938,45	85.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	679.159,88	617.425,17	691.854,01	740.556,33	760.000,00
1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	679.159,88	617.425,17	691.854,01	740.556,33	0,00
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	679.159,88	617.425,17	691.854,01	740.556,33	0,00
1.2.3.0.00.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	0,00	0,00	0,00	0,00	760.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	797.046,19	1.044.281,90	913.636,44	1.032.423,31	1.035.000,00
1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	49.753,98	43.740,60	35.829,60	61.590,29	40.000,00
1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	49.753,98	43.740,60	35.829,60	61.590,29	40.000,00
1.3.1.1.01.00.00.00.00	Aluguel de Imóveis Urbanos	49.753,98	43.740,60	35.829,60	61.590,29	40.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	688.605,71	924.901,93	806.820,34	896.374,33	920.000,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	688.605,71	924.901,93	806.820,34	896.374,33	920.000,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	211.880,70	229.293,92	283.509,38	253.461,09	275.000,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	64.452,90	82.236,91	114.979,84	75.235,60	100.000,00
1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 60%	38.671,69	49.342,10	68.987,92	45.141,36	60.000,00
1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 40 %	25.781,21	32.894,81	45.991,92	30.094,24	40.000,00
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	0,00	0,00	0,00	35.500,00	51.500,00
1.3.2.5.01.05.01.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - Salár	0,00	0,00	0,00	30.000,00	50.000,00
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - PNAE	0,00	0,00	0,00	5.000,00	1.200,00
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - PNAE	0,00	0,00	0,00	500,00	300,00
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	147.427,80	147.057,01	168.529,54	140.725,49	121.500,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Pref.	147.427,80	147.057,01	168.529,54	140.725,49	121.500,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	476.725,01	695.608,01	523.310,96	642.913,24	645.000,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	476.725,01	695.608,01	523.310,96	642.913,24	645.000,00
1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - PMV	476.725,01	695.608,01	523.310,96	642.913,24	645.000,00
1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	42.213,04	57.112,95	58.302,32	53.910,69	60.000,00
1.3.3.3.00.00.00.00.00	Receitas de Concessões e Permissões - Direito de Uso de Bens	0,00	0,00	0,00	53.910,69	60.000,00
1.3.3.3.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direito de Uso	0,00	0,00	0,00	53.910,69	60.000,00
1.3.3.7.00.00.00.00.00	Rec. de Contrato de Permissão de Uso	42.213,04	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3.9.00.00.00.01.00	Rec. de Contrato de Permissão de Uso	0,00	57.112,95	58.302,32	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Patrimoniais	16.473,46	18.526,42	12.684,18	20.548,00	15.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	254.422,63	266.649,97	249.466,23	314.607,15	293.000,00
1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serv. de Transporte	62.337,46	39.776,70	8.528,00	49.714,29	30.000,00
1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receitas de Terminais Rodoviários	62.337,46	39.776,70	8.528,00	49.714,29	30.000,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	3.943,84	39.704,64	7.689,00	33.079,11	13.000,00
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serv. de Inscrição em Concurso Públicos	0,00	33.915,00	0,00	27.632,34	5.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/12

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira						
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais	3.943,84	5.819,64	7.689,00	5.446,77	8.000,00
9.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Dedução de Serv. de Venda de Editais	0,00	-30,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serv. Agropecuários	188.141,33	187.168,63	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	0,00	0,00	233.249,23	231.813,75	250.000,00
1.6.0.0.99.00.01.00.00	Serviços prestados horas máquina	0,00	0,00	233.249,23	231.813,75	250.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.711.848,80	44.505.153,80	47.843.508,24	46.479.350,46	51.106.440,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	42.696.642,90	44.485.471,58	47.795.245,96	46.458.630,52	51.046.440,00
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	12.430.549,32	12.887.184,32	12.533.108,44	12.577.232,04	13.455.440,00
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	10.683.583,84	10.981.992,23	10.334.093,33	10.689.107,01	11.251.440,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	10.671.057,59	10.972.188,45	10.323.283,77	10.676.899,94	11.240.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	0,00	-2.336.426,94	-2.444.621,14	-2.109.018,54	-2.810.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Própri	6.402.634,42	7.985.169,10	7.660.742,85	7.671.551,09	8.430.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Educa	2.667.764,23	3.327.153,74	3.191.976,29	3.196.479,62	3.512.500,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Saúde	1.600.658,94	1.996.292,55	1.915.185,77	1.917.887,77	2.107.500,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	12.526,25	9.803,78	10.809,56	12.207,07	11.440,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita Formação FUNDEB - ITR	0,00	-1.504,65	-2.627,40	-896,27	-2.860,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Próprios	7.515,60	6.784,96	8.062,13	7.862,00	8.580,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Educação	3.131,45	2.827,03	3.359,28	3.275,84	3.575,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Saúde	1.879,20	1.696,44	2.015,55	1.965,50	2.145,00
9.1.7.2.1.09.01.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	-40.551,41	0,00
1.7.2.1.09.02.00.00.00	Transferências da união - Infraero	2.521,68	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	362.190,53	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	123.667,33	196.292,85	141.792,63	170.092,91	154.000,00
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	10.623,21	18.819,76	11.880,86	14.095,24	14.000,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	113.044,12	177.473,09	129.911,77	155.997,67	140.000,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	1.050.576,00	1.156.344,65	1.237.552,62	1.042.000,00	1.645.000,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	744.357,03	860.096,09	908.782,07	790.000,00	1.100.000,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	234.960,00	237.996,00	258.830,00	200.000,00	400.000,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	67.175,64	0,00	69.940,55	52.000,00	145.000,00
1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf diretas FNDE Programa Escolar Jovens e Adultos - PE.	4.083,33	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.35.99.00.00.01	Outras Transf do FNDE - PNATE	0,00	58.252,56	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/9	208.009,94	163.782,09	136.389,20	244.427,75	120.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do Fundef - Icms Desoneraçã	0,00	-36.759,14	-34.097,20	0,00	-30.000,00
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Propri	124.805,92	127.009,43	102.291,80	146.656,65	90.000,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Educa	52.002,48	45.957,34	42.621,60	61.106,94	37.500,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Saúde	31.201,54	27.574,46	25.573,00	36.664,16	22.500,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	388.772,50	683.280,66	472.155,78	285.000,00
1.7.2.1.99.01.00.00.00	Transferências da União - Infraero	0,00	2.995,24	4.477,92	3.981,36	5.000,00
1.7.2.1.99.02.00.00.00	Demais Transferências da União	0,00	385.777,26	230.670,89	468.174,42	280.000,00
1.7.2.1.99.03.00.00.00	Outras Transf. União - Apoio Financ. MP 462/2009	0,00	0,00	448.131,85	0,00	0,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	24.296.016,50	23.116.306,92	25.231.648,91	24.581.398,48	26.840.000,00
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	24.110.445,50	22.860.644,92	25.027.069,69	24.359.398,48	26.560.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	20.374.532,89	19.290.999,00	21.341.374,23	20.493.031,00	22.800.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	0,00	-4.318.100,21	-5.330.106,47	-4.136.641,63	-5.700.000,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Próprios	12.224.719,52	14.165.459,35	16.002.888,22	14.777.803,58	17.100.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/12

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira						
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	5.093.633,01	5.902.274,64	6.667.870,29	6.157.418,16	7.125.000,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	3.056.180,36	3.541.365,22	4.000.722,19	3.694.450,89	4.275.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.847.909,41	2.865.459,97	3.171.328,69	3.038.997,23	3.200.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita Formação FUNDEB - IPVA	0,00	-440.354,20	-792.466,08	-231.687,49	-800.000,00
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Próprios	1.708.744,58	1.983.487,56	2.378.276,57	1.962.410,83	2.400.000,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	711.976,41	826.452,83	990.948,94	817.671,18	1.000.000,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	427.188,42	495.873,78	594.569,26	490.602,71	600.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	765.149,91	602.450,62	453.603,21	695.449,99	480.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	0,00	-134.275,03	-112.394,36	-138.168,67	-120.000,00
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Próprios	459.089,78	442.035,28	339.598,48	500.171,20	360.000,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	191.287,34	184.181,28	141.499,41	208.404,67	150.000,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	114.772,79	110.509,09	84.899,68	125.042,79	90.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	122.853,29	101.735,33	60.763,56	131.920,26	80.000,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	185.571,00	255.662,00	204.579,22	222.000,00	280.000,00
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transporte Escolar Estado	185.571,00	255.662,00	204.579,22	222.000,00	280.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.970.077,08	8.481.980,34	10.030.488,61	9.300.000,00	10.751.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.970.077,08	8.481.980,34	10.030.488,61	9.300.000,00	10.751.000,00
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transferência de Recursos do FUNDEF - 60%	3.581.866,39	5.089.187,69	6.026.684,78	5.580.000,00	6.450.600,00
9.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Dedução Transferência de Recursos do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	-8.391,58	0,00	0,00
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FUNDEF - 40%	2.388.210,69	3.392.792,65	4.017.789,79	3.720.000,00	4.300.400,00
9.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Dedução Transferência de Recursos do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	-5.594,38	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	15.205,90	19.682,22	48.262,28	20.719,94	60.000,00
1.7.6.1.06.00.00.00.00	Convênio Min.Cidades - Projeto Plano Diretor	15.205,90	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	0,00	19.682,22	48.262,28	20.719,94	60.000,00
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	0,00	19.682,22	48.262,28	20.719,94	60.000,00
1.7.6.2.99.00.00.00.02	Saneamento Básico_10	0,00	19.682,22	0,00	0,00	0,00
1.7.6.2.99.00.02.00.00	Saneamento básico_10	0,00	0,00	48.262,28	20.719,94	60.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.924.687,95	3.018.733,17	3.306.542,13	2.476.113,19	1.920.600,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	982.131,74	916.189,57	958.198,14	1.048.817,30	1.005.500,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	143.633,78	110.004,16	120.482,72	148.206,13	144.000,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	30.075,20	21.994,16	24.476,09	30.861,89	30.000,00
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	74.703,30	65.756,72	60.421,63	81.977,19	77.000,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	38.855,28	22.253,28	35.585,00	35.367,05	37.000,00
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	442.797,91	435.231,81	376.255,00	494.642,04	445.000,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	257.960,14	238.475,36	205.379,70	300.575,49	240.000,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	102.435,09	117.062,16	99.850,40	96.924,07	120.000,00
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	82.402,68	79.694,29	71.024,90	97.142,48	85.000,00
1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.955,32	4.765,17	6.293,97	3.872,89	6.000,00
1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.955,32	4.765,17	6.293,97	3.872,89	6.000,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	392.744,73	366.188,43	455.166,45	402.096,24	410.500,00
1.9.1.9.10.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação Sanitária	2.378,01	267,74	365,21	6.594,42	1.000,00
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	378.304,71	354.368,50	440.180,54	386.165,76	400.000,00
9.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Dedução de Multas Previstas na Legislação Trânsito	0,00	0,00	-102,16	0,00	0,00
1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - militar	0,00	0,00	0,00	125.503,87	130.000,00
1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - civil	0,00	0,00	0,00	125.503,87	130.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/12

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira						
1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - prefeitura	0,00	0,00	0,00	135.158,02	140.000,00
1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	9.472,34	9.361,74	9.905,17	7.501,92	5.500,00
1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Legislação Tributária	7.292,34	2.265,70	5.096,77	7.501,92	5.500,00
1.9.1.9.50.02.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Obras, posturas e edif	2.180,00	7.096,04	4.808,40	0,00	0,00
1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	2.589,67	2.190,45	4.817,69	1.834,14	4.000,00
1.9.1.9.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora FRH	2.589,67	2.190,45	4.817,69	1.834,14	4.000,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.180.488,23	547.013,04	78.778,01	333.501,07	100.000,00
1.9.2.1.06.00.00.00.00	Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio Public	57.098,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.123.390,23	547.013,04	78.778,01	333.501,07	100.000,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	1.123.390,23	547.013,04	78.778,01	333.501,07	100.000,00
1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituicoes - PMV	110.768,70	547.013,04	78.778,01	333.501,07	100.000,00
1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituições - Inprevi	1.012.621,53	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	546.209,04	432.376,43	564.068,12	530.539,09	605.100,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	529.502,20	412.513,21	536.194,74	517.938,59	579.000,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	268.751,11	258.625,62	317.231,94	315.526,22	340.000,00
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Próprios	161.248,60	155.173,54	190.397,48	189.315,73	204.000,00
9.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Dedução da Receita de Divida Ativa do IPTU	0,00	0,00	-58,13	0,00	0,00
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	67.184,53	64.654,01	79.332,30	78.881,55	85.000,00
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Dedução da Receita de Divida Ativa do IPTU	0,00	0,00	-24,21	0,00	0,00
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	40.317,98	38.798,07	47.599,03	47.328,94	51.000,00
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Dedução da Receita de Divida Ativa do IPTU	0,00	0,00	-14,53	0,00	0,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	170.196,07	63.251,58	88.348,42	101.808,31	124.000,00
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Próprios	102.116,18	37.949,89	53.008,93	61.084,99	74.400,00
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	42.547,45	15.811,71	22.087,37	25.452,08	31.000,00
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	25.532,44	9.489,98	13.252,12	15.271,24	18.600,00
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	90.555,02	90.636,01	130.847,65	100.604,06	115.000,00
9.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Dedução da Receita de Divida Ativa do IPTU	0,00	0,00	-233,27	0,00	0,00
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	16.706,84	19.863,22	27.873,38	12.600,50	26.100,00
1.9.3.2.67.00.00.00.00	Rec.Div.Ativa NãoTrib.Multas Infração Leg.Trib.	1.950,14	742,15	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.68.00.00.00.00	Rec Div Ativ Não Trib Multas Infração Obras, Posturas e Edifica	1.417,53	3.635,64	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.69.00.00.00.00	Rec Div Ativ Não Trib Multas Infração Legislação Sanitária	164,62	333,23	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	13.174,55	15.152,20	27.873,38	12.600,50	26.100,00
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Receita Dívida Ativa não-tributárias de outras receitas - princij	0,00	0,00	0,00	12.600,50	26.100,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	215.858,94	1.123.154,13	1.705.497,86	563.255,73	210.000,00
1.9.9.0.02.00.00.00.00	Rec. de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	9.119,30	4.522,42	9.754,74	10.728,20	10.000,00
1.9.9.0.02.01.00.00.00	Rec. de Honorários de Advogados	9.119,30	4.522,42	9.754,74	10.728,20	10.000,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	206.739,64	1.118.631,71	1.695.743,12	552.527,53	200.000,00
1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMV	206.739,64	1.118.631,71	1.735.703,54	552.527,53	200.000,00
9.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Dedução de Outras Receitas - PMV	0,00	0,00	-39.960,42	0,00	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.262.810,45	903.521,39	1.771.352,48	544.407,77	1.050.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	799.999,20	0,00	0,00	200.000,00	500.000,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	799.999,20	0,00	0,00	200.000,00	500.000,00
2.1.1.0.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas	799.999,20	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	200.000,00	500.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	37.095,98	50.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/12

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira						
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	4.622,85	10.000,00
2.2.1.0.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	4.622,85	10.000,00
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	32.473,13	40.000,00
2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	0,00	0,00	0,00	32.473,13	40.000,00
2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	98.297,48	95.844,36	96.234,03	105.867,96	100.000,00
2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amort. de Financiamentos Diversos	98.297,48	95.844,36	96.234,03	105.867,96	100.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	364.513,77	807.677,03	1.675.118,45	201.443,83	400.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	364.513,77	323.140,03	434.360,45	201.443,83	400.000,00
2.4.2.1.04.00.00.00.00	Convênio CCFGTS - Linha Bonita	60.979,08	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.1.05.00.00.00.00	Convênio Infra Pavimentação	48.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.1.07.00.00.00.00	Convênio CEF Prodesa trator	97.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transf. dos Estados	157.284,69	323.140,03	434.360,45	201.443,83	400.000,00
2.4.2.2.00.00.00.01.00	Convênio Projeto Portal Turístico	0,00	146.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.05.00.00.00.00	Convênio Terminal Rodoviário	11.284,69	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.06.00.00.00.00	Convênio Projeto Portal Turístico	146.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	0,00	177.140,03	434.360,45	201.443,83	400.000,00
2.4.2.2.99.00.02.00.00	Saneamento Básico_90	0,00	177.140,03	434.360,45	201.443,83	400.000,00
2.4.7.1.99.00.00.00.01	Convênio Obras Infra Estrut.-Passeio Alberto Grand	0,00	121.875,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.00.00.00.03	Convênio - Plano Municipal de Habitação	0,00	46.912,00	11.728,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.00.00.00.04	Convênio - Programa Esporte e Lazer Cidad	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.00.00.00.05	Convênio - Turismo no Brasil Reforma Observatório	0,00	165.750,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.00.00.00.06	Convênio - Pavimentação Bairro Rio das Pedras	0,00	0,00	29.030,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.00.00.00.07	Convênio - Pro Meso Aquisição de Equipamentos	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00
2.4.7.2.99.00.00.00.01	Convênio Aquisição Equip para Infraestrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.2.99.00.02.00.00	Convênio Aquisição Equip para Infraestrutura	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-1.758.646,81	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita Formação FUNDEB - ITR	-831,19	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do Fundef - Icms Desoneraçã	-34.654,44	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-3.431.875,94	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita Formação FUNDEB - IPVA	-163.466,39	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-125.214,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		51.266.115,35	59.971.026,11	65.313.355,51	61.156.797,10	67.158.040,00
Entidade: 2 Fundação Municipal de Esportes						
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	41.534,59	39.678,84	29.394,16	40.500,00	40.200,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	39.038,06	37.631,62	29.394,16	40.400,00	40.100,00
1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	36.064,63	33.975,59	27.674,12	37.320,00	37.000,00
1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	36.064,63	33.975,59	27.674,12	37.320,00	37.000,00
1.3.1.1.04.00.00.00.00	Aluguel de Centros Esportivos	36.064,63	33.975,59	27.674,12	37.320,00	37.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.973,43	3.656,03	1.720,04	3.080,00	3.100,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.973,43	3.656,03	1.720,04	3.080,00	3.100,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	2.973,43	3.656,03	1.720,04	3.080,00	3.100,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.973,43	3.656,03	1.720,04	3.080,00	3.100,00
1.3.2.5.02.99.02.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMEV	2.973,43	0,00	1.720,04	3.080,00	3.100,00
1.3.2.5.02.99.03.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FIA	0,00	3.656,03	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.496,53	2.047,22	0,00	100,00	100,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/12

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 2 Fundação Municipal de Esportes						
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	2.496,53	2.047,22	0,00	100,00	100,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	2.496,53	2.047,22	0,00	100,00	100,00
1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMEV	2.496,53	2.047,22	0,00	100,00	100,00
Total por entidade:		41.534,59	39.678,84	29.394,16	40.500,00	40.200,00
Entidade: 3 Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia						
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	20.928,19	33.589,71	30.654,22	21.826,00	26.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	6.690,99	9.586,73	7.758,05	8.310,00	7.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	6.690,99	9.586,73	7.758,05	8.310,00	7.000,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.690,99	9.586,73	7.758,05	8.310,00	7.000,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	3.623,44	4.632,81	3.874,58	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	3.623,44	4.632,81	3.874,58	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - FIA	3.623,44	4.632,81	3.874,58	0,00	0,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	3.067,55	4.953,92	3.883,47	8.310,00	7.000,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	3.067,55	4.953,92	3.883,47	8.310,00	7.000,00
1.3.2.5.02.99.03.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FIA	3.067,55	4.953,92	3.883,47	8.310,00	7.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.237,20	24.002,27	14.526,17	13.516,00	14.000,00
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	0,00	24.002,27	14.526,17	13.516,00	14.000,00
1.7.3.0.01.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - FIA	0,00	24.002,27	14.526,17	13.516,00	14.000,00
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	4.865,14	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.4.01.00.00.00.00	Transf. de Conv. de Instituições Privadas - FIA	9.372,06	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,71	8.370,00	0,00	5.000,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,71	8.370,00	0,00	5.000,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,71	8.370,00	0,00	5.000,00
1.9.9.0.99.03.00.00.00	Outras Receitas - FIA	0,00	0,71	8.370,00	0,00	5.000,00
2.4.7.2.99.00.01.00.00	Outras Transf. Convênio Judiciário - FIA	0,00	8.327,91	1.591,50	0,00	0,00
9.2.4.7.2.99.00.01.00.00	Dedução Outras Transf. Convênio Judiciário - FIA	0,00	-3.500,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		20.928,19	38.417,62	32.245,72	21.826,00	26.000,00
Entidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social						
		0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	550.290,71	409.583,05	427.545,85	439.593,00	489.633,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	15.090,26	22.026,62	15.256,99	20.480,00	10.950,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	15.090,26	22.026,62	15.256,99	20.480,00	10.950,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	15.090,26	22.026,62	15.256,99	20.480,00	10.950,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	11.856,93	12.983,48	10.097,72	15.380,00	5.950,00
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	0,00	0,00	0,00	15.380,00	5.350,00
1.3.2.5.01.10.00.00.01	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Idosos	0,00	0,00	0,00	4.060,00	300,00
1.3.2.5.01.10.00.00.02	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Criança	0,00	0,00	0,00	4.060,00	0,00
1.3.2.5.01.10.00.00.03	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Deficientes	0,00	0,00	0,00	1.000,00	150,00
1.3.2.5.01.10.00.00.04	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - PETI	0,00	0,00	0,00	2.700,00	1.700,00
1.3.2.5.01.10.00.00.05	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Sentinela	0,00	0,00	0,00	1.000,00	600,00
1.3.2.5.01.10.00.00.06	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Outras	0,00	0,00	0,00	2.560,00	1.800,00
1.3.2.5.01.10.00.00.08	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FEAS - SC	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.01.10.00.00.09	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - PBFI	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.3.2.5.01.10.00.00.10	Rec. Rem.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - ProJovem	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.01.10.00.00.11	Rec. Rem.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - PFMC III LA/MS	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/12

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social						
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	11.856,93	12.983,48	10.097,72	0,00	600,00
1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - FMAS	11.856,93	12.983,48	10.097,72	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS/SC	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
1.3.2.5.01.99.07.00.01	Rec. Rem.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.01.99.07.00.02	Rec. Rem.Dep. Banc. Vinc. FEAS - CREAS	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	3.233,33	9.043,14	5.159,27	5.100,00	5.000,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	3.233,33	9.043,14	5.159,27	5.100,00	5.000,00
1.3.2.5.02.99.04.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMAS	3.233,33	9.043,14	5.159,27	5.100,00	5.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	533.334,79	386.407,50	410.949,29	419.013,00	478.583,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	454.554,31	365.424,30	400.109,29	419.013,00	466.583,00
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	454.554,31	365.424,30	400.109,29	419.013,00	377.183,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	454.554,31	365.424,30	400.109,29	419.013,00	377.183,00
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transferência p/ Atendimento de Criança de 0 a 6 anos	158.422,16	121.863,20	84.952,00	84.952,00	0,00
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Programa de Portadores de Deficiência	56.668,30	47.950,10	47.950,10	52.309,00	52.309,00
1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa de Atenção ao Idoso	25.640,55	19.723,50	84.952,04	84.952,00	16.999,00
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa de Erradicação Trabalho Infantil - PETI	99.820,00	77.800,00	86.500,00	96.000,00	84.000,00
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Programa Sentinela	89.700,00	75.900,00	75.900,00	82.800,00	82.800,00
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Programa Bolsa Família	24.303,30	22.187,50	19.855,15	0,00	0,00
1.7.2.1.34.07.00.00.00	Índice de Gestão do Programa Bolsa Família - IGDBF/FNAS	0,00	0,00	0,00	18.000,00	24.000,00
1.7.2.1.34.08.00.00.00	Programa de Atendimento Integral a Família - PBFi	0,00	0,00	0,00	0,00	75.600,00
1.7.2.1.34.09.00.00.00	ProJovem Adolescente PBV I	0,00	0,00	0,00	0,00	15.075,00
1.7.2.1.34.10.00.00.00	PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sócio Educativa	0,00	0,00	0,00	0,00	26.400,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	89.400,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	89.400,00
1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS	0,00	0,00	0,00	0,00	89.400,00
1.7.2.2.99.02.00.01.00	Transferência de Recursos do FEAS - Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	23.900,00
1.7.2.2.99.02.00.02.00	Transferência de Recursos do FEAS - CREAS	0,00	0,00	0,00	0,00	65.500,00
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	78.780,48	20.983,20	10.840,00	0,00	12.000,00
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	78.780,48	20.983,20	10.840,00	0,00	12.000,00
1.7.6.2.03.00.00.00.00	Conv. Sec. Estado Educação - Atend. Crianças de	58.292,88	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.2.04.00.00.00.00	Convenio Prog. Proteção Social Especial - Abrigo	20.487,60	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	0,00	20.983,20	10.840,00	0,00	12.000,00
1.7.6.2.99.00.00.00.01	Convênio/Proteção Social Especial - Alta Complexid	0,00	20.983,20	10.840,00	0,00	0,00
1.7.6.2.99.00.01.00.00	Conv. Programa Proteção Social Especial Abrigo	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.865,66	1.148,93	1.339,57	100,00	100,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.865,66	1.148,93	1.339,57	100,00	100,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.865,66	1.148,93	1.339,57	100,00	100,00
1.9.9.0.99.04.00.00.00	Outras Receitas - FMAS	1.865,66	1.148,93	1.339,57	100,00	100,00
2.4.7.1.99.00.00.00.02	Convênio MDS Casa Lar - Equipamentos	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		550.290,71	467.583,05	427.545,85	439.593,00	489.633,00
Entidade: 10 Fundo Municipal de Saúde						
		158.947,85	0,00	0,00	0,00	0,00
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.947.286,07	2.239.294,13	2.895.644,93	2.269.500,00	3.066.566,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	125.498,65	149.158,72	196.834,59	140.000,00	180.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	125.498,65	149.158,72	196.834,59	140.000,00	180.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 9/12

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 10 Fundo Municipal de Saúde						
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	125.498,65	149.158,72	196.834,59	140.000,00	180.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	125.498,65	149.158,72	196.834,59	140.000,00	180.000,00
1.1.2.1.17.02.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS	125.498,65	149.291,33	197.269,93	140.000,00	180.000,00
9.1.1.2.1.17.02.00.00.00	Dedução de Taxa de Vigilancia Sanitária - FMS	0,00	-132,61	-435,34	0,00	0,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	70.261,96	252.594,82	188.256,91	223.000,00	173.200,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	70.261,96	252.594,82	188.256,91	223.000,00	173.200,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	70.261,96	252.594,82	188.256,91	223.000,00	173.200,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	141.387,16	107.211,08	223.000,00	173.200,00
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	0,00	141.387,16	107.211,08	105.000,00	80.200,00
1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenç	0,00	0,00	0,00	40.000,00	30.000,00
1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenç	0,00	0,00	0,00	25.000,00	100,00
1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Vigilã	0,00	0,00	0,00	14.000,00	10.000,00
1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Assist	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Gestã	0,00	0,00	0,00	1.000,00	100,00
1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenç	0,00	0,00	0,00	1.000,00	5.000,00
1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Assist	0,00	0,00	0,00	4.000,00	10.000,00
1.3.2.5.01.03.08.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Outros recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serviços Púl	0,00	0,00	0,00	95.000,00	60.000,00
1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serviços P	0,00	0,00	0,00	95.000,00	60.000,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00	23.000,00	33.000,00
1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Taxas de	0,00	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Serviços c	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00
1.3.2.5.02.99.05.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMS	70.261,96	111.207,66	81.045,83	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	261.648,00	600.000,00
1.6.0.0.05.00.00.00.00	Serv. de Saúde	0,00	0,00	0,00	261.648,00	600.000,00
1.6.0.0.05.10.00.00.00	Serviços Ambulatoriais	0,00	0,00	0,00	261.648,00	600.000,00
1.6.0.0.05.10.01.00.00	Serviços Ambulatoriais de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	261.648,00	480.000,00
1.6.0.0.05.10.02.00.00	Serv Ambulatoriais de Média e Alta Compl - Caps	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.731.751,40	1.814.850,98	2.500.578,70	1.640.965,00	2.103.866,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.731.751,40	1.814.850,98	2.500.578,70	1.640.965,00	2.103.866,00
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	1.676.525,15	1.707.232,54	2.245.210,30	1.551.577,00	1.845.634,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.676.525,15	1.707.232,54	2.245.210,30	1.551.577,00	1.845.634,00
1.7.2.1.33.01.01.00.00	Transferência Piso Assistencial Básico	705.885,00	724.527,51	63.346,67	0,00	0,00
1.7.2.1.33.02.02.00.00	Programa Farmácia Básica	168.662,04	181.224,78	15.196,99	0,00	0,00
1.7.2.1.33.02.03.00.00	Programa Vigilância Sanitária	17.780,94	25.094,11	2.789,10	0,00	0,00
1.7.2.1.33.02.04.00.00	Programa Vigilância Epidemiológica	84.191,94	90.350,01	7.082,70	0,00	0,00
1.7.2.1.33.02.05.00.00	Programa Saúde da Família	129.600,00	133.200,00	12.000,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.02.07.00.00	Programa Agentes Comunitários	129.772,00	154.840,00	11.039,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.02.08.00.00	Programa DST/AIDS	100.845,23	75.845,23	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.02.09.00.00	Programa Saúde Bucal	20.400,00	43.900,00	3.800,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.03.01.00.00	Ações de Média e Alta Complexidade	319.388,00	258.250,90	432.030,22	0,00	0,00
1.7.2.1.33.03.02.00.00	Ações de Média e Alta Compl. - Caps	0,00	0,00	113.242,85	0,00	0,00
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Blocos de Financiamento do SUS	0,00	20.000,00	1.584.682,77	1.551.577,00	1.845.634,00
1.7.2.1.33.04.01.00.00	Bloco da Atenção Básica	0,00	0,00	1.200.552,39	1.042.920,00	1.405.326,00
1.7.2.1.33.04.01.01.00	Piso da Atenção Básica.	0,00	0,00	740.554,39	724.957,00	830.826,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/12

Data: 27/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 10 Fundo Municipal de Saúde						
1.7.2.1.33.04.01.02.00	Programa Saúde da Família	0,00	0,00	219.200,00	135.368,00	307.200,00
1.7.2.1.33.04.01.03.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	171.598,00	140.795,00	195.300,00
1.7.2.1.33.04.01.04.00	Programa Saúde Bucal	0,00	0,00	69.200,00	41.800,00	72.000,00
1.7.2.1.33.04.02.00.00	Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	43.608,00	120.000,00	1.000,00
1.7.2.1.33.04.02.01.00	Ações de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	43.608,00	120.000,00	1.000,00
1.7.2.1.33.04.03.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	0,00	0,00	173.355,49	186.294,00	200.725,00
1.7.2.1.33.04.03.01.00	Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental	0,00	0,00	73.108,72	90.944,00	99.265,00
1.7.2.1.33.04.03.02.00	Programa Vigilância Sanitária	0,00	0,00	24.032,46	20.350,00	26.460,00
1.7.2.1.33.04.03.03.00	Programa DST/AIDS	0,00	0,00	76.214,31	75.000,00	75.000,00
1.7.2.1.33.04.04.00.00	Bloco da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	167.166,89	182.363,00	237.583,00
1.7.2.1.33.04.04.01.00	Farmácia Básica	0,00	0,00	167.166,89	182.363,00	237.583,00
1.7.2.1.33.04.05.00.00	Bloco Gestão do SUS	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	1.000,00
1.7.2.1.33.04.05.01.00	Centro de Atenção Psicossocial	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	1.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	55.226,25	107.618,44	255.368,40	89.388,00	258.232,00
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	55.226,25	107.618,44	255.368,40	89.388,00	258.232,00
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transferência de Recursos da Saúde	55.226,25	107.618,44	255.368,40	89.388,00	258.232,00
1.7.2.2.33.01.01.00.00	Farmácia Básica	55.226,25	80.063,44	134.178,40	64.388,00	209.632,00
1.7.2.2.33.01.03.00.00	Programa Estratégia Saúde da Família.	0,00	27.555,00	121.190,00	25.000,00	48.600,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.774,06	22.689,61	9.974,73	3.887,00	9.500,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	3.673,82	3.223,28	4.943,34	3.887,00	5.000,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	3.673,82	3.223,28	4.943,34	3.887,00	5.000,00
1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	3.673,82	3.261,73	4.943,34	3.887,00	5.000,00
9.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Dedução de Multas/Juros da Tx. de Fisc. e Vig.San	0,00	-38,45	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituições - Inprevid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.04.00.00.00	Outras restituições - FMS	3.406,65	107,82	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	12.693,59	19.358,51	5.031,39	0,00	4.500,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	12.693,59	19.358,51	5.031,39	0,00	4.500,00
1.9.9.0.99.05.00.00.00	Outras Receitas - FMS	12.693,59	19.358,51	5.031,39	0,00	4.500,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	100.000,00	0,00	350.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	100.000,00	0,00	350.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
2.4.2.1.01.01.00.00.00	Blocos de Financiamento do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
2.4.2.1.01.01.01.00.00	Bloco de Investimento na rede de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
2.4.2.1.01.01.01.01.00	Unidade de Pronto Atendimento - UPA	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
2.4.7.1.01.00.00.00.01	Convênio FNS - Aquisição de Equipamentos	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Total por entidade:		2.106.233,92	2.239.294,13	2.995.644,93	2.269.500,00	3.416.566,00
Entidade: 13 Fundo Municipal de Assistência Social e Médica						
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.188.096,40	1.379.907,32	1.723.908,99	1.395.000,00	1.639.999,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	613.688,52	671.400,17	960.717,50	680.000,00	858.559,00
1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	613.688,52	671.400,17	960.717,50	680.000,00	858.559,00
1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuicoes Sociais	613.688,52	671.400,17	960.717,50	680.000,00	858.559,00
1.2.1.0.99.01.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Vinc. ao RPPS	613.688,52	671.844,45	961.612,86	680.000,00	858.559,00
9.1.2.1.0.99.01.00.00.00	Dedução Contrib.Assist.Medica Serv.	0,00	-444,28	-895,36	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 11/12

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 13 Fundo Municipal de Assistência Social e Médica						
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	162.305,88	173.666,06	131.566,15	150.000,00	177.962,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	162.305,88	173.666,06	131.566,15	150.000,00	177.962,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	162.305,88	173.666,06	131.566,15	150.000,00	177.962,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	162.305,88	173.666,06	131.566,15	150.000,00	177.962,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	162.305,88	173.666,06	131.566,15	150.000,00	177.962,00
1.3.2.5.02.99.06.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FASM	162.305,88	173.666,06	131.566,15	150.000,00	177.962,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	412.102,00	534.841,09	631.625,34	565.000,00	603.478,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	412.102,00	534.841,09	631.625,34	565.000,00	603.478,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	412.102,00	534.841,09	631.625,34	565.000,00	603.478,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	412.102,00	534.841,09	631.625,34	565.000,00	603.478,00
1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituicoes - FASM	412.102,00	534.841,09	631.904,54	565.000,00	603.478,00
9.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Deduções de Outras Restituições FASM	0,00	0,00	-279,20	0,00	0,00
7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	133.649,99	199.365,82	245.454,36	165.000,00	221.146,00
7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	133.649,99	199.365,82	245.454,36	165.000,00	221.146,00
7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	133.649,99	199.365,82	245.454,36	165.000,00	221.146,00
7.2.1.0.99.00.00.00.00	Contrib Assistência Médica Intraorçamentária	133.649,99	199.365,82	245.454,36	165.000,00	221.146,00
7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contrib Assistência Médica Patronal Intraorçamentária	133.649,99	199.365,82	245.454,36	165.000,00	221.146,00
Total por entidade:		1.321.746,39	1.579.273,14	1.969.363,35	1.560.000,00	1.861.145,00
Entidade: 14 Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID						
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.047.690,26	5.393.961,88	5.712.251,64	4.999.176,37	5.910.430,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.141.791,76	1.580.618,36	1.753.355,17	1.441.025,76	1.765.030,00
1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.141.791,76	1.580.618,36	1.753.355,17	1.441.025,76	1.765.030,00
1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	1.283.521,36	1.580.618,36	1.753.355,17	1.441.025,76	1.765.030,00
1.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib Patronais - Ativo Civil	0,00	543,06	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	1.282.288,76	1.572.917,70	1.741.919,07	1.437.778,09	1.757.450,00
1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	1.232,60	7.157,60	11.436,10	3.247,67	7.580,00
1.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenc para Amort do Déficit Atua	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.30.99.00.00.00	Outras Contribuições Previdenciárias	858.270,40	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.905.898,50	3.807.418,52	3.953.971,47	3.551.890,14	4.145.400,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.905.898,50	3.807.418,52	3.953.971,47	3.551.890,14	4.145.400,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.905.898,50	3.807.418,52	3.953.971,47	3.551.890,14	4.145.400,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	2.905.898,50	3.807.418,52	3.953.971,47	3.551.890,14	4.145.400,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.905.898,50	3.807.418,52	3.953.971,47	3.551.890,14	4.145.400,00
1.3.2.5.02.99.07.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - INPREVID	2.905.898,50	3.807.418,52	0,00	3.551.890,14	4.145.400,00
1.3.2.5.02.99.08.00.00	Rendimentos de Aplicações no Banco do Brasil	0,00	0,00	2.478.049,50	0,00	0,00
1.3.2.5.02.99.09.00.00	Rendimentos de Aplicações na Caixa Economica Feder	0,00	0,00	1.084.376,61	0,00	0,00
1.3.2.5.02.99.10.00.00	Rendimentos de Aplicações no Besc	0,00	0,00	391.545,36	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	5.925,00	4.925,00	6.260,47	0,00
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serv. de Inscrição em Concurso Públicos	0,00	0,00	4.925,00	0,00	0,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	0,00	5.925,00	0,00	6.260,47	0,00
1.6.0.0.99.00.02.00.00	Outras Receitas - Inprevid	0,00	0,00	0,00	6.260,47	0,00
7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.528.162,11	4.614.482,09	4.993.310,27	4.401.906,05	5.033.255,00
7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.528.162,11	4.614.482,09	4.993.310,27	4.401.906,05	5.033.255,00
7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.528.162,11	4.614.482,09	4.993.310,27	4.401.906,05	5.033.255,00
7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Proprio	2.528.162,11	4.614.482,09	4.993.310,27	4.401.906,05	5.033.255,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 12/12

Data: 27/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 14 Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID						
7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário	2.528.162,11	3.097.652,65	3.436.981,89	2.806.861,18	3.464.655,00
7.2.1.0.29.01.01.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário	0,00	0,00	0,00	364.167,72	314.225,00
7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário	0,00	0,00	0,00	2.442.693,46	3.150.430,00
7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenciária p/ Amortização do Déficit Atuarial	0,00	1.516.829,44	1.556.328,38	1.595.044,87	1.568.600,00
Total por entidade:		7.575.852,37	10.008.443,97	10.705.561,91	9.401.082,42	10.943.685,00
Total geral:		62.882.701,52	74.343.716,86	81.473.111,43	74.889.298,52	83.935.269,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Decreto Nº 9.603/10

DECRETO Nº 9.603/10, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 147.695,51 (cento e quarenta e sete mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.033 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas 5.160,63

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 142.534,88

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 147.695,51

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.033 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental
3.1.9.1.00.00.00.00.0.1.0011.0 Aplicações Diretas 5.160,63

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.9.1.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 102.534,88
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 40.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 147.695,51

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.604/10

DECRETO Nº 9.604/10, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.9.0.00.00.00.00.0.3.0001.0 Aplicações Diretas 90.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 90.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.606/10

DECRETO Nº 9.606/10 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração
02 - Encargos Especiais
2012 - Inativos - FASM Patronal
3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 2.700,00

03 - Secretaria Municipal de Administração
02 - Encargos Especiais
2.013 - Pensionistas - FASM Patronal
3.1.91.00.00.00.00.0.1.0000.0 1.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 4.200,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PR 01/2011 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2010-FMAS
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2011 - FMAS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE 5.000 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA USO NOS VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 13 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 27 de Dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PR 02/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2011 - FMS
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO DIESEL DESTINADO AOS ABASTECIMENTOS DE VEÍCULOS UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 15:00 horas do dia 13 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 15:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 27 de Dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PR 03/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2011 - PMV
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SER UTILIZADO NOS 19 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS 08 ESCOLAS MUNICIPAIS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 12 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49)

3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 23 de Dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PR 04/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2011 - PMV
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 04/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE: PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, GABINETE PREFEITO E POLÍCIA MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 13 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 27 de Dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal